



# COLETÂNEA 2017



**CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO**





**CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO**  
**CCOMSEx**

# **COLETÂNEA DO EBLOG**

**Blog Oficial do Exército Brasileiro**

1ª Edição



**Brasília – DF**  
**2017**

Publicado por: Centro de Comunicação Social do Exército  
Copyright © 2017 CCOMSEx

Gerente de Conteúdo: Elane Augusta de Freitas Cajazeira  
Revisão: TC Célia Cristina de Almeida Gauté  
Projeto gráfico, Capa e Diagramação: 1º Sgt Juliano Bastos Cogo  
Imagem de capa: 1º Sgt Juliano Bastos Cogo

---

EBLOG

320 p.

---

Todos os direitos reservados ao Centro de Comunicação Social do Exército – CCOMSEx

Setor Militar Urbano - Quartel General do Exército  
Forte Caxias – Bloco B – Térreo  
70 630 901 - Brasília - DF – Brasil  
Tel 61 3415 6670

Este material poderá ser compartilhado, reproduzido ou retransmitido, desde que sejam citadas expressamente as fontes e mantida a integridade dos textos.

Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a opinião do CCOMSEx e do Exército Brasileiro.

Esta coletânea é constituída de artigos de colaboradores do EBlog (Blog Oficial do Exército Brasileiro) sobre assuntos de defesa e de interesse nacional.

Organização  
Coronel Flávio Botelho Peregrino

Coordenação Geral  
General de Divisão Otávio Santana do Rêgo Barros



# Apresentação

|  
7  
|

A Coletânea EBlog 2017 reflete o interesse que essa mídia social tem despertado, consolidando-se como espaço democrático para reflexão e debate de ideias, pensamentos e opiniões relativas à segurança, à defesa e aos temas de interesse nacional.

O conteúdo do blog oficial do Exército é diversificado, atual, persuasivo, atrativo e estimula a leitura, o compartilhamento e a participação dos internautas.

Os colaboradores demonstram entusiasmo e grande apreço pelo EBlog, ao apresentarem artigos que registram conhecimento amplo dos assuntos, pesquisa aprofundada e abordagem coerente com a linha editorial da mídia.

Reconhecidamente, compartilhamos o êxito dessa ferramenta de comunicação com todos os que contribuíram para que, neste ano, tenha sido registrado aumento significativo de acessos às postagens realizadas.

É com satisfação que o Centro de Comunicação Social do Exército disponibiliza a experiência dos autores e, cada vez mais, sente-se estimulado a buscar o aperfeiçoamento contínuo do EBlog, pela sua importância no contexto da missão de “comunicar” o Exército Brasileiro.

Grande abraço. Boa leitura!

Gen Div Otávio Santana do Rêgo Barros  
Chefe do CCOMSEx



# Sumário

## JANEIRO

### General de Exército ALBERTO MENDES CARDOSO

Ainda há chefia com liderança..... 18

### 2º Tenente SERGIO PINTO MONTEIRO

Major apollo: o herói que não pode ser esquecido ..... 22

## FEVEREIRO

### Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

Passagem de comando das organizações militares do Exército: ritual e simbolismo 26

### General de Exército EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

A Nação e seus militares das Forças Armadas..... 30

### Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

Tomada de Monte Castelo..... 34

## MARÇO

### Almirante de Esquadra EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

Sem privilégios - há muito as Forças Armadas contribuem para o equilíbrio do orçamento ..... 40

### Coronel CEZAR CARRIEL BENETTI

Um ano de transformação do sistema de fiscalização de produtos controlados pelo Exército Brasileiro ..... 44

### Coronel ALESSANDRO VISACRO

Anomia, barbárie e direitos humanos ..... 48

### Coronel WESLEY VANNUCHI

Terceira onda de desminagem humanitária. Concluindo o ciclo nas Américas..... 52

### Tenente-Coronel PAULO ONOFRE SILVA DE SOUSA

As mídias sociais do Exército e o gerenciamento de crises..... 58

## ABRIL

### General de Exército EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

A Laad Defence & Security, maior e mais importante feira internacional de defesa e segurança da América Latina..... 64

### Coronel CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI

Batman *versus* Superman (2016): o direito internacional dos conflitos armados a partir de uma perspectiva *geek* ..... 68

### Coronel FÁBIO ALVES DA COSTA

A missão no Haiti..... 74

### General de Exército GUILHERME CALS THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA

O sargento e a criação do cargo de adjunto de comando..... 78

## MAIO

### General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

Vitória da FEB em Forno - 28 abr 1945 ..... 82

### Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

O processo de transformação do Exército e o “paradoxo” da racionalização ..... 88

### General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

FEB: verás que um filho teu não foge à luta..... 92

### Tenente-Coronel MARCELLO VENÍCIUS MOTA LINHARES

Operação Potiguar II: exemplo de operação conjunta e interagências na preservação da ordem pública e na proteção da vida humana..... 96

### 1º Sargento LUIZ GUSTAVO DA SILVA SISTON

O adjunto de comando no Exército Brasileiro ..... 102

### Jornalista ALEXANDRE GARCIA

Joa da coroa..... 106

## **JUNHO**

### **Coronel MÁRIO HECKSHER NETO**

O líder faz a síntese dos anseios do grupo: um estudo de caso ..... 110

### **Subtenente JOEL CARVALHO AGUIAR**

Rádio Verde-Oliva FM completa 15 anos, pronta para novos desafios..... 114

### **Coronel PAULO CAMPANHA SANTANA**

Serviço de informações ao cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB)..... 118

### **General de Exército ALBERTO MENDES CARDOSO**

Persuasão, carisma e liderança..... 124

## **JULHO**

### **General de Brigada JOÃO CHALELLA JÚNIOR**

OCOP - Capacidade Plena..... 132

### **Jornalista ALAN MARQUES**

Fotografia: estamos todos conectados a ela ..... 136

### **Coronel PAULO ROBERTO DA SILVA GOMES FILHO**

A liderança no nível político..... 140

### **Coronel FÁBIO RICARDO MARQUES**

Pesquisa comprova o êxito da força de pacificação na Maré..... 144

### **1º Tenente AMILTON MENDES PASSOS**

A música militar e sua harmoniosa missão ..... 150

## **AGOSTO**

### **General de Exército PAULO CESAR DE CASTRO**

O desafio da segurança pública ..... 156

### **Major MAURO CESAR BARBOSA CID e Major JOEL CAJAZEIRA**

A Força Terrestre e o conceito de segurança integrada..... 162

## Major DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS

O legado da participação do Exército Brasileiro na MINUSTAH e a evolução da doutrina militar..... 168

## Capitão JOSÉ RENATO GAMA DE MELLO SERRANO

Haiti e a criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil..... 174

## SETEMBRO

### General de Exército MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA

Esquizofrenia social ..... 180

### General de Exército JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS

Parabéns, Brasil! ..... 184

### General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

O combate à ponta do iceberg da criminalidade ..... 190

### Tenente-Coronel OSCAR MEDEIROS FILHO e Professor MSc

#### RAPHAEL CAMARGO LIMA

Por uma agenda de defesa nacional: desafios e oportunidades..... 196

## OUTUBRO

### Subtenente ANDRÉ HILTON DE OLIVEIRA

Prças do Exército valorizam o autoaperfeiçoamento..... 202

### Coronel PAULO ROBERTO DA SILVA GAMA FILHO

O que o Exército me ensinou sobre liderança - a importância da empatia..... 206

### General de Brigada JOSÉ MAURO MOREIRA CUPERTINO

O soldado cidadão na política ..... 210

### Major VINÍCIUS DAMASCENO

O conceito de segurança ao longo da história..... 218

### Coronel MARCOS VENÍCIO MENDONÇA

Brasil no Haiti, um caso de sucesso ..... 222

<b>Coronel MÁRIO HECKSHER NETO</b>	
A AMAN e a manutenção dos valores militares .....	228
<b>Coronel RICARDO DE CASTRO TROVIZO</b>	
Você assistiu ao jornal ontem?.....	234
<b>General de Brigada JOSÉ JÚLIO DIAS BARRETO</b>	
Sistema ASTROS aumenta dissuasão estratégica de defesa.....	240

## **NOVEMBRO**

<b>General de Divisão RACINE BEZERRA LIMA FILHO</b>	
O que é o AMAZONLOG17? .....	246
<b>General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA</b>	
Castello Branco: o homem, o chefe militar, o estadista.....	250
<b>Subtenente RICARDO DA SILVA VIEIRA</b>	
Ato de lealdade .....	254
<b>General de Brigada IVAN FERREIRA NEIVA FILHO</b>	
Exército e justiça no controle de armas de fogo .....	258
<b>Cabo WEVERSON FLÁVIO SANTANA NUNES</b>	
Tiro de Guerra: escola de civismo e cidadania.....	262
<b>Major ARONES LIMA DA ROSA</b>	
O direito operacional militar .....	266
<b>Coronel CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI</b>	
Que guerra é essa? Ou melhor... Que civil é esse?.....	272
<b>General de Exército PAULO CESAR DE CASTRO</b>	
Compromisso com o Exército Brasileiro .....	284

## DEZEMBRO

<b>Capitão TIAGO PEDREIRO DE LIMA</b> Churchill, Lincoln e Visconde do Rio Branco .....	290
<b>General de Exército ARMANDO LUIZ MALAN DE PAIVA CHAVES</b> ENGESA .....	294
<b>Major ELIÉZER DA SILVA PESSANHA</b> Serviço militar: escola de cidadania e patriotismo .....	300
<b>Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA</b> O espírito de corpo dos militares .....	304
<b>Coronel MARIO HECKSHER NETO</b> Ética e moral - um breve estudo .....	308
<b>2º Sargento ANDERSON DOS SANTOS ROCHA</b> A gênese da brasilidade e o contexto atual.....	312
<b>Major ANDRÉA LEMOS MALDONADO CRUZ</b> A contribuição da linguagem e das práticas discursivas para a legitimação institucional.....	316

# JANEIRO

2017



**General de Exército**  
**ALBERTO MENDES CARDOSO**

|  
17  
|

---

## AINDA HÁ CHEFIA COM LIDERANÇA

---

General de Exército ALBERTO MENDES CARDOSO

O tema da chefia – de que já tratei neste Blog (Chefia com Liderança e Disciplina Consciente) – adquire interesse especial na relação chefe-subordinado quando ocorre num quadro de natureza autocrática, em que o chefe não deseja ser autoritário. Trata-se de pessoa não escolhida pelos chefiados, que nada lhe delegaram, e que precisa conquistar legitimidade perante eles, além da legalidade institucional que possui. Caso típico do serviço público, das instituições militares e eclesiais, e das corporações empresariais, nos quais o chefe é escolhido pelos níveis superiores da organização, em tese devido a seus méritos.

18 Sempre me incitou curiosidade a diferença de qualidade entre os resultados obtidos em circunstâncias semelhantes por diferentes chefes, todos bons cumpridores das normas, dos manuais e dos regulamentos. Também me chama atenção uns obterem os mesmos resultados com mais facilidade e em menos tempo que outros. Por que a diversidade de efeitos e rendimento da ação de chefia?

Na atividade de planejamento, é fácil identificar atributos diferenciadores, como discernimento e objetividade. Porém, na execução, a fase do fazer acontecer, um quê quase intangível, que supera o poder de mando inerente aos cargos, distingue o modo de chefia mais eficaz. É o estilo pessoal de certos chefes exitosos, de sargentos menos graduados a oficiais no topo da hierarquia, que lhes permite obter dos comandados os comportamentos mais eficientes e duradouros. Eles têm um *plus* no trato com os subordinados, que conquista a adesão às orientações e ordens, e o comprometimento com as missões.

Algumas pessoas pretendem que a alternativa chefe ou líder dê os devidos nomes e contornos à distinção. É apenas parte da verdade e pode

induzir ao erro de considerar chefia e liderança mutuamente excludentes, como se houvesse dicotomia. Resvalam em atribuir caráter pejorativo à palavra chefe (“Fulano é chefe...”), enquanto exaltam as características de um líder (“...mas Beltrano, esse é líder”). Tangenciam a injustiça de rebaixar as virtudes de ótimos chefes discretos que não galvanizam admirações, apesar da coesão e eficiência dos grupos que comandam. Superficialmente, rotulam os conceitos com os verbos empurrar (os subordinados), para chefia, e arrastar, para liderança. Mas boa chefia e liderança tanto arrastam pessoas quanto as empurram eficientemente.

Então, de onde surgem as diferenças de efeitos?

Tenente, comecei a compreender a profundidade do adágio que, ainda cadete, tantas vezes ouvira na Academia Militar: “A tropa é o espelho do chefe”. Depois, completei o entendimento, descobrindo a segunda parte do dito de origem francesa, adotado pelo Exército Brasileiro na década de 1930: “ (...) e sua mais severa juíza. Ela só deseja amá-lo e respeitá-lo”. Enfim, crer e confiar nele.

Percebi que os melhores chefes não viam na liderança um instrumento de projeção pessoal. Nem cada qual se via como o único capaz de conduzir bem as missões. Agiam como mais um membro da equipe. Isso influenciava e motivava os chefiados, que passavam a trabalhar como corresponsáveis pelos resultados. Formei a convicção de que liderança compõe necessariamente um processo de complementação e aperfeiçoamento da chefia. Concluí que as diferenças entre chefes e melhores chefes estão no vasto espectro de atitudes entre o exercício simples da chefia e o da chefia com liderança.

As distinções entre os dois tipos são encontradas no modo de fazer uso da autoridade, do poder, da persuasão e do exemplo no relacionamento com os subordinados. Algo muito além de “(co)mando e controle”.

Julgo cabível reiterar os conceitos expostos naquele artigo anterior: Chefia é o exercício do dever institucional de empregar a autoridade e o poder do cargo para conduzir pessoas da melhor forma possível, visando ao atingimento de metas.

Chefia com liderança é o dever de chefia rematado pela disposição, capacidade e habilidade de influir sobre as vontades, a fim de conquistar o comprometimento das pessoas e conseguir que interiorizem atitudes que as predisponham continuamente a comportamentos benéficos para a organização. É a “melhor forma possível”.

Eis a diferença de estilos: a chefia simples, mesmo quando não autoritária, escora-se na obediência devida e não no convencimento pleno. Já a chefia qualificada pela liderança é a parcerização de chefes e subordinados, obtida por meio da persuasão, do exemplo e de outros processos moralmente bons.

A chefia com liderança identifica pontes para o comprometimento nas vontades dos chefiados e no seu livre arbítrio. No compartilhamento do empenho e das iniciativas, com orientação do chefe, ela cria o caldo de cultura dos comportamentos mais eficazes e duradouros para o cumprimento das missões, não importando as circunstâncias.

Por aí passa a resposta para a perquirição da razão de ser da dissimilitude dos resultados. Estes, sua sustentação e a continuidade de comportamentos eficazes nas missões sucessivas materializam as virtudes da forma de chefiar com liderança. Bem como estabelecem um parâmetro que vem eliminando de vez o tipo de chefe monocrático, sabichão, isolado dos níveis mais baixos da execução, inatingível até mesmo pelo imaginário dos subordinados. Esse clichê está saindo de cena e cedendo lugar para o chefe que está junto e olha nos olhos, percebido como sendo um de nós pelas equipes de cogestão de uma estratégia ou de execução operacional, tática ou administrativa.

\* O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

**2º Tenente**  
**SERGIO PINTO MONTEIRO**

|  
21  
|

## MAJOR APOLLO: O HERÓI QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO

---

2º Tenente SERGIO PINTO MONTEIRO

Há dezoito anos, na madrugada de 21 de janeiro, o Exército viu partir um de seus melhores soldados e a Força Expedicionária Brasileira (FEB) perdeu um dos seus maiores heróis.

A galeria dos destaques da FEB reservara para aquele combatente um lugar de relevância. Em 19 de maio de 1945, no teatro de operações da Itália, o 1º Tenente da Reserva Apollo Miguel Rezk, comandante de pelotão da 6ª Cia do 2º Btl do Regimento Sampaio, era solenemente condecorado pelo General *Lucien Truscott*, comandante do 5º Exército americano, com a “*Distinguished-Service Cross*”, mais importante medalha de bravura do governo dos Estados Unidos, pela tomada de La Serra, em apoio à 10ª Divisão de Montanha. O Ministro da Guerra do Brasil, General *Newton Estillac Leal*, ao promover o Ten Apollo ao posto de Capitão, destacou:

“A promoção se justifica, sobretudo, em virtude da conduta excepcional desse oficial no teatro de operações da Itália, onde, entre as diversas condecorações recebidas por bravura, lhe foi conferida a medalha “*Distinguished-Service Cross*”, do Exército americano, por heroísmo extraordinário em ação, distinção máxima somente concedida a este combatente brasileiro.”

Anteriormente, em 30 de março de 1945, o Ten Apollo já recebera, na frente de combate, a “*Silver Star*”, outra importante condecoração do Exército americano, por sua destacada atuação no ataque a Monte Castelo, em 12 de dezembro de 1944. Pelo governo brasileiro, foi condecorado com quatro medalhas: “Medalha de Sangue” (ferimento em ação), “Cruz de Combate de 1ª Classe”, “Medalha de Campanha” e “Medalha de Guerra”. As ações do Ten Apollo, que ultrapassaram os limites da existência física,

transformaram-se em páginas gloriosas da história militar do nosso país, onde, infelizmente, os verdadeiros heróis não são cultuados.

O Ten Apollo foi um dos 452 oficiais R/2 combatentes – de um total de 1070 oficiais subalternos da FEB – que embarcou para a Itália, em 22 de setembro de 1944, com o 2º escalão. Declarado Aspirante a Oficial da Reserva da Arma de Infantaria no CPOR/RJ, em 29 de novembro de 1939, o jovem não se descuidou de sua formação civil: formou-se em Perito-Contador, na Escola Superior de Comércio do Rio de Janeiro, e em Economia, na Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro.

Ao retornar da Itália, após uma passagem pelo COR (Curso de Oficiais da Reserva), prosseguiu na carreira militar, assim como inúmeros oficiais R/2 febianos, e serviu no Regimento Sampaio até 1947, quando foi transferido para o Batalhão de Guardas. A promoção a Capitão veio em 1951, a contar de 1947. Em 1955, foi transferido para a 5ª RM e designado Ajudante de Ordens do General Mário Perdigão.

O Capitão Apollo teve a sua carreira interrompida precocemente. Um antigo problema de pés planos, agravado pelo congelamento no frio intenso do inverno italiano, conhecido como pé-de-trincheira, deixou-o inapto para o serviço ativo. Em 09 de dezembro de 1957, aos 39 anos, foi promovido a Major e reformado.

Esteve presente em seu funeral um oficial da marinha americana, representando o adido. Pouco antes do sepultamento, o militar, ao ser informado que o herói não recebera promoção por bravura, dirigiu-se à filha do Major Apollo nos seguintes termos: “não entendo vocês brasileiros. Na minha terra, alguém com as importantes condecorações de guerra do Major Apollo teria recebido, ao longo de sua vida, as homenagens, o respeito e a gratidão de seu povo.”

Em 1999, o Conselho Nacional de Oficiais da Reserva instituiu a Medalha “Major Apollo Miguel Rezk” para homenagear militares e civis que tenham se destacado em ações de apoio aos oficiais da reserva.

“Conspira contra sua própria grandeza o povo que não cultiva seus feitos heroicos.”

\*O autor é oficial R/2 do Exército Brasileiro

# FEVEREIRO

2017



Coronel  
**RODOLFO TRISTÃO PINA**

|  
25  
|

---

## PASSAGEM DE COMANDO DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES DO EXÉRCITO: RITUAL E SIMBOLISMO

---

Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

Quando se pensa em rituais e simbolismos, vem à cabeça, no senso comum, algo pertencente ao mundo místico de civilizações antigas, compreendendo sacrifícios, entidades e magia. Embora considerados temas clássicos da Antropologia (disciplina que tem nas diferenças culturais entre os coletivos humanos seu principal objeto de estudo), as teorias sobre rituais e simbolismos conduzem a pensar, de forma ampla, sobre modos de significação e experiências sociais diversas, envolvendo coletividades, sejam elas de profissionais, de religiosos, de políticos, sejam urbanas ou rurais, quaisquer que sejam, em qualquer período histórico.

Na trajetória da humanidade, alguns grupos de pessoas internalizaram características peculiares, maneiras de “ser” e “agir” que, ao longo do tempo, tornaram-se marcas indelévels de uma “personalidade coletiva”, forjada naquilo que sempre acreditaram, praticaram e defenderam. Assim são os militares, grupo de homens e mulheres, com marca cultural própria, baseada, sobretudo, em valores e crenças. Nesse sentido, a Antropologia pode contribuir para explicar a permanência do espírito militar que, apesar de ter atravessado conjunturas históricas distintas, faz com que o Exército de hoje seja o mesmo Exército de ontem.

Por definição, para *Rodolpho* (2004), os rituais dão forma à vida das pessoas e demonstram a ordem e a promessa de continuidade de determinados grupos sociais. Seu valor está no fato de que podem servir como ferramenta conceitual importante para a compreensão e a interpretação desses mesmos grupos, de seus valores e de suas crenças.

O antropólogo britânico Victor Turner, uma das maiores referências acadêmicas no estudo dos rituais e simbolismos, definiu-

os como partes de um grande sistema de significados, característicos de determinadas culturas. Para o autor, os rituais seguem uma ordem e estrutura, possuem um sentido coletivo, com propósito definido, partilham atos formais e padronizados, evidenciam o que, embora usual, difere do cotidiano. Os rituais, ainda, envolvem valores, são presenciados por testemunhas e possuem alto grau de institucionalização.

Já os símbolos se caracterizam por serem as menores unidades de um ritual e expressam, no campo material, aquilo que se opera no nível mental. Os símbolos, de uma forma simplista, instrumentalizam os rituais. A eles atribuem-se propriedades que não possuem objetivamente, mas que possibilitam incorporá-los ao mundo real.

No escopo das tradições castrenses mais significativas, encontra-se a Passagem de Comando (considera-se igualmente a Passagem de Chefia ou Direção) das Organizações Militares, evento que traduz muito da cultura militar, notadamente do culto aos Símbolos Nacionais do Brasil e às referências históricas.

Sob essa ótica, é possível afirmar que as Passagens de Comando se encaixam perfeitamente no ideário proposto por *Turner*. Esse ritual castrense é, portanto, um mecanismo de reprodução da vida social dos militares, que possibilita o entendimento das relações existentes no âmbito da caserna, das crenças e dos valores cultuados, e que se repete, sistematicamente, da mesma forma, em todas as Organizações Militares espalhadas pelo País.

Sendo assim, fica claro observar que cada evento pertencente às Passagens de Comando, a exemplo da inauguração do retrato do Comandante sucedido, a entrega do distintivo de comando, as diferenças nos uniformes militares dos participantes, a leitura da referência elogiosa consignada e as palavras de despedida do Comandante substituído, a formação da tropa e a tomada do dispositivo para a cerimônia de transmissão do cargo, traz à tona símbolos próprios, confere significação e, principalmente, ressonância afetiva a todos os presentes.

O ritual da Passagem de Comando é, assim, o início de um processo de construção de uma nova relação social, incluindo a pessoa do

novo Comandante, a sua família, a nova Organização Militar e a cidade que os recebe. Para aquele que deixa o Comando, as vivências durante esse período transitório, seguramente, deixarão marcas permanentes na personalidade, com reflexos nas vidas profissional e pessoal.

Para os militares, que o desempenho do cargo de Comandante exige atributos bastante peculiares do oficial. Dessa forma, a Passagem de Comando se traduz em evento que extrapola uma simples cerimônia protocolar. Caracteriza-se objetivamente como um ritual de compromisso e confirmação dos valores do Exército, por ser transformador na vida dos Comandantes e da própria Organização Militar.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**General de Exército**  
**EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS**

|  
29  
|

*Comandante do Exército*

## A NAÇÃO E SEUS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

---

General de Exército EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

A sociedade brasileira já percebeu a necessidade de uma bem estudada reestruturação econômica em nosso País. Para tal esforço, a equipe técnica do Governo especificou medidas imprescindíveis para equilibrar as contas públicas.

Contudo, do que se pode concluir da “guerra de versões”, alimentada ao sabor de vários interesses, se aquelas ações não forem calibradas e justas, os resultados poderão ser desastrosos para as nossas Forças Armadas.

Parcela significativa da população - e até mesmo de formadores de opinião - desconhece tanto o funcionamento dos regimes de previdência quanto os principais aspectos discutidos na reforma ora em gestação.

Acende-se o alerta de que é impositiva uma acurada atenção da parte dos mentores das mudanças para evitar que, na ânsia de proceder à correção de rumos e à supressão de “privilégios”, cometam injustiças, por ignorarem as peculiaridades espartanas da profissão militar, que possam vir a descaracterizar ou até mesmo tornar inviáveis a Marinha, o Exército e a Aeronáutica.

As Forças Armadas são instituições permanentes de Estado que exigem de seus quadros requisitos que extrapolam meras relações trabalhistas entre empregador e empregado e caracterizam a essência da profissão militar: servir à Nação, sem nenhuma contestação.

Essa relação da sociedade com seus militares é uma espécie de “contrato social”, no qual fica acordado que as restrições de direitos - às quais aderem os militares - são recompensadas com a devida proteção social que lhes confere a Nação.

Importante destacar que, nas discussões que tomam conta do País, os militares não se utilizam das peculiaridades da carreira para “ameaçar” a sociedade e assim obter tratamento temperado por “regalias”.

Nas distantes fronteiras do País, encontramos os militares. Na pacificação das comunidades no Rio de Janeiro, ali estão os militares. Na guarda das urnas eleitorais, eis os militares. Nas ações governamentais de defesa civil, nunca nos faltam os militares. Na distribuição de água, no semiárido nordestino, e no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, nos deparamos com os militares. Na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, ali estavam os militares. No apoio à população do Haiti, lá nos representam nossos militares.

Sentimos muito orgulho de atuar sob quaisquer circunstâncias. É missão, estamos prontos! Tem sido cada vez mais frequente o clamor da sociedade por seus militares, por sua capacidade de pronta resposta, pela disciplina e pelo espírito de cumprimento do dever.

A dedicação integral e exclusiva ao serviço impede-nos de exercer qualquer outra atividade profissional. Se comparados com outras carreiras típicas do Estado brasileiro, é fácil notar que dependemos, há tempo, de soldos incompatíveis com o que o dever nos exige em termos de dedicação e de responsabilidade.

Pouco conhecido do público é o fato de que, ao final da carreira de 30 anos, quando transferido para a inatividade, as horas trabalhadas pelo militar equivalem a 45 anos, se comparadas às de um trabalhador civil. Isso se deve à realização de atividades de adestramento e de operações continuadas, além dos serviços de escala de 24 horas, seguidas de expediente no dia posterior, inclusive em finais de semana e feriados, tudo isso sem os conhecidos direitos sociais e trabalhistas legalmente concedidos aos trabalhadores das outras classes, tais como o adicional de periculosidade, o FGTS e as horas extras.

Ressalta-se que o militar não pleiteia esses direitos, pois são incompatíveis com as exigências legais da “carreira das Armas”. O mais importante é cumprir o juramento do soldado perante a Bandeira Nacional: “dedicar-se integralmente ao serviço da Pátria e defendê-la com o sacrifício da própria vida” - por esse compromisso não há preço a pagar.

No entanto, é mister perguntar: a sociedade aceitaria que um militar não se apresentasse para uma missão sob a alegação de que “está

na folga, após o serviço”? A sociedade estaria disposta a “pagar horas extras” pelo emprego continuado, nas missões de garantia da lei e da ordem? Logo, é impróprio entender como “privilégio” o que, na verdade, é um cerceamento de direitos e imposição de deveres.

Os militares já contribuíram, pesadamente, para o esforço de redução de custos do Estado. Em 2001, foi realizada ampla “reforma” no sistema de proteção social dos militares das Forças Armadas. Naquela ocasião, vários direitos foram suprimidos, tais como: o adicional de tempo de serviço, as licenças especiais e a pensão para as filhas.

Essa discussão deve ser mais aprofundada e não se restringir somente a uma questão numérica de simples redução de custos. Ela deve incluir, como questionamento, o que a sociedade deseja de seus cidadãos-fardados: profissionais militares, com prontidão, motivação e dedicação exclusiva, ou milícias, cuja disponibilidade permanente à Nação ficaria limitada por direitos individuais regidos por legislação trabalhista ou conchavos espúrios?

Os argumentos apresentados ao longo deste artigo podem parecer ideias exclusivas do estamento militar. Não é verdade! Em recente trabalho realizado pela Fundação Getúlio Vargas, - e não se pode duvidar do reconhecimento acadêmico e da isenção dessa instituição -, ficam claras as especificidades da nossa carreira e as razões para que não se mesquem argumentos de ordem econômica com a defesa da sociedade brasileira, à qual servimos.

Neste momento crucial, em que a Nação busca mares calmos e bons ventos que a levem a porto seguro, faz-se necessário que o Estado e a sociedade procedam à urgente e inadiável equalização das contas públicas e, simultaneamente, ponderem acerca de não desfigurar a essência das nossas Forças Armadas e de não ferir de morte a alma de seus militares, o que - livre - nos Deus - seria inaceitável.

\*O autor é o Comandante do Exército Brasileiro



**Coronel**  
**RODOLFO TRISTÃO PINA**

## TOMADA DE MONTE CASTELO

---

Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

21 de Fevereiro parece ser um dia comum no calendário da maioria dos brasileiros. Em 2016, foi um domingo. Lembro que passei os olhos em jornais de grande circulação nacional, na busca de alguma referência a um dos grandes eventos da história contemporânea ocorrido nessa data, mas nada encontrei. Vi notícias variadas, de *Mick Jagger a Evo Morales*, porém nada sobre o que realmente procurava.

34

Alguns mais eruditos poderiam arriscar que minha busca estava associada ao lançamento do polêmico “Manifesto do Partido Comunista”, de autoria de Marx e Engels, no turbulento ano de 1848, e sua repercussão ainda nos dias atuais; ou mesmo à morte brutal de *Al Hajj Malik Al-Shabazz*, mais conhecido como Malcolm X, ocorrida em 21 de fevereiro de 1965, ativista do nacionalismo negro e dos direitos humanos, dos mais eloquentes nos Estados Unidos. Ledo engano.

Buscava algo ligado às nossas lutas como Nação democrática; a exemplos de patriotismo, de superação e sacrifícios pessoais; à conquista de brasileiros de hábitos simples, mas com muito brilho nos olhos, verdadeiros heróis, que deixaram o solo sagrado de nossa Pátria para combater o nazifascismo nos campos frios da Itália, durante a 2ª Guerra Mundial.

Tão difícil seria a tarefa do Brasil em organizar uma força expedicionária que os mais pessimistas apostavam ser mais fácil uma cobra fumar que o País enviar soldados para combater junto aos países Aliados. Como muito bem disse um ex-comandante que tive: “Nossos militares ‘fizeram história, venceram desafios’, e a cobra fumou”.

Em 21 de fevereiro de 1945, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, mesmo ainda inexperiente em combate, protagonizou uma das maiores conquistas em sua participação na Guerra: a Tomada das alturas do Monte Castelo.

Esta campanha militar prolongou-se por três “infindáveis” meses, de 24 de novembro de 1944 a 21 de fevereiro de 1945, durante os quais se efetuaram, nada menos, que seis ataques frontais contra um inimigo fortemente entrincheirado, com privilegiada visão do terreno. Em seu livro intitulado ‘Um Capitão de Infantaria da FEB’, o então General Ruy Leal Campello, que foi um jovem tenente no 2º Regimento de Infantaria à época da Guerra, refere-se a Monte Castelo como “uma região ameaçadora, que dominava completamente o compartimento de ataque do Batalhão”.

Não poderia haver cenário pior para os nossos pracinhas: a falta de adaptação ao frio; a forte neblina que prejudicava a visibilidade; a lama que criava grandes atoleiros, impedindo a passagem de viaturas, e obrigava os militares a deslocarem-se a pé, carregando o peso dos suprimentos; a inclinação do terreno; os incansáveis tiros ajustados de morteiro e de metralhadoras alemãs; e a falta, em muitas ocasiões, de apoio aéreo, de artilharia e dos carros de combate.

Condições extremas que provocaram pesadas baixas e muitas mortes, mas que não foram suficientes para o registro de fatos de indisciplina, relata o General em seu livro: “Ninguém relutava em cumprir as ordens, mesmo sabendo que seria em vão enfrentar o objetivo designado, quando já eram evidentes os sinais de fracasso”.

Monte Castelo não caiu pela fraqueza da resistência alemã, mas pelo espírito de cumprimento de missão de nossos combatentes, pelo moral elevado de nossa tropa, pelos exemplos de liderança e coragem de militares, como o Tenente Apollo Miguel *Rezk* e o Sargento Max Wolff Filho, filhos de uma Nação que parece desconhecer o valor de seus soldados e que não preserva a memória dos que deram a própria vida por um ideário de liberdade de todos os povos.

Em tempos atuais de perniciosa crise moral, que deixou o País mergulhar no caos social e econômico, os exemplos de simplicidade, de obstinação, de patriotismo, de compromisso e de união de nossos 25.000 ex-combatentes mostram o valor dessa nossa “brava gente brasileira” e servem de motivação para as necessárias e urgentes mudanças, com vistas à reconstrução da sociedade que queremos, com base nos princípios da justiça, do amor ao País e do bem comum.

O dia 21 de fevereiro nos comove e deixa emoção e lembranças em todos nós militares. Não é um dia comum em nossos quartéis, pois, desde as lutas em Guararapes, nos idos de 1648, ao emprego recente em missões de paz, fora do território nacional, somos movidos pelos mesmos ideais de culto às tradições, aos valores e às virtudes militares, e ao reconhecimento dos exemplos daqueles que nos antecederam e deixaram um legado de amor à Pátria e de sacrifício.

Cultuar esse memorável feito de nossos pracinhas é mais que homenagem, é dever de todos nós, como cidadãos brasileiros. Que no próximo 21 de fevereiro, a sociedade brasileira possa refletir sobre esse passado glorioso e reconhecer, por meio dos feitos da Força Expedicionária Brasileira, a força que tem. A todos os “febianos”, nosso eterno reconhecimento e gratidão e nossa mais vibrante e briosa continência.

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro



# MARÇO

3 2017

**Almirante de Esquadra**  
**EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA**

|  
39  
|

*Comandante da Marinha*

---

## **SEM PRIVILÉGIOS - HÁ MUITO AS FORÇAS ARMADAS CONTRIBUEM PARA O EQUILÍBRIO DO ORÇAMENTO**

---

Almirante de Esquadra EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

O que esperar dos militares de uma nação com um extenso litoral, diversas bacias hidrográficas e vasta área oceânica, de onde extrai importantes riquezas e por onde realiza quase a totalidade de suas trocas comerciais?

A sociedade atribui às Forças Armadas a missão de defesa da pátria, de garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, com a responsabilidade de se interpor a ameaças externas e de servir como baluarte da democracia, das liberdades individuais e como o último recurso para a preservação da ordem pública.

Para cumprirmos essa abrangente missão, precisamos estar presentes nos quatro cantos do Brasil e na sua ampla área marítima, com pessoal motivado, adestrado e disposto a abdicar de direitos, normalmente, assegurados aos demais cidadãos.

No que tange à Marinha, marinheiros e fuzileiros dedicam-se diuturnamente à defesa da pátria, à patrulha da fronteira marítima, às missões de paz e de ajuda humanitária, ao apoio às pesquisas na Antártica e à garantia da lei e da ordem. Atividades duradouras, que requerem frequentes afastamentos do lar, impõem riscos à vida e extenuantes cargas de trabalho, sem direito a horas extras, adicional noturno ou gratificações por periculosidade.

Dedicação exclusiva, disponibilidade 24 horas e mobilidade geográfica geram restrições à família militar, como mudanças recorrentes de residência para locais, por vezes, inóspitos e sem infraestrutura, com impacto no emprego do cônjuge e na educação dos filhos.



Contudo, em detrimento das especificidades da atividade militar, alguns defendem a inclusão das Forças Armadas nos regimes da Previdência, sob a tese simplista de que o pagamento dos inativos e pensionistas contribui para o seu déficit.

As Forças Armadas não possuem previdência, e sim um Sistema de Proteção Social que visa a assegurar dignidade aos militares e dependentes, em razão das peculiaridades da profissão. Sua preservação não é para conceder “privilégios”, mas sim atender à necessidade de amparo da família por uma mínima estrutura social e legal. Como atrair e reter bons profissionais imputando-lhes apenas sacrifícios?

Há muito contribuímos para o equilíbrio do Orçamento. As despesas com inativos e pensionistas caíram de 0,71% do PIB em 2003, para 0,53% em 2015, com tendência decrescente. A MP 2.215- 10/2001 extinguiu direitos, alguns deles disponíveis para outras carreiras, como auxílio-moradia. Contribuímos para a pensão dos dependentes por toda a vida, em média por 60 anos. Sem a possibilidade de sindicalização ou direito à greve, nossos salários sofreram contínuas defasagens, a despeito das grandes responsabilidades a nós atribuídas.

Apesar dos mares bravios que ora enfrentamos, a exemplo dos soldados e aviadores, marinheiros e fuzileiros navais seguirão vigilantes no mar e águas interiores, participando das mais variadas missões no país e no exterior, esperando, assim, superar as expectativas da população brasileira na defesa dos interesses da nação, se preciso for com o sacrifício da própria vida.

\*O autor é o Comandante da Marinha do Brasil



**Coronel** |  
**CEZAR CARRIEL BENETTI** | 43 |

## UM ANO DE TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS CONTROLADOS PELO EXÉRCITO BRASILEIRO

---

Coronel CEZAR CARRIEL BENETTI

Há um ano, o Exército Brasileiro iniciou o complexo desafio de transformar o seu Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC). Um diagnóstico preciso, realizado por uma equipe de representantes dos mais diversos Órgãos da Força, identificou a exaustão do atual modelo e a necessidade de modernizá-lo. Assim, teve início um processo que faz uma verdadeira revolução nos pilares do Sistema. Trata-se de um desafio que vem sendo cumprido com competência, profissionalismo e dedicação. É, ainda, uma oportunidade única para seus integrantes, que participam desse processo de transformação.

A missão de fiscalização surgiu com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, e a consequente instalação das primeiras fábricas de armas e munições.

As sucessivas constituições federais e os dispositivos legais, desde 1934, outorgaram à União e ao Exército Brasileiro a atribuição de fiscalizar, de controlar a produção e o comércio de materiais bélicos e de produtos considerados perigosos ou essenciais à defesa do País.

Em virtude da complexidade, da diversidade das atribuições e das responsabilidades decorrentes, foi criada, em 1982, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC), com sede em Brasília, subordinada ao então Departamento de Material Bélico e oriunda da fusão da Assessoria Técnica do Departamento de Material Bélico e da Seção de Fiscalização, Importação, Depósito e Tráfego de Produtos Controlados.

A DFPC centralizou as ações que estavam dispersas, melhorando a eficiência das atividades, uniformizando e regulando procedimentos.

A fiscalização de produtos controlados é pouco conhecida pelos integrantes do Exército e, menos ainda, pela população em geral. Em contrapartida, o impacto das atividades junto à sociedade é relevante, à medida que afeta a segurança pública e a defesa nacional, proporciona o levantamento de dados para a Mobilização Nacional, além de incentivar o desenvolvimento da indústria nacional.

O crescimento do Brasil, aliado às características da sociedade moderna, tem aumentado a demanda sobre o setor público, exigindo respostas mais rápidas, mais eficientes e com maior transparência. Essas tendências afetaram também a fiscalização de produtos controlados.

Assim, o Exército Brasileiro, desde setembro de 2015, vem implantando as bases de um Sistema transformado, contemporâneo e eficaz. Uma Nova Governança está sendo aplicada ao SisFPC. Nesse contexto, tem se buscado maior agilidade, transparência dos atos, participação dos usuários e dos diversos integrantes nas suas atividades, além da permanente prestação de contas.

A implantação da Nova Governança do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados é um esforço coletivo, conduzido pelo Exército Brasileiro, coordenado pelo Comando Logístico, apoiado por todos os Órgãos e Comandos, e levada adiante pela DFPC, pelas Regiões Militares e pelos mais de 300 postos dispersos em todo o País.

O Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados vive um momento que impactará a forma como cumpre sua missão, com ganhos de eficácia e efetividade. São mudanças significativas que estão ocorrendo em todas as faces do Sistema, aprimorando a sua estrutura organizacional, os processos, a gestão de recursos humanos e a tecnologia de informação, dentre outros.

Os resultados têm surgido. Os processos têm sido agilizados e a legislação vem sofrendo revisões. As operações de fiscalização ganharam intensidade e ocorrem de forma coordenada, em um ambiente interagências, empregando os meios mais modernos de que o Exército dispõe. Neste último ano, as inúmeras operações desencadeadas resultaram em mais de 4.000 ações de fiscalização, percorrendo uma

distância superior a 400.000 km. Esse esforço tem alcançado resultados expressivos, como demonstrados pela redução em quase 30% dos crimes com empregos de explosivos e pela contribuição para a vitoriosa sensação de segurança durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

O trabalho é um esforço de todo o Exército Brasileiro, voltado para melhoria da capacidade de prestação de um serviço de grande relevância para a sociedade. O processo não está concluído, mas a perspectiva futura é de constante aperfeiçoamento.

A Nova Governança do SisFPC está sendo construída dia a dia pelos mais de 1.000 homens e mulheres que integram o Sistema, os legítimos agentes dessa transformação, que cumprem, com verdadeiro espírito público, com resiliência, de forma discreta e competente, essa complexa missão constitucional do Exército Brasileiro.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**Coronel** |  
**ALESSANDRO VISACRO** |  
47 |

---

## ANOMIA, BARBÁRIE E DIREITOS HUMANOS

---

Coronel ALESSANDRO VISACRO

O conjunto de causas da grave crise de violência que convulsiona a sociedade nacional constitui um mosaico intrincado e complexo de fatores sociais, políticos e econômicos. Alguns desses fatores são endógenos, outros, exógenos. Mas, sua motivação primária resulta do preocupante quadro de desarranjo social denominado anomia.

Segundo Jessica Coracini, “o conceito de anomia desempenha um papel importante na sociologia, principalmente no estudo das mudanças sociais e de suas consequências. Quando as regras sociais e os valores que guiam as condutas e legitimam as aspirações dos indivíduos se tornam incertos, perdem o seu poder ou, ainda, tornam-se incoerentes ou contraditórios devido às rápidas transformações da sociedade”.

Vivemos um momento de transição histórica. Estamos abandonando um modelo de sociedade industrial para nos tornarmos uma sociedade da era da informação. Portanto, devemos refletir acerca das implicações do advento de uma ordem pós-industrial sobre o corpo de crenças e valores de diferentes sociedades.

Tais transformações podem suplantar, em amplitude, ritmo e profundidade, os sistemas adaptativos dos agrupamentos humanos, em termos culturais. Em casos extremos, a incapacidade de uma sociedade adequar seu corpo de crenças e valores pode levar à erosão da cultura, como aconteceu com muitos povos indígenas originários do Brasil, cujo processo de transfiguração étnica os fez perecer.

O período de redefinição e acomodação de padrões éticos, em face de intensas mudanças, pode contribuir para o surgimento de um estado de desordem moral extremamente perigoso. Tal fato explica, em parte, a tentativa de erradicação física de judeus e de outras minorias nos campos de extermínio nazistas durante a Segunda Guerra Mundial,



por exemplo. Naquela ocasião, a humanidade emprestou os argumentos da ciência, a burocracia do Estado e a eficácia da tecnologia industrial para cometer seu crime mais nefasto. Seguindo a mesma dinâmica sociológica, na anomia gerada pela globalização e pelo advento da era da informação, encontra-se a causa primária de toda selvageria do mundo atual – das atrocidades praticadas por salafistas jihadistas, no Oriente Médio, aos crimes hediondos perpetrados por quadrilhas armadas na América Latina, incluindo o Brasil.

Ou seja, muito da barbárie e da violência extremista resulta do colapso moral decorrente do hiato gerado entre o corpo de crenças e valores que tradicionalmente dão sustentação à sociedade e o ritmo acelerado das mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas ora em curso. Em um artigo intitulado “A Crise da Modernidade e a Insegurança Social”, o Tenente Francis Cotta, da Polícia Militar de Minas Gerais, apresenta uma interessante associação entre vácuo civilizatório, delinquência criminal e insegurança pública.

À anomia se soma o processo de brutalização ao qual membros de organizações terroristas e quadrilhas armadas são submetidos em guerras, campos de refugiados, presídios e favelas ao redor do mundo. Tanto o infame Estado Islâmico quanto algumas das principais facções criminosas do Brasil têm suas origens no cárcere, por exemplo. As prisões israelenses, também, têm desempenhado um papel histórico importante na radicalização de muitos militantes do Hamas.

A combinação de anomia e brutalização explica a ausência absoluta de limites. Perderam-se os mais tênues traços de racionalidade e humanidade. Execuções extrajudiciais, torturas, imolações, decapitações e esquartejamentos tornaram-se o insumo básico para a propaganda extremista, cuja audiência global pode ser facilmente alcançada por meio da moderna tecnologia da informação.

A crise de poder do Estado-Nação (conforme entendida pelo escritor venezuelano Moisés Naím), a ruptura do monopólio do uso da força e a admissão de espaços anárquicos geram as condições necessárias de tempo e espaço para que a barbárie desprovida de limites seja praticada livre e impunemente.

O poder do Estado deve ser urgentemente restaurado sobre o preceito fundamental da promoção do bem comum. É claro que a recomposição do poder coercitivo do Estado deve estar rigidamente atrelada ao princípio da legalidade, sem o qual o poder público jamais poderá reivindicar a legitimidade que o Estado de Direito requer.

Eis a mais séria e premente questão de Direitos Humanos que nosso tempo impõe!

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro

**Coronel**  
**WESLEY VANNUCHI**

|  
51  
|

---

## TERCEIRA ONDA DE DESMINAGEM HUMANITÁRIA CONCLUINDO O CICLO NAS AMÉRICAS

---

Coronel WESLEY VANNUCHI

*Salot Sar*, militar e político cambojano, líder do *Khmer Vermelho*, mais conhecido como *Pol Pot*, declarou que “as minas são os soldados perfeitos. Estes nunca dormem, nunca pedem dinheiro ou comida, nunca falham e jamais se queixam da missão ou se preocupam com as vítimas. Eles podem permanecer em guarda por trinta anos ou mais. As minas são muito difíceis de localizar e são muito econômicas.

Inúmeras obras, pesquisas e relatórios doutrinários atestam a eficiência dessa arma em combate. Porém, o desvirtuamento de seu emprego por parte de forças rebeldes ou mesmo a sua utilização como explosivos improvisados (*Improvised Explosive Devices* - IED) tem deixado um rastro de mortos e feridos nos países em que foram empregadas.

Na atualidade, o programa em andamento na Colômbia pode ser considerado a última fase a ser completada para tornar o Hemisfério Ocidental uma zona livre de minas terrestres, conforme resolução nº 1.644, adotada na Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 7 de junho de 1999.

Ao apropriar-se do termo “terceira onda” que foi formulado por Alvin *Toffler*, em seu livro de mesmo nome, lançado em 1980, buscase empregar esta metáfora como símbolo de sucessão de eventos, informações e conhecimentos; sobrepondo-se uma a outra, sem a conotação de destruição, mas sim com capacidade de transformação, em virtude de seu poder inovador.

Pode-se considerar que a primeira onda de desminagem humanitária teve início na Nicarágua, mais precisamente no ano de 1991.

Este país da América Central havia passado por conflitos internos, denominados Revolução Sandinista e movimento contrarrevolucionário

(1979 – 1990), deixando um triste legado de áreas contaminadas por minas terrestres tanto na Nicarágua, como em Costa Rica e Honduras, lançadas por ambos contendores.

Na ocasião, a Junta Interamericana de Defesa (JID), por solicitação da OEA, realizou o apoio técnico ao Programa de Ação Integral Contra Minas Antipessoal (PAICMA) para a implantação do Plano Nacional de Desminagem da República da Nicarágua, a fim de destruir as minas antipessoais.

Em 1993, para a execução do plano de desminagem na República da Nicarágua, formou-se uma equipe composta por 15 militares da Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Guatemala, Honduras, Peru e Uruguai. A missão encerrou-se no mesmo ano em virtude de problemas orçamentários.

Posteriormente, por solicitação dos países centro-americanos e com o apoio da OEA-JID, estabeleceu-se a Missão de Assistência para a Remoção de Minas em Honduras (MARMHON), que iniciou seus trabalhos em 1994, sob a chefia de um militar brasileiro.

Em 1996, com o reinício dos trabalhos de desminagem na Nicarágua, estabeleceu-se a Missão de Assistência para a Remoção de Minas na América Central (MARMINCA), que durou 17 anos, destruindo 81.014 artefatos e empregando 297 militares estrangeiros, dos quais 46% foram brasileiros, considerando a participação de militares de 11 países.

Em 2010, a América Central tornou-se a primeira região do mundo livre das minas terrestres, cumprindo, assim, o prescrito no Art. 5º do Tratado de Ottawa.

A segunda onda de desminagem humanitária teve início em 2003, com a criação da Missão de Assistência para Remoção de Minas na América do Sul (MARMINAS), visando realizar a desminagem na fronteira entre o Equador e Peru, contaminada por minas terrestres, em consequência da Guerra do Cenepa (1995).

Novamente, o protagonismo brasileiro foi marcante. A missão durou 11 anos, encerrando-se em 2013, com a participação de 81 militares estrangeiros, sendo 61% de brasileiros.

É importante ressaltar que em 2011 criou-se o Estágio de Desminagem Humanitária, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), a fim de ampliar a capacitação profissional de militares para atuarem como supervisor internacional e monitor em missões de desminagem humanitária sob a égide de organismos internacionais, possibilitando, ainda, a presença de estrangeiros.

Efetivamente, a terceira onda de desminagem humanitária surge juntamente com o encerramento do conflito interno na Colômbia, que envolveu, principalmente, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), em 2016.

Após 52 anos de guerra, tornou-se imperiosa a necessidade de eliminar a ameaça das minas e dispositivos improvisados, largamente disseminados pelos rebeldes, permitindo que o país e sua população desfrutassem da segurança necessária aos deslocamentos e ao uso de áreas para diversas finalidades.

A fim de enfrentar os problemas recorrentes das minas, já em novembro de 2005, criou-se o Grupo de Monitores Interamericanos da Colômbia (GMI-CO), visando o treinamento e a capacitação de um grupo de sapadores colombianos e a implementação de um programa de reabilitação e reintegração profissional para as vítimas de minas e artefatos explosivos.

Mais recentemente, em 2016, houve o lançamento do Plano Estratégico 2016-2021: “Colômbia livre de minas antipessoais em 2021”, estabelecendo diretrizes para a erradicação desse flagelo. O plano prevê a educação para o risco de minas, a desminagem humanitária, a assistência às vítimas, a gestão da informação e a avaliação dos impactos.

Estudos preliminares avaliam que 673 municípios são suspeitos de contaminação por minas, totalizando aproximadamente 51.244.350 mts<sup>2</sup> de área a ser liberada.

Para realizar esta grandiosa intervenção, as cifras são elevadas. Calcula-se que o custo total será de US\$ 327.972.456,00, necessitando o emprego de 7.164 pessoas, para poder cumprir a meta no prazo estabelecido.

Nos dias atuais, estão disponíveis apenas 1.105 pessoas, pertencentes à Organização Não-Governamental (ONG) HALO Trust e também militares da Brigada de Engenheiros de Desminagem Humanitária N° 1 e do Grupamento de Explosivos e Desminagem dos Fuzileiros Navais.

Desde o início dos trabalhos, o Brasil tem colaborado com recursos humanos no GMI-CO e no Grupo de Assesores Técnicos Interamericanos (GATI-CO), criado em 2015.

Em virtude da expertise adquirida desde 1993, o Brasil possui condições de oferecer um aporte substancial no tocante aos recursos humanos. Considerando-se a importância do trabalho, pode-se vislumbrar o apoio em outras atividades, além da desminagem humanitária.

Neste sentido, o CCOPAB está reformulando o Curso de Desminagem Humanitária, a fim de transformá-lo em Curso de Ação contra Minas, abarcando os cinco componentes desta atividade, constituindo-se em um centro de referência hemisférica na capacitação de militares, dentro de um contexto mais amplo.

A terceira onda de desminagem humanitária, iniciada na Colômbia, representa um marco histórico para a conclusão dos esforços em busca da erradicação das minas nas Américas. O vulto do trabalho exige apoio intenso e especializado. O Brasil possui plenas condições de cooperar com esta atividade, permitindo consolidar seu protagonismo no assunto e oferecer-se para outras missões, em prol da ajuda humanitária.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro





**Tenente-Coronel**  
**PAULO ONOFRE SILVA DE SOUSA**

|  
57  
|

---

## AS MÍDIAS SOCIAIS DO EXÉRCITO E O GERENCIAMENTO DE CRISES

---

Tenente-Coronel PAULO ONOFRE SILVA DE SOUSA

Até meados da década de 1990, as instituições públicas recorriam à imprensa, com seus meios de radiotransmissão e impressos, como forma de propiciar ampla publicidade aos assuntos de interesse de ambas e de dialogar, ainda que por terceiros, com a sociedade.

A partir dos anos 2000, iniciou-se o processo de popularização da Internet e das mídias sociais, nas quais a sociedade, gradualmente, distancia-se da passividade do consumidor de mídia e, simultaneamente, descobre-se capaz de gerar conteúdo e de influenciar tendências nesse novo cenário midiático. Esse processo intensifica-se a partir de 2010, fruto da redução dos custos de aparelhos celulares e do acesso móvel à rede mundial de computadores.

Nesse ambiente de comunicação, as mídias sociais possibilitaram o empoderamento e o protagonismo da sociedade no relacionamento com os entes públicos, seja dialogando, seja divulgando, elogiando, criticando e, em caso de crises, cobrando explicações sobre a verdade dos fatos.

Ciente da crescente importância em fortalecer conexões com o público nesse novo cenário informacional, o Exército Brasileiro, por meio do Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEX), tem utilizado as mídias sociais para a divulgação de comunicados oficiais nos casos de crises que possam danificar a imagem da Instituição. Nesse contexto, segundo o professor João José Forni, entende-se por crise os “acontecimentos que, pelo seu potencial explosivo ou inesperado, têm o poder de desestabilizar organizações e governos e suscitar pauta negativa.”

Até 2015, o procedimento corrente do CCOMSEX para lidar com adversidades era o envio de respostas individuais aos órgãos de imprensa, mediante prévia solicitação dos interessados. Esse processo é correto sob

a ótica de não se escalarem crises de pequeno porte e em um cenário com limites de acesso às tecnologias da informação, mas perde efeito em caso de ocorrências de grande repercussão, pois se torna impossível o controle da informação, ao mesmo tempo em que a cobrança de explicações, por parte da sociedade, ocorre de forma direta e intensa pelo uso das mídias sociais e não pode ser ignorada. Além disso, a resposta, seja direta, seja indireta, é, em última instância, direcionada sempre à sociedade.

Em 2016, dois acontecimentos mostraram uma mudança no modo de comunicação do Exército e se diferenciaram pelo uso das mídias sociais para a divulgação de informação oficial para esclarecer, diretamente à sociedade, os fatos envolvidos nos episódios.

O primeiro caso foi a morte da onça Juma, no dia 20 de junho de 2016, quando a cobrança pelo posicionamento do Exército dominou as redes sociais da Força, principalmente, o Facebook, o Twitter e o Instagram. Como resultado dessa interação, pela primeira vez na história das redes sociais do Exército, foi divulgada, no dia 21 de junho de 2016, a íntegra da Nota à Imprensa no Facebook, antes da divulgação no site ou do envio para a imprensa. Embora a maioria dos comentários sobre a nota tenha sido com conteúdo negativo, o posicionamento do Exército ajudou a arrefecer a crise nos dias posteriores. Além disso, diversos comentários associaram à imagem do Exército a palavra TRANSPARÊNCIA, o que é um resultado bastante positivo.

Em termos de repercussão, a postagem sobre a onça Juma no Facebook impactou 1.620.085 pessoas, gerou 19.903 reações (15 mil de curtidas, 2,1 mil de raiva, 1,9 mil de tristeza, 44 de amei, 26 de espanto e 4 de risadas), 6.047 compartilhamento e 5.202 comentários. Foi a publicação com o maior número de comentários recebidos no corrente ano, o que representa a vontade da sociedade em debater o tema.

O segundo caso foi o da apreensão, pela Polícia de São Paulo, no dia 28 de agosto de 2016, de um caminhão do Exército transportando três toneladas de maconha. A Nota à Imprensa foi publicada no Facebook no dia 28 de agosto, sendo complementada, no mesmo dia, por uma segunda nota. Com menos de 24 horas, a postagem alcançou 358.068



à época do impresso e caminha na direção do pleno entendimento da cibercultura. Além disso, fortalece a percepção de que o Exército, como parte do Estado, é uma Instituição transparente e ciente de seu papel de informar à sociedade, aproximando-se da população e fortalecendo as conexões com os usuários dessas redes.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

# ABRIL

2017

**General de Exército**  
**EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS**

|  
63  
|

*Comandante do Exército*

---

## A LAAD DEFENCE & SECURITY, MAIOR E MAIS IMPORTANTE FEIRA INTERNACIONAL DE DEFESA E SEGURANÇA DA AMÉRICA LATINA

---

General de Exército EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS

O Exército Brasileiro, alinhado à Estratégia Nacional de Defesa (END), tem buscado a modernização das suas estruturas, contribuindo com o crescimento da indústria nacional de defesa e permitindo que os recursos humanos estejam mais bem preparados, em função do acesso às tecnologias mais avançadas sob domínio nacional.

Nesse contexto, fundamentado em um autodiagnóstico, o Exército Brasileiro constatou a necessidade de acompanhar a rápida evolução da estatura político-estratégica no Brasil e no mundo, canalizando recursos para um processo bem mais amplo de mudanças: a Transformação – Pilar Estratégico das ações a serem executadas.

Consequentemente, a sistemática aplicada à estratégia para enfrentar os desafios do século XXI evidenciou os caminhos que a Instituição deverá seguir para concretizar sua missão e visão de futuro.

A sociedade brasileira exige que o Exército esteja em permanente estado de prontidão. Para isso, a Força Terrestre deve, por meio de um preparo constante, manter um alto grau de operacionalidade, que requer o emprego de produtos de defesa tecnologicamente avançados, profissionais altamente capacitados e motivados, contribuindo para a garantia da Soberania Nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais, cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social, além de respaldar as decisões soberanas do Brasil no cenário internacional.

No corrente ano, seguimos transformando o Exército Brasileiro com os ajustes imprescindíveis ao momento, preservados pela implantação do Portfólio Estratégico do Exército, intitulado



Braço Forte – Mão Amiga, constituído pelos Subportfólios Geração de Força, Dimensão Humana e Defesa da Sociedade. Esse último, por sua vez, é integrado por sete Programas, indutores das nossas capacidades, dotados de elevada tecnologia e valor agregado: ASTROS 2020, Defesa Cibernética, Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON), Aviação do Exército, Defesa Antiaérea, PROTEGER e GUARANI.

A LAAD *Defence & Security*, maior e mais importante Feira Internacional de Defesa e Segurança da América Latina, reúne empresas brasileiras e internacionais especializadas no fornecimento de equipamentos, serviços e tecnologia para as Forças Armadas. A realização da 11ª edição da LAAD permite, ainda, o prosseguimento de debates sobre segurança e temas de defesa em alto nível, oportunizando a participação do governo e da sociedade nessa “grande estratégia”.

Assim, a despeito da conjuntura econômica atual, a LAAD apresenta expressiva parcela da cadeia produtiva industrial, nacional e internacional, pois está qualificada pelas mais de 600 marcas expositoras, 30 pavilhões nacionais e 195 delegações oficiais. Venha conhecer as novidades do Exército Brasileiro na LAAD 2017.

\*O autor é o Comandante do Exército Brasileiro



**Coronel**  
**CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI**

|  
67  
|

---

## BATMAN VERSUS SUPERMAN (2016): O DIREITO INTERNACIONAL DOS CONFLITOS ARMADOS A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA GEEK

---

Coronel CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI

68

O duelo cinematográfico entre o homem-morcego e o homem de aço não deixa dúvidas quanto ao simbolismo das oposições que se buscou estabelecer no roteiro: escuridão versus luz; mistério versus clareza; homem versus Deus. Como torcer por um deles, se ambos são heróis com extensa folha corrida de serviços prestados à humanidade, e se a vitória de um deles implicará, provavelmente, na destruição do outro? Tratando-se dos *remakes* lançados nos últimos anos, são notórias as “repaginações” de roteiro – quer narrativas, quer argumentativas – que buscam um alinhamento com as chamadas megatendências, ou seja, com os temas centrais dos grandes debates contemporâneos. No grande conflito entre *Batman* e *Superman*, uma dessas tendências – a primazia do respeito aos direitos humanos em todas as suas expressões – nitidamente norteia os comportamentos e atitudes dos personagens, brindando-nos com exemplos da preocupação com o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), o ramo do direito destinado a regular as hostilidades e o uso da força nas guerras. É bem verdade que o filme não retrata uma guerra, na acepção clássica do termo. Mas apenas para exercitar nossa criatividade, imaginemos os dois heróis e o inimigo comum deles como sendo, cada um dos três, forças armadas inteiras, enfrentando-se no campo de batalha mais comum nos conflitos modernos: as cidades. Afinal, poderes eles têm de sobra.

## O princípio fundamental da humanidade

Pode-se tolerar que o *Superman*, uma verdadeira arma de destruição em massa, com seus poderes virtualmente ilimitados, com potencial para facilmente aniquilar toda a humanidade, permaneça imune a qualquer tipo de controle conhecido? Essa argumentação remete-nos ao princípio da humanidade do DICA, que por sua vez encerra duas concepções.

A primeira delas é a de que nos conflitos armados deve-se sempre evitar o sofrimento desnecessário ou desumano. Parece algo contraditório, mas não é. Trata-se de uma questão de atitude ética, de piedade ativa, de compaixão, de filantropia. Por exemplo, as armas cegantes ou as que não deixam no corpo humano vestígios detectáveis por meio de raio X (nem com a visão do *Superman*) são proibidas. Muito mais do que um critério médico, a definição do que seria “sofrimento desnecessário” na guerra é, na verdade, uma construção filosófica.

A segunda concepção é a de que o Direito Internacional dos Conflitos Armados tem como fundamento jurídico a tutela da humanidade, entendida como “o conjunto dos seres humanos”. O fato de o *Superman* ser um artefato bélico ameaçador à existência da espécie humana serve de motivação para o homem-morcego querer neutralizá-lo.

Não por acaso, o DICA também é denominado Direito Internacional Humanitário (DIH).

## O princípio fundamental da limitação

“No amor e na guerra vale tudo”, já disse o poeta. Na guerra, certamente não.

As cenas iniciais do filme de 2016 remetem o espectador ao filme *Superman II*, de 1980, quando o General Zod e seus comparsas “kriptonianos” chegam à Terra, seguindo-se uma luta ferrenha travada no interior da cidade. Esse ponto – o foco nos danos colaterais causados à cidade – é exatamente um dos principais trechos explorados pelo roteiro

de *Batman versus Superman* (2016), diferentemente do que se viu no filme de 1980, quando pouca importância foi dada à destruição da cidade como resultante da luta ilimitada.

Na guerra, o direito de as partes escolherem os meios e métodos de combate não é ilimitado. É proibido atacar civis, instalações ou veículos médicos, patrimônios culturais ou áreas de preservação ambiental. Em *Superman II*, o homem de aço e seus três algozes representam artefatos (meios) e ações (métodos) cujos efeitos, por serem ilimitados, atingem catastróficamente a área urbana e os seus habitantes. O próprio *Superman* – muito embora aqui e ali consiga evitar alguns resultados indesejáveis desses combates – também não se mostra consciente de que a luta urbana travada no horário de rush representa uma clara violação ao princípio da limitação.

Em contraste com a luta travada em 1980, a mensagem que as cenas iniciais de *Batman versus Superman* (2016) pretendem passar é bem distinta. Agora, não apenas os danos do conflito entre *Zod* e *Superman* para os civis deixam de ser mostrados, como a própria morte de um dos civis desaguará na questão ética da tolerância ou não para com a arbitrariedade de um poder sem limites.

Mais à frente é exposta, novamente, a preocupação com a limitação dos efeitos dos combates. Tendo *Zod* sido ressuscitado e transformado num monstro horrendo e poderosíssimo, a trama posiciona as partes em conflito numa ilha que havia sido evacuada, e na qual se travará a batalha decisiva, dessa vez afastada dos civis.

### **O princípio fundamental da distinção**

É sobre o princípio da distinção que se assenta todo o edifício protetivo do DICA. Ele baseia-se na separação entre civil x combatente e entre bem civil x objetivo militar. Só combatentes e objetivos militares podem ser atacados.

No filme, há uma nítida preocupação em mostrar que os ataques desfechados pelos dois heróis não estão sendo direcionados aos civis

(população) nem aos bens civis (edifícios), muito embora a outra parte, “o inimigo”, o esteja fazendo.

Note-se ainda que o esforço do vilão *Lex Luthor* em imputar ao *Superman* ações violentas (que ele não cometeu) sempre envolve civis inocentes. Essa propaganda negativa busca aumentar no *Batman* a convicção de que o *Superman* precisa mesmo ser neutralizado, dada sua cruel despreocupação para com a distinção entre quem pode e quem não pode sofrer os efeitos de suas ações “bélicas”. A cena da explosão do Capitólio é, nesse sentido, emblemática.

### **O princípio fundamental da proporcionalidade**

Um ataque deverá ser anulado ou interrompido quando puder causar ferimentos ou perdas de vidas humanas que seriam excessivos em relação à vantagem militar esperada. Ou seja, a proporcionalidade leva em conta a confrontação vantagem militar versus danos colaterais. Na prática, imaginemos uma balança na qual os pratos estejam aferindo, de um lado, a vantagem militar e, do outro, os danos colaterais oriundos da ação. O ataque somente será proporcional quando o prato da vantagem militar estiver consideravelmente mais elevado que o prato dos danos colaterais.

Ressalvados a licença poética e os traços de um ambiente caótico e carente da intervenção de super-heróis, o roteiro do filme mostra que a proporcionalidade modificou-se (legitimou-se) na exata medida em que a vantagem militar obtida maximizou-se. Se, no início do filme, a vantagem militar decorrente de uma eliminação do General *Zod* era pouco clara, isso muda significativamente na batalha final: agora, como a vantagem militar em jogo é a destruição do monstrengo com potencial para varrer a espécie humana, os danos colaterais resultantes são toleráveis e, portanto, a ação torna-se lícita.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro





**Coronel**  
**FÁBIO ALVES DA COSTA**

|  
73  
|

---

## A MISSÃO NO HAITI

---

Coronel FÁBIO ALVES DA COSTA

As missões de paz da Organização das Nações Unidas são definidas nas reuniões do Conselho de Segurança (CS), quando os participantes deliberam acerca das decisões que envolvem o assunto. A Resolução Nr 2313, de 13 de outubro de 2016, é o documento formal do Conselho de Segurança (CS) que autoriza a permanência da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

74

As Resoluções do CS contêm mandatos para operações de manutenção da paz. Mandato é a autorização e as ordens próprias para que sejam tomadas ações específicas de segurança em um país. O mandato de paz em uma Resolução do CS é a base legal para todas as ações e ordens para operações de paz.

Em uma missão, o emprego do Batalhão de Infantaria de Força de Paz (BRABAT) é definido pela Ordem de Operações emitida pelo Comandante do Componente Militar, que, no caso do Haiti, é atualmente o Gen Div Ajax Porto Pinheiro. O 24º Batalhão foi formado por tropas oriundas do Comando Militar do Planalto e realizou a preparação para o desdobramento no Haiti nas Organizações Militares que integram a 3ª Brigada de Infantaria Motorizada, com sede em Cristalina – GO, seguindo as Diretrizes do Ministério da Defesa e as orientações do Comando de Operações Terrestres do Exército.

Após a fase de Preparo no Brasil, o BRABAT foi empregado, conforme a Ordem de Operações *New Horizon* da MINUSTAH, quando recebeu uma zona de ação para desdobrar as suas peças de manobra (as Subunidades) e outras regiões onde poderia ser empregado, conforme decisão do Gen Ajax.

Dentro da Ordem de Operações *New Horizon*, foram definidas ordens específicas para cada célula do Estado-Maior do BRABAT, de

acordo com as atribuições do Batalhão e com a conjuntura política do Haiti. A célula de Comunicação Social (Com Soc – G10) cumpre tarefas de relações públicas, de informações públicas e de divulgação institucional em prol do Batalhão e da MINUSTAH. Um estreito canal de comunicação foi estabelecido e mantido com a célula de Informações Públicas da Misso.

Para a ONU, as tarefas previstas no manual do Batalhão de Infantaria de Força de Paz para a célula de Informações Públicas são: divulgar o trabalho da Unidade, estabelecer ligações com a mídia local, fornecer subsídios para o *Military Public Information Office* (MPIO), para a adequada divulgação dos trabalhos executados pela Missão, e realizar atividades de Coordenação Civil-Militar. Na estrutura dos BRABAT, o Comandante emprega separadamente as células de Informações Públicas/ Com Soc e CIMIC (G9). Já a Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) – Subunidade independente que trabalha em prol da MINUSTAH – realiza as duas funções na mesma célula, sob a chefia de um oficial.

A célula de Com Soc do BRABAT trabalha em prol do Comando do BRABAT, em coordenação com as demais células do Estado-Maior, basicamente realizando três ações: Relações Públicas, Informações Públicas e Divulgação Institucional. As Relações Públicas são direcionadas para os diversos públicos-alvo no Haiti (Embaixadas, Componentes Civil, Policial e Militar da MINUSTAH, autoridades estrangeiras etc.) e contribuem para a projeção dos poderes militar e político brasileiros, pois o alcance das ações do Batalhão é expressivo. As Informações Públicas consistem no atendimento às demandas das mídias nacional e internacional, como solicitações de entrevistas com o Comandante, acompanhamento dos deslocamentos da tropa na Área de Responsabilidade e atendimento a demandas oriundas da MINUSTAH e do Exército Brasileiro. Já a Divulgação Institucional é desenvolvida para informar aos públicos interno e externo as ações do Batalhão, como forma de prestar contas à sociedade, ao Brasil e à ONU sobre os recursos empenhados.

Uma peculiaridade do G10 do BRABAT são as diferentes ligações que devem ser mantidas antes e durante a missão, tais como a Assessoria de Comunicação do Ministério da Defesa (ASCOM/MD), o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) e o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), o MPIO e o BRAENGCOPY, dentre outros.

O G10 do BRABAT trabalha em prol do MPIO nas respostas à imprensa, no fornecimento de imagens para a divulgação institucional e no envio de matérias para o Facebook da MINUSTAH. Uma importante atividade recentemente realizada entre o G10 e o MPIO foi o atendimento às solicitações da imprensa após a passagem do Furacão *Matthew* pelo Haiti, quando agências nacionais e internacionais solicitaram reportagens, entrevistas e matérias para jornais.

Durante a missão, o Comandante do BRABAT desenvolve a diplomacia militar, que consiste no estabelecimento e na manutenção das ligações entre o Comando do Batalhão e as autoridades diplomáticas, promovendo visitas à Base, convites para a participação em formaturas e reuniões sociais, com o objetivo de estreitar os laços de amizade entre os integrantes das Embaixadas e os oficiais da Unidade.

Entre as principais funções pela célula de Com Soc do BRABAT, destacam-se: confecção de matérias para a divulgação institucional (sítios na internet, *Facebook*, intranet), cobertura fotográfica de todas as atividades do Batalhão, ações diversas de relações públicas, recepção a autoridades nacionais e estrangeiras, confecção de produtos diversos (*banners*, *outdoors*, cartazes, material de divulgação etc.), participação nas operações do BRABAT, assessoramento ao Comandante do Batalhão nos assuntos de Com Soc e preparação dos militares das Subunidades para a concessão de entrevistas (*media training*).

Após a exposição das principais tarefas desenvolvidas pela Com Soc no Haiti, conclui-se sobre a importância da célula para o Batalhão e para os Sistemas de Comunicação Social do EB e do MD. As ações executadas e a ampla divulgação da imagem do BRABAT, desde o início em 2004 até os dias de hoje, constituem uma importante ferramenta de projeção dos poderes militar e político brasileiros.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**General de Exército**  
**GUILHERME CALS THEOPHILO**  
**GASPAR DE OLIVEIRA**

|  
77  
|

## O SARGENTO E A CRIAÇÃO DO CARGO DE ADJUNTO DE COMANDO

---

General de Exército GUILHERME CALS THEOPHILO  
GASPAR DE OLIVEIRA

Um Exército forte resulta da soma do valor de todos os seus integrantes e, por isso, todos devem ter o mesmo nível de comprometimento com a missão e com os valores que sustentam nossa Instituição, independentemente da posição que ocupem na escala hierárquica. É necessário, portanto, que todos os militares tenham pleno conhecimento de suas atribuições e que demonstrem, diariamente, elevado grau de dedicação à carreira das Armas.

78

O sargento teve sempre identificação forte com a instrução e a formação dos militares, por ser o agente executor nos pequenos escalões e por tornar-se uma das primeiras referências para os jovens que adentram aos quartéis e que se deparam com um universo de informações, exigências e valores muito distintos daqueles vivenciados na sociedade. Com o passar do tempo e com a experiência adquirida ao longo da carreira, o sargento continua a manter contato direto com a tropa e com as praças mais jovens, em virtude das funções que desempenha, do convívio diário e do grau de liderança que exerce no âmbito de sua organização militar.

A criação do cargo de Adjunto de Comando, que decorre da política de fortalecimento da dimensão humana da Força, visa destacar o subtenente ou o sargento com reconhecida liderança e capacidade de trabalho, designando-o para exercer a tarefa de assessorar os comandantes, em todos os níveis, nos assuntos relacionados às praças.

Apesar do pouco tempo de criação do cargo, já é possível perceber os resultados dessa iniciativa, ao vermos os militares designados para o desempenho da função disseminando valores militares e agregando seus pares e subordinados, sendo facilitadores na solução das demandas e

contribuindo, decisivamente, para o fortalecimento do espírito de corpo nas organizações militares.

A experiência e o entusiasmo pela carreira, aliados ao conhecimento profissional, são algumas das ferramentas empregadas pelo Adjunto de Comando na tarefa de orientar e motivar pares e subordinados, bem como no assessoramento aos comandantes em assuntos relacionados à esfera de atribuições do cargo.

A presença do Adjunto de Comando nos mais diversos escalões da Força tem sido uma referência muito positiva, permitindo a contribuição com o ponto de vista dos graduados, que é baseado nas experiências vivenciadas e nas funções desempenhadas desde o início da carreira, seja nas frações elementares das Armas, Quadros e Serviços, seja nas tarefas administrativas necessárias ao funcionamento das Unidades.

No entanto, ainda se faz necessário o amadurecimento de uma cultura institucional para que o Adjunto de Comando seja inserido no dia a dia dos quartéis, pois a presença de uma praça integrando o Estado-Maior Especial e exercendo a função de assessoramento é criação recente, que será consolidada com o desempenho efetivo do cargo pelos militares nomeados e com o envolvimento dos comandantes em todos os níveis.

Numa época em que se valoriza, cada vez mais, o principal ativo das organizações, que é o capital humano, as mudanças que visam garantir a participação e o comprometimento de todos os seus integrantes devem ser incentivadas e apoiadas, para que o resultado dessas medidas seja eficaz e duradouro.

“Não há nada mais difícil de manejar, mais perigoso de conduzir ou mais incerto de suceder do que levar adiante a introdução de uma ordem de coisas, pois a inovação tem por inimigos todos os que se deram bem nas condições antigas, e por defensores frágeis todos aqueles que talvez possam se dar bem nas novas”. Maquiavel - O Príncipe, 1532.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

# MAIO

## 2017



**General de Brigada**  
**LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA**

|  
81  
|

---

## VITÓRIA DA FEB EM FORNOVO - 28 ABR 1945

---

General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

Em *Fornovo*, renderam-se a 148ª Divisão de Infantaria e elementos da 90ª Divisão *Panzergrenadier*, ambas alemãs, e remanescentes da Divisão *Bersaglieri*, italiana, cerca de 15 mil prisioneiros. No TO italiano, foi a primeira e única vez que uma divisão alemã se rendeu aos aliados durante a guerra.

Após a vitória em *Montese* (14-16 de abril de 1945), a FEB entrou em aproveitamento do êxito, em direção a Parma-Fronteira com a França, para fazer contato com forças aliadas naquele país. Na vanguarda, progredia o 1º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado da 1ª DIE, comandado pelo Cap Pitaluga, que fez aproximação com uma grande força inimiga, que tentava retrair para o norte da Itália pela região de *Fornovo* e *Collecchio*.

“Segundo relato do próprio Gen Mascarenhas de Moraes sobre as ações em *Collecchio*, o Esquadrão, sob o comando do Cap Pitaluga, ao chegar junto à vanguarda da 148ª Divisão alemã, age com ‘incrível rapidez’ e se atira ‘audaciosamente’ sobre dois Batalhões da 90ª Div *Panzer*, que faziam a frente da 148ª Div Alemã. ‘Contava para isso, exclusivamente, com os seus três Pelotões de Reconhecimento, com um efetivo de 120 homens apenas’. Após as ações em *Collecchio*, o Esqd foi lançado em outro eixo: No ceto – *Medesano* – *Felegara* – *Fornovo*, para impedir que o inimigo atingisse a Estrada nº 9. Após cumprida essa missão, o inimigo foi fixado em *Felegara* (ocasião em que o Esqd perde uma de suas viaturas), continuando o Esquadrão a ameaçar a direção de *Fornovo*’ (<http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/18224/Atuacao-do-Cap--Plinio-Pitaluga-em-Collecchio-Fornovo-e-os-ensinamentos-collidos/>).

A atuação audaciosa do Esquadrão deteve o movimento da força alemã, dando tempo para que o 6º RI (Regimento Ipiranga) cerrasse à

região, de modo a completar o bloqueio das passagens por onde a divisão alemã poderia forçar sua retirada, bem como atuar ofensivamente contra a vanguarda inimiga. Ver o texto abaixo sobre a atuação do 6ºRI na rendição: ([https://pt.m.wikipedia.org/wiki/6%C2%BA\\_Regimento\\_de\\_Infantaria\\_do\\_Brasil](https://pt.m.wikipedia.org/wiki/6%C2%BA_Regimento_de_Infantaria_do_Brasil)).



Vitória em Fornovo - 28 ABR 1945



Rendição da 148ª DI Alemã

### **Rendição da 148ª Divisão de Infantaria Alemã (atuação do 6º RI)**

• *Fornovo di Taro*: O I Btl. Cerrou sobre *Colecchio* para ocupar a base de partida. Às 9 horas foi enviada a seguinte intimação ao Comando Alemão: “Ao comando da tropa sitiada na região de *Fornovo* e *Respicie*, para poupar sacrifícios inúteis de vidas, intimo-vos a render-se, incondicionalmente, ao comando das tropas regulares do Exército Brasileiro, que estão prontas para vos atacar. Estais completamente cercado e impossibilitado de qualquer retirada. Quem vos intima é o

Comandante da vanguarda da Divisão Brasileira que vos cerca. Aguardo, dentro do prazo de 2 horas, a resposta de presente *ultimatum*. O Cmt do 6 RI, Cel Nelson de Mello, recebeu a resposta nos seguintes termos *Nach eingang Biner Weissung der vurgesetzten Kommandobe - hoerde erfolgt Antwort*. Major Kuhm. (Depois de receber instrução do Comando superior (alemão) seguirá a resposta)”.

### **Ataque do I Btl à 148° DI Alemã**

- Às 13 horas, foi iniciado o ataque nas seguintes condições: O I Btl apoiado pela Cia. de Obuzes, uma Bia. do III Grupo e um pelotão de Carros de Combate Norte Americanos do 760 BI, atacou na direção de *Collecchio – Fornovo di Taro* a cavaleiro da estrada. Nas operações do I Btl os carros de combate que precediam a infantaria foram detidos ao Sul de *Pentescedegna*.

- Às 21 horas, o inimigo iniciou forte bombardeio de artilharia, morteiros e tiros de armas automáticas sobre nossas linhas em *Segalara*. Com este dispositivo, o I Btl passou a fixar as alturas de Gaiano, onde os alemães haviam se instalado defensivamente, seguido de um contra ataque, que foi repellido pela 3ª Cia (I Btl).

- Às 22 horas, cruzaram as linhas três soldados alemães, chefiados pelo Major *Kuhn*, Chefe do Estado Maior da 148° DI Alemã procurando o Comando Brasileiro, signatário da intimação. Propuseram a rendição incondicional da 148.º Alemã e também ao Comando do Tenente-General *Pice* e da Divisão Italiana, ao Comando do General *Carloni*. Os entendimentos relativos à rendição prosseguiram toda a noite, já em presença de todo o Comando Brasileiro da 1ª DIE, vindos ao PC, por solicitação do Comandante do 6º RI, Coronel Nelson de Mello.

### **O desespero do inimigo**

Em Segara, foi repellido outro contra-ataque alemão. Para a rendição incondicional ficou estabelecido que a ação da artilharia

brasileira cessasse a partir das 05h20 de 29 de Abril de 1945. O Major *Kuhn* e outros cruzaram as linhas de regresso. O inimigo começou a bombardear nossas posições com artilharia e carros blindados.

- Às 14 horas, nossos carros iniciaram a ação, deslocando-se pelas linhas de cristas, desorganizando as resistências alemãs. Durante as operações, a reação inimiga foi intensa, particularmente com fogos de artilharia e carros.

- Às 22 horas, dois Oficiais alemães cruzaram as linhas, propondo a rendição incondicional da Infantaria a partir das 24:00 horas. A partir das 24 horas começaram a cruzar nossas linhas os primeiros prisioneiros cessando a atividade em toda a frente. Durante toda a operação a reação inimiga foi intensa.

- 29 de Abril de 1945, o 6º RI (I, II e III Btl) permaneceu durante a jornada nas posições conquistadas, enquanto as medidas decorrentes da rendição da 148º DI Alemã e da Divisão Italiana eram processadas.

- 30 de Abril de 1945, o I Btl reagrupou na região ocupada ao Sul de *Colecchio*.

**O EXÉRCITO é forte pelas virtudes de despreendimento, idealismo e solidariedade. É a trincheira onde os brasileiros se encontram, as pessoas se igualam, as raças se unem, os preconceitos se extinguem, os esforços se conjugam e as histórias se escrevem. O EXÉRCITO é uma escola de cidadania (autor desconhecido).**

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



Coronel  
**RODOLFO TRISTÃO PINA**

|  
87  
|

## O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DO EXÉRCITO E O “PARADOXO” DA RACIONALIZAÇÃO

---

Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

“...Não há nada mais difícil de executar e perigoso de manejar (e de êxito mais duvidoso) do que a instituição de uma nova ordem de coisas...”. O trecho da obra de Nicolau Maquiavel, *O Príncipe*, reforça a aspreza de se conduzir qualquer processo de transformação que, no caso do Exército Brasileiro, ainda sofre com os revezes de uma Conjuntura Nacional desfavorável, notadamente sob os pontos de vista político e econômico.

No escopo da reorganização das Forças Armadas, a Estratégia Nacional de Defesa (END) definiu, como uma das condições precípuas do Processo de Transformação do Exército, a introdução da Força Terrestre na Era do Conhecimento. Sendo assim, destacou-se o vetor de Ciência e Tecnologia como componente central no esforço de orientação e modernização das estruturas operacionais, logísticas e administrativas ora existentes.

Nas palavras do Comandante do Exército, enfrentar o grande desafio da transformação passa pela necessidade de se dimensionar um novo Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do Exército (SCTIEx), focado na inovação, na capacidade de antecipação e no atendimento às demandas da Força Terrestre, porém, adequado à realidade dos atuais orçamentos e viável sob o ponto de vista do custeio.

Nesse mister, o Exército Brasileiro, de forma estratégica, investe na relação entre o Estado, a Academia e a Indústria, com base no modelo de *Henry Etzkovitz*, o “Hélice Tríplice” (ETZKOWITZ, 1994), no qual, sob a égide do respeito à independência de papéis de cada um dos três atores, busca sinergia de esforços de cooperação, proposta que congrega vetores do Poder Nacional em prol dos interesses da Nação.



Sendo assim, a inauguração do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército, em Guaratiba, no Estado do Rio de Janeiro, representaria o núcleo duro de grande parte do esforço de transformação, apostando na tecnologia como ferramenta para maximizar, em última análise, as ações do componente humano, este sim, o ponto focal de uma Força Armada que quer estar preparada para a Guerra.

O curioso é que, mesmo em um cenário de crise mundial e de restrições a aumento de gastos, há espaço para oportunidades de crescimento. Observando o mundo corporativo deste conturbado século XXI, por exemplo, notam-se os grandes investimentos em sistemas de informação, definidos como instrumentos facilitadores para auxiliar gestores a, entre outras medidas, perseguir metas corporativas de excelência operacional, desenvolver novos produtos e serviços, melhorar o processo interno de tomada de decisões, conquistar vantagens competitivas e reduzir perdas.

Atualmente, observa-se que, entre os sistemas mais procurados pelas grandes empresas para otimizar recursos, estão os Sistemas de Apoio à Decisão (SAD), também conhecidos pela sigla DSS (*Decision Support Systems*), devido à capacidade que possuem de apontar tendências, modelar cenários e sintetizar informações que auxiliam o processo decisório, em ambientes complexos de incertezas e riscos.

Os SAD são ferramentas essenciais de solução de problemas, estruturados ou não, na medida em que processam grande número de dados e informações, usando não apenas ferramentas estatísticas, mas também inteligência artificial, ambientes de simulação, armazenamento de dados qualitativos, entre outras possibilidades tecnológicas.

O uso dos SAD tem sido uma forma analítica de racionalização nas grandes empresas, pois proporcionam uma visão holística das corporações, conjugando ações e variáveis dessas organizações no tempo passado, no presente e, até mesmo, no futuro.

Usando a taxionomia de Falsarella e Chaves, possuímos, no Exército Brasileiro, bons sistemas de informação nos níveis operacional (transacional), gerencial e especialista. Como organização que almeja dar um passo para o futuro, pensar em SAD como modelos de convergência

deses sistemas, associando mecanismos automatizados de análise qualitativa de dados e informações, e pensar o uso de metadados, com suporte de uma consistente base de telecomunicações privativa, pode representar o passo em direção à Era do Conhecimento e tornar menos árido o caminho para a tão necessária e almejada racionalização de recursos humanos e materiais no âmbito da Instituição.

Entretanto, falar no investimento em Sistemas de Apoio à Decisão é entrar em choque com a máxima de que o momento atual exige cautela e contenção de recursos. Sob a ótica conservadora, os dias de hoje são considerados inadequados para o aumento de efetivos técnicos e para a aposta no desenvolvimento de tecnologias da informação e comunicações. Essa dicotomia torna a racionalização do processo de transformação mais complexa do que parece.

Não há dúvida de que os SAD, quando modelados no contexto peculiar das organizações, possibilitam o aproveitamento do conhecimento e das informações disponíveis, facilitando a formulação de soluções por parte dos decisores, que, afinal, representam máxima eficiência dos processos e máxima eficácia de resultados.

Portanto, o investimento em tecnologia da informação, na ótica estratégica, representa um passo lúcido no caminho da racionalização. No entanto, não restam dúvidas de que essa opção terá seu preço e de que o momento é sensível para qualquer decisão nesse nível. É o que registra a canção da briosa Escola de Sargentos das Armas do Exército: “...Nossa cartilha a glória reza, para a batalha devemos ir!...”. Somos profissionais da adversidade e, por isso, os desafios sempre foram parte significativa da nossa missão como soldados.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**General de Brigada**  
**LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA**

|  
91  
|

---

## FEB: VERÁS QUE UM FILHO TEU NÃO FOGE À LUTA

---

General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

A Segunda Guerra Mundial marcou o início da ascensão do Brasil no cenário global. Desse modo, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) contribuiu para a Nação perceber o quão era importante, para a segurança externa, tornar-se potência mundial, bem como colaborou para visualizar os desafios decorrentes e a importância do planejamento estratégico para a estruturação, a organização e o progresso do País. As potências da época, não sem motivos, viam o Brasil como país periférico e subdesenvolvido, cujo perfil mestiço era considerado, por preconceito, fator de fraqueza do caráter nacional. Assim, esses países tinham um misto de benevolência e de desprezo, calcados no sentimento de superioridade, inclusive racial, o que não era exclusividade do arianismo alemão.

Por tudo isso, a FEB teve de vencer vários desafios e obstáculos, como consequência:

- da demora em ser constituída e da indecisão dos EUA em transferir para a tropa estrangeira equipamentos, armamentos e recursos necessários ao próprio Exército e ao de seus aliados, já em operações;

- da falta de equipamentos e armamentos modernos para o adestramento da tropa quando ainda estava no Brasil, uma vez que esse material foi disponibilizado somente na Itália e, por vezes, há apenas alguns dias antes de nossas unidades entrarem em operações;

- do combate em teatro de operações (TO) montanhoso, cuja topografia favorecia a defesa, conduzida, magistralmente, pelo Exército Alemão, reconhecido pelos próprios aliados como o mais preparado e profissional do mundo;

- da entrada em operações sem preparação completa, substituindo dois corpos de exército aliados, que estavam em combate há mais de um ano e que foram transferidos para o TO francês;

- de receber uma frente de 15 km, a qual deveria defender e atacar, o que significa combinar dois tipos de atitudes operacionais, na época, uma capacidade apenas de escalões superiores à Divisão de Exército, particularmente, de infantaria a pé;

- da entrada em operações contra a poderosa Linha Gótica no início do inverno, quando as operações costumavam tornar-se estabilizadas em regiões de condições climáticas extremas, e após a ofensiva anglo-americana para conquistar Bolonha ter sido detida no restante de toda a frente; e

- de ser lançada contra o Monte Castelo, em 29 de novembro e em 12 de dezembro de 1944, pelo IV Corpo de Exército dos EUA, sem proteção de flanco e sem apoio aéreo, em função das condições climáticas, e com efetivo inferior ao exigido pelo objetivo, como alertara o Comandante da FEB.

Em síntese, houve precipitação e erro de avaliação do comando aliado sobre o poder do inimigo, o valor defensivo do terreno, o efetivo necessário para os objetivos colimados e o momento para prosseguir com ações ofensivas.

Franceses, ingleses e americanos sofreram reveses quando seus exércitos, sem experiência e preparo, foram batidos em Dunquerque, na França; em Passo *Kasserine*, na Tunísia; na defesa das Filipinas e no Sudeste da Ásia, entre 1939 e o início de 1943. São derrotas contundentes e não infortúnios controlados como os da FEB em Monte Castelo.

No Brasil, a falta de conhecimento militar e de bom senso, o revisionismo ideológico da História e a estranha mania de alguns escritores e historiadores de denegrir as glórias da Pátria e de seus verdadeiros heróis resultaram em retratar a FEB de forma injusta e distorcida. Enfatizaram os reveses iniciais, quando ela ainda era uma força inexperiente, mas omitiram ou minimizaram as vitórias obtidas dois meses depois, quando a FEB já adquirira experiência na frente de combate.

Valorizaram, apenas, fontes externas e desprezaram o testemunho dos irmãos brasileiros, inclusive, dos nossos correspondentes de guerra, testemunhas oculares que acompanharam a FEB. Há os que, de forma negativa, maldosa ou por ignorância sobre a doutrina militar, destacaram

o fato de a Força Expedicionária Brasileira não ter cumprido um papel decisivo na derrota da Alemanha. Ora, a FEB era apenas uma das 69 divisões aliadas na Europa Ocidental, sendo uma das divisões do IV Corpo de Exército dos EUA. Cumpriu tarefas de acordo com sua natureza de tropa a pé (que não era blindada) e conquistou objetivos importantes para o êxito daquele Corpo de Exército.

Seu papel era eminentemente tático e não estratégico, como não poderia deixar de ser. Superou deficiências em combates diretos com o inimigo na linha de frente, em dezembro de 1944 e janeiro de 1945, e não em campos de adestramento na retaguarda. Após a tomada de Monte Castelo, começou a destacar-se entre as forças aliadas na Itália, quando vieram as sucessivas vitórias de *La Serra*, *Castelnuovo*, *Montese*, *Zocca* e *Fornovo*.

Celebrar esses triunfos não é mero ufanismo, como pensam infelizes detratores da FEB, carentes de sentimento nacional. Enaltecer os feitos dos soldados brasileiros na 2ª GM é dever de justiça para com nossos Pracinhas e valorização do civismo, da autoestima, da autoconfiança e do patriotismo, sem os quais uma nação não sobrevive. Houve erros sim, que devem ser estudados, mas nada destoante do que aconteceu com as forças de todos os países aliados do Eixo em diversas operações. A honestidade de propósitos revelar-se-ia ao apontar esses erros, desde que também se destacassem os acertos e as vitórias, que foram incontestáveis momentos de glória do Exército Brasileiro.

Como força de nível tático, a história da FEB foi escrita, principalmente, pelas pequenas e médias frações. Sargentos, tenentes, capitães e comandantes de unidades mostraram o valor do soldado brasileiro no maior desafio do combatente: a hora da verdade, ao enfrentar o fogo inimigo com equilíbrio emocional, competência e coragem.

Os brasileiros que amam à Pátria, particularmente, os irmãos de armas, jamais se esquecerão dos Pracinhas e os terão sempre como exemplos, conscientes de que pertencer ao Exército de Caxias é uma grande honra e um motivo de orgulho e de felicidade. É ter uma sublime missão e uma nobre razão de viver.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

**Tenente-Coronel**  
**MARCELLO VENÍCIUS MOTA LINHARES**

|  
95  
|

## **OPERAÇÃO POTIGUAR II: EXEMPLO DE OPERAÇÃO CONJUNTA E INTERAGÊNCIAS NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E NA PROTEÇÃO DA VIDA HUMANA**

---

Tenente-Coronel MARCELLO VENÍCIUS MOTA LINHARES

Após série de ataques a meios de transporte e instalações públicas nas cidades de Natal, Parnamirim, Macau, Caicó e Parelhas, que geraram sensação de insegurança por parte da população, o Governador do Estado do Rio Grande do Norte solicitou ao Presidente da República o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, na Região Metropolitana do Município de Natal.

96

As ações criminosas ocorreram em virtude da transferência de presos, do Presídio Estadual de Alcaçuz (PEA), para presídios de segurança máxima localizados em outros Estados, em consequência do assassinato de 26 detentos, após ataque de integrantes da organização criminosa Sindicato do Crime do Rio Grande do Norte contra membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) no interior do PEA, no dia 14 de janeiro de 2017.

A autorização, por parte do Presidente da República, para emprego das tropas federais efetuou-se por meio de decreto presidencial, de 9 de janeiro de 2017, e teve como consequência o acionamento da Força-Tarefa (FT) Guararapes, por parte do Comando Militar do Nordeste (CMNE).

Coube à 7a Brigada de Infantaria Motorizada (7a Bda Inf Mtz), “Brigada Felipe Camarão”, comandada pelo General de Brigada Jayme Octávio de Alexandre Queiroz, a responsabilidade de assumir o comando da FT Guararapes e de desencadear a Operação Potiguar II. Para isso, contou com tropas de cinco Estados: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, totalizando 1.850 militares, entre os quais, 1.650



do Exército Brasileiro, 140 da Marinha do Brasil e 60 da Força Aérea Brasileira.

A Operação ocorreu, inicialmente, no período de 20 a 30 de janeiro e foi prorrogada, por meio de decreto presidencial, até do dia 4 de fevereiro de 2017. Após os ataques ao Presídio de Alcaçuz, a 7ª Bda Inf Mtz iniciou seus estudos, fruto da possibilidade de emprego. Foram intensificadas as atividades de inteligência, estreitados os contatos com os Órgãos de Segurança Pública (OSP) Estaduais e realizados os estudos logísticos necessários.

Com a assinatura do decreto presidencial, os estudos converteram-se em ações. Iniciou-se a concentração logística, atividade complexa e de grande envergadura. As tropas foram deslocadas para Natal, levando viaturas, armamento, munição, combustível, alimentação e todos os meios indispensáveis para bem cumprir a missão imposta pelo Ministro da Defesa: “preservar a ordem pública e assegurar a integridade das pessoas e do patrimônio na Região Metropolitana da Cidade de Natal”. Em um prazo aproximado de 48 horas, todos os militares já estavam reunidos nos quartéis da capital potiguar, em condições de ser empregados em prol da segurança dos cidadãos norte-rio-grandenses.

Ao atuarem nas Unidades Federativas do Brasil, em atividades de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), por determinação do Presidente da República e amparados por lei, as Forças Armadas exercem o Controle Operacional da Área de Operações. Esse controle permite que o Comandante da Área de Operações determine aos OSP federais, estaduais e municipais tarefas específicas de segurança, permitindo que todos trabalhem de forma coordenada, segura e com o máximo de sinergia.

Foram 16 dias de intensas atividades, oportunidade em que os militares conseguiram restabelecer o clima de paz e tranquilidade na região. Ao todo, aconteceram mais de 3.300 operações, entre patrulhamento fluvial, a pé e motorizado, revista de pessoas e de veículos, patrulha fluvial, operações aeromóveis, escoltas, controle de pontos estáticos e apoio nas ações dos órgãos estaduais de segurança pública.

Durante os dias da “Operação Potiguar II”, seguindo regime de trabalho de 24 horas diárias, foram guardadas 296 áreas de interesse e instalados 710 pontos estáticos, 139 pontos de segurança, 20 pontos de bloqueio de estradas e 44 pontos de controle de vias urbanas. Houve 635 patrulhas a pé, 1.964 motorizadas, 12 fluviais e seis aéreas, além de 28 escoltas e 54 ações de reconhecimento.

Todas as atividades da Operação Potiguar II tiveram como condição fundamental a proteção da vida humana. Isso ficou bem caracterizado, pelo fato de não ter havido nenhuma morte em consequência das atividades desempenhadas pela tropa.

Um ponto que chamou a atenção dos militares, ao transitarem pelas ruas da Grande Natal durante os 16 dias de trabalho, foi o sentimento de gratidão e, principalmente, de confiança da população no trabalho das Forças Armadas. Em todos os momentos, os moradores agradeciam aos soldados com palavras, frases de incentivo e sorrisos. Para os militares, essas demonstrações de carinho, apreço e confiança serviram de motivação para continuarem trabalhando, com entusiasmo, durante todo o período da Operação. Essa percepção de confiança e reconhecimento foi confirmada nas redes sociais, por meio de comentários no *Twitter*, *Facebook* e *Instagram*.

Em consequência, podemos considerar que a Operação Potiguar II foi um sucesso e um exemplo de Operação Conjunta e Interagências. Grande parte das ações de segurança foi realizada de forma integrada entre as Forças Armadas e os Órgãos de Segurança Pública, em particular, a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, o que proporcionou resultados significativos em tão curto espaço de tempo.

O sucesso das ações de segurança desempenhadas pelas Forças Armadas tem íntima relação com a preparação, o adestramento e a expertise adquiridos nos Grandes Eventos de que participaram, desde os Jogos Pan-Americanos de 2007, sediados no Rio de Janeiro. Eventos como os Jogos Mundiais Militares (2011), a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20, 2012), a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa das Confederações (2013), a Copa

do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, todos ocorridos no Brasil, contaram com a participação efetiva das Forças Armadas, em particular do Exército, que pôde provar sua dedicação, profissionalismo e compromisso com o País.

No Rio Grande do Norte, diante de um cenário de instabilidade, as Forças Armadas demonstraram, mais uma vez, sua capacidade de pronta resposta, ao atuarem em operações de Garantia da Lei e da Ordem, ressaltando a disponibilidade permanente de todos os integrantes e o ideal maior de bem servir à Pátria.

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro



**1º Sargento**  
**LUIZ GUSTAVO DA SILVA SISTON**

|  
101  
|

## O ADJUNTO DE COMANDO NO EXÉRCITO BRASILEIRO

---

1º Sargento LUIZ GUSTAVO DA SILVA SISTON

O novo cenário mundial - globalizado e tecnológico - requer que as instituições estejam em constante aprimoramento. Desse modo, é imprescindível que seus integrantes trabalhem motivados, coesos e comprometidos com os valores e as diretrizes institucionais. Tais aspectos, fortalecidos nos recursos humanos, trarão benefícios importantes ao ambiente corporativo, permitindo que as missões sejam cumpridas com melhor aproveitamento e bom êxito.

102 | Nesse contexto, o Exército Brasileiro criou o cargo de Adjunto de Comando, que se insere no escopo de cumprir o objetivo estratégico de fortalecer a dimensão humana e de seguir a diretriz do Comandante do Exército de valorizar as praças da Força. A concepção do cargo baseia-se em aproveitar o ponto de vista e a experiência do graduado no aperfeiçoamento contínuo dos processos relacionados à gestão e à operacionalidade das organizações militares (OM). Além disso, a atuação do adjunto de comando visa aumentar a coesão, o espírito de corpo e a motivação da tropa, bem como reforçar a ética e os valores militares entre as praças mais jovens.

Desde as escolas de formação até o desempenho das funções de comando de pequenas frações, de adjunto de pelotão e de sargenteante de subunidade, o sargento executa as missões com entusiasmo, competência e disciplina. Ele também assessora o comando enquadrante, nos diferentes assuntos relacionados à sua fração, tanto de ordem profissional, quanto pessoal. O convívio diário e aproximado do sargento com os subordinados permite o assessoramento oportuno, sendo valiosa ferramenta para a tomada de decisão dos comandantes.

O emprego da praça na função de adjunto de comando não é diferente. Sua atuação reveste-se das mesmas características desempenhadas pelo graduado, porém, o assessoramento é realizado em proveito do Comando da OM. Além disso, pela liderança e profissionalismo, o adjunto de comando coopera para fortalecer a ética, os valores institucionais e os preceitos da hierarquia e disciplina, aumentando a coesão e o espírito de corpo.

Por tratar-se de um novo cargo, que expressa inovação no emprego do graduado, é relevante que haja mudança cultural, com o objetivo de tornar o nosso Exército cada vez mais operativo, coeso e pronto para o cumprimento das diversas missões. Com o passar do tempo, essa mudança será consolidada naturalmente, mas, nessa fase inicial, é importante que se façam algumas observações.

Em primeiro lugar, devido às diferenças de cultura, da carreira e da doutrina, o cargo de adjunto de comando no Exército Brasileiro não deve ser comparado ao de alguns exércitos de nações amigas. A similaridade ocorre no aproveitamento da experiência e da capacidade do graduado em prol de maior operacionalidade.

Outra importante perspectiva é de que o adjunto de comando, no exercício de suas funções, visa ao reforço da autoridade do comandante em todos os níveis. Essa atuação é pautada sempre pelas normas e regulamentos e, principalmente, balizada pelos preceitos da hierarquia e da disciplina, pilares fundamentais da nossa Força.

Nesse sentido, com o objetivo de avaliar o cargo, o Estado-Maior do Exército realizou pesquisa junto aos comandantes das OM pioneiras na implantação, sendo a avaliação geral considerada muito boa. A análise abordou diversos aspectos positivos, dentre os quais se destacam a liderança junto às praças e o relacionamento com os oficiais. A pesquisa demonstrou, ainda, que o adjunto de comando contribuiu para o aumento do espírito de corpo das organizações militares.

Apesar de recente, o cargo tem demonstrado resultados positivos no aspecto relacionamento, e também, nas atividades operacionais e de instrução. O necessário tempo de maturação, aliado à expertise, ao

comprometimento e à dedicação do sargento brasileiro, fará com que o cargo de ajunto de comando se consolide ainda mais ao longo do tempo, possibilitando aos comandantes disporem de mais uma ferramenta de apoio nas tomadas de decisão, seja na área operacional, seja na estratégica. Tudo isso, traz aos nossos quadros a motivação e a harmonia necessárias, para que o Exército possa cumprir as suas missões com excelência cada vez maior perante a Nação Brasileira.

\*O autor é praça do Exército Brasileiro



**Jornalista**  
**ALEXANDRE GARCIA**

|  
105  
|

---

## JOIA DA COROA

---

Jornalista ALEXANDRE GARCIA

O último Ministro do Exército e ex-comandante da Força Terrestre, General Gleuber Vieira, hoje na reserva, me disse o outro dia que o Ensino é a joia da coroa do Exército. Deduzo que graças a esse ensino que dá conhecimento e formação, a Instituição não se afeta pelas turbulências políticas e sociais do país e muito menos pela decadência moral que nos destrói. Um ensino sempre atualizado, moderno e firme, com princípios e disciplina – que, aliás, é condição para êxito em qualquer atividade humana.

Esse espírito está presente, entre outros e além dos quartéis, nos colégios militares, na preparatória de Campinas, na Academia Militar das Agulhas Negras, nos institutos como o Militar de Engenharia, o CEP(Centro de Estudos de Pessoal), as escolas de sargentos, a de Saúde, a de Administração, a de Aperfeiçoamento de Oficiais, a de Comando e Estado-maior, a Escola Superior de Guerra. Outro dia visitei a AMAN e fiquei encantado. Escolas de ponta e de excelência na formação. Basta ver os resultados das avaliações em escolas públicas; os jovens dos colégios militares estão sempre à frente. O mérito está presente sempre. Quem chega ao topo da carreira é porque é muito bom.

Isso se passa no mesmo Brasil que tem escolas públicas quase abandonadas, desde a municipal do ensino básico até a universidade federal – e a droga presente em todo currículo, tão atuante quanto a militância política-partidária docente. Os resultados, em geral, são sofríveis e medíocres. Pesquisa recente do Movimento Todos pela Educação, entre o ensino médio, com jovens de 15 a 19 anos, mostrou que a maior preocupação dos alunos não é estudar, como se espera, mas com segurança: 85,2% dos entrevistados responderam que a aspiração deles na escola é ter segurança. Com 81,3% das respostas, outro atributo relevante na escola é ter professores sempre presentes.

Segurança e professor presente é algo óbvio e uma necessidade inexistente no ensino militar brasileiro. Ou na escola pública do Uruguai, do Chile, de Portugal, só para citar alguns próximos na geografia e na cultura. A diferença acontece no mesmo país, com o mesmo povo brasileiro. Por que não é possível que o ensino público civil tenha as mesmas características do ensino público militar? Falta de vontade? Falta de percepção, preguiça, ou intuito deliberado de não combater a ignorância para convencer mais facilmente o eleitor? Se o ensino fosse a joia da coroa do Brasil, seríamos um país com o mesmo cerne da instituição militar, a mesma força moral. O índice de confiança da Fundação Getúlio Vargas aponta as Forças Armadas em primeiro lugar. Será por quê? A resposta é: o Ensino que as forma.

\*O autor é jornalista, apresentador e colunista

# JUNHO

# 2017

**Coronel**  
**MÁRIO HECKSHER NETO**

|  
109  
|

## O LÍDER FAZ A SÍNTESE DOS ANSEIOS DO GRUPO: UM ESTUDO DE CASO

---

Coronel MÁRIO HECKSHER NETO

Ao contrário do que muitos pensam, a violência que caracteriza o conflito árabe-israelense no Oriente Médio tem raízes e causas relativamente recentes. Árabes e judeus são dois povos semitas que mantiveram relação de harmonia ao longo da história, inclusive, durante a ocupação árabe na Península Ibérica (711 – 1492), ocasião em que os judeus conheceram um período de liberdade econômica, cultural e religiosa.

Do mesmo modo, as pequenas colônias judaicas no Oriente Médio viveram em paz com a maioria árabe-muçulmana até o final da Primeira Guerra Mundial, não tendo fundamento os argumentos que pretendem explicar o conflito existente hoje, com antagonismos religiosos e raciais seculares.

Trata-se de questão política, gerada por motivações ideológicas, psicossociais e econômicas bastante precisas, que se misturam, de modo mais forte, a partir do surgimento de uma proposta estruturada do movimento sionista (no final do século XIX), que continha, em seu bojo, a criação do Estado de Israel na Palestina.

O presente estudo refere-se a dois líderes do conflito entre judeus e palestinos - *Ariel Sharon* e *Iasser Arafat* -, ambos com forte atuação no campo militar e político, homens que souberam fazer a síntese dos anseios de seus povos.

*Ariel Sharon*, nascido na Palestina, filho de judeus russos, participou de todas as guerras nas quais se envolveram os judeus, desde a criação do Estado de Israel. Sempre foi considerado estrategista brilhante e homem de ação, do tipo que “resolve a questão”. Entretanto, em diversas ocasiões, foi acusado de haver ultrapassado os limites que o bom senso

permitia, provocando reações políticas e militares desnecessárias. Conta-se que, em 1953, numa operação tipo comandos, em uma vila, provocou a morte de dezenas de civis inocentes. Também ficou conhecido por discutir asperamente com os superiores hierárquicos, demorando cerca de nove anos para ser promovido a general. Não demonstrava ser um indivíduo religioso e não se alinhava aos radicais sionistas.

Após a Guerra dos Seis Dias, em 1967, foi o principal mentor da ocupação da Cisjordânia com assentamentos judaicos, que garantissem a posse daquela região para Israel. Em 1972, no cargo de ministro da defesa, atacou as forças da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), expulsas da Jordânia e homiziadas no Líbano, de onde apoiavam, militarmente, as facções políticas islâmicas contra os cristãos libaneses, provocando uma guerra civil naquele país, antes considerado a “Suíça do Oriente Médio”. Com o apoio de Israel, os cristãos libaneses, talvez como vingança, teriam massacrado 800 civis palestinos.

Mais tarde, *Sharon* tornou-se o Primeiro Ministro de Israel, posição à qual foi alçado quando os judeus se viram pressionados pelas ameaças das guerrilhas dos radicais islâmicos, que usam o terrorismo sistemático como principal arma. A política de *Sharon* sempre foi “olho por olho, dente por dente”.

Sob suas ordens, o Exército de Israel provocou constantes retaliações contra os terroristas palestinos homiziados entre a população civil, causando a morte de inocentes. *Sharon* entendia que os judeus nunca deveriam ser fracos novamente.

*Iasser Arafat* nasceu no Egito e era, aparentemente, homem religioso, embora não fosse fundamentalista islâmico. Quando tinha 30 anos, criou a *Al Fatha* (A Vitória), grupo terrorista que precedeu a OLP, entidade patrocinada com dinheiro e armas pela extinta URSS.

Era considerado o líder que construiu a identidade e o nacionalismo palestinos. Foi pai aos 73 anos, mas sua mulher e filho viviam em Paris, longe da guerra. Tornou-se o presidente da Autoridade Palestina em 1994, ocasião em que renunciou, publicamente, ao terrorismo e pareceu entender que não haveria solução puramente militar para o conflito.

Contudo, a partir dessa época, perdeu o controle sobre os fundamentalistas pertencentes a diversos grupos radicais menores, que intensificaram as ações terroristas por meio de mísseis e “homens-bomba”, alguns dos quais parecem ter sido treinados desde crianças.

*Sharon e Arafat* têm algumas características comuns que favorecem a liderança:

- eram “homens de ação”, visivelmente comprometidos com a causa das respectivas nações. Foram personagens que não se mantiveram no conforto dos gabinetes, mas que se engajaram pessoalmente na guerra e na política, responsabilizando-se pelos resultados das decisões que tomavam.

- revelaram enorme iniciativa, tendo participado ativamente da história recente de seus povos, por meio da implementação de medidas para resolver os problemas existentes.

- *Sharon* procurou garantir a defesa do Estado de Israel, aumentando a área disponível aos judeus e fortalecendo as Forças Armadas. Já *Arafat* construiu a identidade e o nacionalismo palestinos. Além disso, buscou novos espaços para os refugiados, empregando a guerra irregular, que usa o terrorismo e a guerrilha como instrumentos.

- ambos eram homens de grande coragem, testados continuamente em combate e em confrontos políticos.

É interessante verificar que o atributo coragem sempre surge como importante para a liderança nas situações de guerra.

Por fim, nas contínuas crises vividas por seus povos no longo confronto do Oriente Médio, o mais relevante é que os dois líderes foram capazes de fazer a síntese dos anseios de cada grupo: segurança (judeus) e território (palestinos).

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Subtenente**  
**JOEL CARVALHO DE AGUIAR**

|  
113  
|

## RÁDIO VERDE-OLIVA FM COMPLETA 15 ANOS, PRONTA PARA NOVOS DESAFIOS

---

Subtenente JOEL CARVALHO DE AGUIAR

O Exército, Instituição secular, tem a missão definida no artigo 142 da Constituição Federal. Sua atividade-fim é a defesa do país e a garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais. Porém, percebendo as mudanças do papel da comunicação na contemporaneidade, a Força criou o Centro de Comunicação Social do Exército (CCOMSEx) em 1981, vislumbrando, no rádio, a oportunidade de mostrar, além das ações de segurança e defesa, aquelas relacionadas a outras áreas: cultura, educação, habitação, saúde, transporte, pesquisa, ciência e tecnologia.

114

Nesse contexto, a Rádio Verde-Oliva FM é um projeto que nasceu devido à contingência de vários fatores positivos. Esse veículo de comunicação de massa teve origem no então Ministério do Exército, consolidando-se no Comando do Exército, com a implantação do Sistema Verde-Oliva de Rádio. Assim, naquele 12 de junho de 2002, foi ao ar a Verde-Oliva FM 98,7.

Quinze anos é momento ímpar na história. É tempo de avaliação dessa debutante que tem muito a conquistar, mas que já apresenta um belo caminho percorrido.

Desse modo, levantam-se algumas questões: você já ouviu a Rádio Verde-Oliva FM? Como melhor atendê-lo? O que acha do trabalho desenvolvido? Antes das respostas, apresentamos a história da Rádio do Exército Brasileiro (EB), que tem, como protagonista, a Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), comprometida com as atividades de natureza cultural, educacional e de comunicação social. E essa parceria que faz da Rádio Verde-Oliva FM um instrumento virtuoso de divulgação do Exército e de seus valores.

Muitos foram os colaboradores da Rádio, todos com dedicação incessante e que ajudaram a construir o que ela é hoje: rádio educativa, musical, posicionada entre as dez mais ouvidas em Frequência Modulada (FM) no Distrito Federal. Dessa forma, a Fundação Habitacional do Exército (FHE) e a Associação de Poupança e Empréstimo do Exército (POUPEx) têm papel relevante como principais mantenedoras para o alcance dos altos índices obtidos junto aos ouvintes.

Segundo o General Rêgo Barros, Chefe do CCOMSEx, nenhum grande projeto sai do papel se não puder contar com colaboradores. Esse apoio tem sido fundamental para a divulgação do nome Exército, permitindo que a Verde-Oliva FM possa, por um lado, ser operada com êxito reconhecido pela audiência e, por outro, colaborar para o alcance dos objetivos estratégicos do Comando do Exército.

Nesse tempo, houve diversas mudanças, sem perder a identificação com o público. A eficiência e a eficácia nesse meio de radiodifusão têm propiciado a conquista de uma audiência qualificada e a aproximação com a sociedade em geral: desafios permanentes da rádio operada pela Instituição.

O exemplo da Rádio Verde-Oliva estimulou as outras Forças Singulares a possuírem um canal direto com o ouvinte, surgindo, assim, a Rádio Força Aérea FM e a Rádio Marinha FM. Em virtude dos produtos que oferece, vê-se que esse veículo de comunicação constitui-se em valiosa ferramenta de esclarecimento à população do papel das Forças Armadas.

A 98,7 FM apresenta uma seleção musical que abrange POP, MPB, música erudita, sertaneja e marcial, bem como sucessos de ontem e de hoje. Busca um jornalismo típico de FM, que informa sobre a Capital Federal, o Brasil e o mundo. Em sua grade predominam temas relacionados à cultura, ao cotidiano, aos estilos de vida e a atualidades em geral.

A programação é elaborada por equipe profissional sintonizada com seu público e que gosta do que faz. A potência da Rádio é de 20 KW e tem uma plástica que reflete o melhor que existe no mercado: vinhetas

cantadas, de passagem e secas, todas programadas de maneira a não entediar o ouvinte.

Em 2017, os quinze anos da Rádio Verde-Oliva FM são celebrados com nova roupagem. Os estúdios da emissora passaram por reformulação e troca de equipamentos, possibilitando a emissão do sinal digital; o sistema de radiodifusão que utiliza o espectro eletromagnético para transmitir sons. Quando for autorizada a rádio digital no Distrito Federal, a Verde-Oliva FM já estará habilitada a fazer a conversão.

Agora você está em condições privilegiada para responder às perguntas iniciais: você já ouviu a Verde Oliva FM? Como melhor atendê-lo? O que você acha do trabalho desenvolvido? Suas respostas e comentários são importantes para o aprimoramento do nosso trabalho.

\*O autor é praça do Exército Brasileiro

**Coronel** |  
**PAULO CAMPANHA SANTANA** | 117 |

---

## SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO (SIC-EB)

---

Coronel PAULO CAMPANHA SANTANA

A Lei de Acesso à Informação (LAI) foi instituída pela Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, e implementada na Administração Pública Federal pelo Decreto n.º 7.724, de 16 de maio de 2012, que a regulamentou. Em 2017, a LAI comemora cinco anos.

No cenário internacional, em 1766, a Suécia foi o primeiro país a instituir lei sobre acesso à informação. Em 1990, apenas 13 nações haviam adotado lei semelhante e, atualmente, mais de 90 países aplicam norma similar.

118

A LAI regula o direito constitucional de acesso às informações públicas. A norma abrange os três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive os Tribunais de Contas e o Ministério Público. Além destes, entidades sem fins lucrativos, que recebem recursos públicos para a realização de ações de interesse da sociedade, também se submetem às disposições dessa lei.

No Exército Brasileiro (EB), inicialmente, o Estado-Maior do Exército emitiu diretriz específica para cumprir as imposições dessas normas. Posteriormente, o Comandante do Exército, por meio da Portaria n.º 1.250, de 13 de outubro de 2014, aprovou as Instruções-Gerais para o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC-EB), que dispõem do funcionamento desse serviço na Instituição, aplicando-se essas Instruções a todas as Organizações Militares (OM).

O SIC-EB tem os seguintes objetivos: atender ao público, orientando-o quanto ao acesso à informação produzida e recebida pelo Exército; informar sobre a tramitação de documentos na Força; receber e registrar pedidos de acesso à informação.

A definição sobre o que é informação está no inciso I do artigo

4º da LAI: “Para os efeitos desta Lei, considera-se: I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”.

Desse modo, comunicação de ilícito, apresentação de reclamação, elogio, sugestão, entre outros pedidos, estão fora do escopo da lei e devem ser encaminhados ao “Fale Conosco”, na página eletrônica do EB, no link: <http://www.eb.mil.br/web/fale-conosco/formulario>.

É importante ressaltar que as informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão acesso restrito aos agentes públicos legalmente autorizados e às pessoas a que se referirem, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de cem anos, a contar da data de sua produção. Além disso, poderão ter a divulgação ou o acesso por terceiros autorizados por previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem. Caso o titular das informações pessoais esteja morto ou ausente, os direitos de acesso assistem ao cônjuge ou companheiro, aos descendentes ou ascendentes.

Ademais, o pedido de acesso a informações pessoais estará condicionado à comprovação da identidade do requerente. Nessa hipótese, ele deve se dirigir à OM detentora da informação ou à unidade militar mais próxima de sua residência, e apresentar o requerimento.

A legislação de acesso à informação determina, ainda, que não serão atendidos pedidos genéricos, desproporcionais ou desarrazoados; que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou, ainda, que requeiram serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade.

Para seu funcionamento e para o trâmite dos pedidos de acesso à informação na esfera institucional, o SIC-EB vale-se da estrutura existente do Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx) e da Rede do Sistema de Comunicação Social do Exército (RESISCOMSEx).

O SIC-EB está estruturado em Unidade de Atendimento ao Público (UAP), Unidade de Monitoramento e Gestão (UMG) e Posto de Atendimento ao Cidadão (PAC). O Centro de Comunicação Social do

Exército (CCOMSEx) exerce as atividades da UAP e é o gestor do SIC-EB; o Estado-Maior do Exército (EME) executa as atividades da UMG; e compete a todas as OM instalar o PAC ligado ao SIC-EB.

O pedido de acesso à informação pode ser realizado por qualquer pessoa física ou jurídica, seja presencialmente, seja no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), sob a responsabilidade do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), podendo ser acessado pelo link: <http://www.acessoainformacao.gov.br/>.

Todavia, antes de realizar o pedido, orienta-se ao requerente que consulte a página oficial do Exército, na rede mundial de computadores, pois a Instituição cumpre a transparência ativa e disponibiliza muitos dados, que podem ser consultados de imediato.

A informação será prestada imediatamente ou, em caso de indisponibilidade, em até 20 dias, prorrogáveis por mais dez dias, nos termos da legislação aplicável. Se ocorrer indeferimento de acesso à informação ou o não fornecimento das razões da negativa de acesso, o interessado poderá interpor recurso de primeira instância no prazo de dez dias, a contar da ciência dessa decisão.

O recurso de primeira instância será dirigido ao Chefe do Estado-Maior do Exército, autoridade de monitoramento, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contados do recebimento do expediente. Caso seja indeferido, o requerente poderá recorrer, em segunda instância, no prazo de dez dias, a contar da ciência do solicitante. O recurso de segunda instância será dirigido ao Comandante do Exército, que deverá se manifestar no prazo de cinco dias, contados do recebimento da solicitação.

Se o recurso de segunda instância for indeferido, o requerente poderá recorrer, em terceira instância, ao Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União. Se for indeferido também, o interessado poderá recorrer, em quarta instância, à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).



Desde a criação, o SIC-EB recebeu mais de seis mil pedidos de acesso à informação, dos quais 100% foram respondidos no prazo legal, menos de 3% dos requerentes interpuseram recurso perante o Ministério da Transparência e menos de 1% recorreu à CMRI. Dos que trilharam a via recursal, quase a totalidade não prosperou, o que evidencia o comprometimento institucional com a moderna administração pública.

Por fim, neste quinquênio de existência do Serviço de Informações ao Cidadão, o Exército Brasileiro reafirma seu compromisso com a transparência pública, ativa e passiva, e com o fomento do desenvolvimento da cultura da transparência.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**General de Exército**  
**ALBERTO MENDES CARDOSO**

|  
123  
|

## PERSUASÃO, CARISMA E LIDERANÇA

---

General de Exército ALBERTO MENDES CARDOSO

Muito se discute acerca das cotas de carisma e argumentação na composição do perfil ideal do líder direto de pessoas. Tentarei acrescentar ideias ao tema.

Na antiguidade, para os gregos, o termo *kharisma* denotava um dom proveniente de fonte divina. Com o tempo, sua abrangência expandiu-se em um amplo campo conotativo, quase trivializado. Por isso, para conceituar carisma, temos que nos policiar para não cairmos na vala de argumentos simplórios. Ora o carisma é classificado como a virtude necessária e bastante para a liderança ou como a própria liderança; ora é confundido como acompanhante da impostura, da encenação, da tendenciosidade, da empulhação e da manipulação.

Carisma é o arranjo integrado de atributos especiais de liderança inatos e em alto teor, cuja eficácia no convencimento de pessoas independe da capacidade de argumentação de quem o possui.

O carismático – mas não só – *Usain Bolt*, supercampeão dos 100 e 200 metros rasos e mestre da imagem, silencia todo um estádio com o simples gesto do dedo indicador sobre os lábios. Na pose para as fotos com as medalhas, comanda com o olhar o giro de cabeça dos outros dois classificados em direção aos fotógrafos, corrige aquele que errou e é prontamente obedecido. Defende bem as opiniões que emite. Intervala uma entrevista, em atitude de respeito cívico, a fim de homenagear o hino nacional de um país que não é o seu, e é pronta e simpaticamente atendido pela jornalista surpreendida. Dá atenção cortês às pessoas que o aplaudem. Esse é um bom exemplo da mescla harmônica de competência, postura e carisma. Provavelmente seria um ótimo chefe líder de pessoas em uma atividade para a qual estivesse capacitado.

Na área da chefia, carisma é um conceito de valor relativo, pois

a disposição ótima carismática que prepondera diante de determinado grupo pode não funcionar defronte de outro. Uma das razões está no fato de que, para ser eficaz, o carisma do chefe precisa estar imerso no imaginário dos chefiados e alimentar-se dele. Entretanto, imaginários coletivos dependem dos diversificados modelos mentais individuais e dos quadros de valores culturais das coletividades.

Difícilmente haverá metamorfose que possa ser feita no ótimo carismático de uma pessoa que atenda à outra cultura com a mesma eficácia do original. O rearranjo em busca de outro equilíbrio pode soar falso, pois carisma é natural e espontâneo, por definição. No entanto, há casos raros de indivíduos carismáticos que intuem oportunamente – às vezes oportunistamente – uma arrumação adequada a cada situação de exercício de liderança. Podem ser chamados de “metamorfozes ambulantes”, que, de tanto se transmudarem, correm o risco de perder a identidade e o espaço no imaginário das pessoas, no qual se nutrem.

Dentre os atributos formadores do carisma pode-se incluir (não necessariamente todos; nem em ordem de relevância; nem inteiramente verazes, mas sempre verossímeis): novidade, diferença, empatia, simpatia, sensibilidade, entusiasmo, atração pessoal, autoconfiança, coragem, energia, determinação, intuição, inteligência emocional, sagacidade, iniciativa, pragmatismo, objetividade, senso de oportunidade, comunicabilidade, verossimilhança, simplicidade, humildade, informalismo, agregatividade. Tais atributos devem ser considerados, mesmo que façam parte de um jogo de simulações e manipulações.

Percebendo-se a complexidade do conjunto, infere-se o motivo pelo qual são tão poucos os líderes verdadeiramente carismáticos.

Pessoas comuns podem possuir tais qualidades, mas sem o peso, o ajuste, a integração e, em alguns casos, o potencialmente perigoso mito, que as façam ser carismáticas. Elas podem robustecer seus atributos de chefia e, por meio do aperfeiçoamento da personalidade, consistência pessoal, entusiasmo, capacidade profissional, argumentação pura e uso moralmente bom do poder e da autoridade, tornarem-se exemplos que inspirem os subordinados a seguirem-nas em consenso. Desta forma,

estarão aparelhadas para produzir fortes efeitos de liderança semelhantes aos do carisma, porém mais sólidos e, no longo prazo, certamente mais duradouros.

Em apoio às ações de chefia, o uso da emoção (efeito principal do carisma) por um chefe facilita a obtenção da liderança, mas por si só – marquemos bem – não garante sua sustentação. Ela vale mais como complemento da razão, que embasa a boa argumentação e que caracteriza a persuasão pura, incitando a vontade dos chefiados de aderirem às ordens emitidas.

A figura abaixo nos mostra um espectro de proporcionalidade entre argumentação e emoção na ação de chefia. Nos dois extremos, o sinal “X” indica reprovação aos estilos exclusivamente lógicos ou emocionais. Entre eles encontram-se as combinações de mais ou menos argumentação e de menos ou mais emoção, representadas pelas setas. Da posição central para a esquerda: mais argumentação. Do centro para a direita: mais emoção. É aconselhável caracterizar bem o papel apenas complementar do fator emocional, fazendo tender a seta para o lado da argumentação. O entorno da terceira seta da esquerda para a direita atenderia bem a um estilo persuasivo, com base na argumentação e no exemplo, complementado por toques carismáticos ou emocionais.

### **Argumentação – Emoção**

No entanto, da mesma forma que são auxiliares da liderança positiva, a emoção e o carisma podem ser usados para alavancar projetos pessoais ou grupais de poder, mas nem sempre benéficos à coletividade. Esses tipos de projeto geralmente se nutrem da perversa combinação com a obsessão por poder e popularidade. No limite mau, eles tendem a formar um quadro de chefia com as seguintes características:

- Subjetivismo do dom de carisma pessoal como substituto dos argumentos persuasivos consistentes.
- Construção da imagem de líder por grupos de interesse

oportunistas, com projeto de controle e usufruto prolongado do poder do cargo ocupado pelo líder.

- Surgimento do seguinte ciclo perverso: (1) sagração do chefe como líder; (2) adoção dessa imagem pelos liderados, que passam a dar crédito irrestrito à pessoa do chefe, situando-o acima do bem e do mal; (3) sedimentação da reputação do chefe no imaginário dos liderados; (4) conversão do chefe em refém da crença dos subordinados; (5) necessidade de continuar crendo no líder, fazendo com que os liderados alimentem o mito e se submetam a ele obcecadamente.

- Todos os fatores do carisma passam a ser utilizados pelo líder em proveito da aprovação pessoal e da popularidade.

- Vive-se em clima de egocentrismo e culto à personalidade do líder.
- As deficiências pessoais do líder são ignoradas ou acobertadas e esse retribui com leniência quanto aos erros e até crimes dos membros dos grupos de interesse que inflam sua imagem. Dentre esses malfeitos, normalmente encontra-se a corrupção.

- Esses mesmos grupos fazem o líder “submergir” – e ele geralmente é mestre nisso – nas épocas de dificuldades, para só reaparecer quando estas se dissiparem.

- O discurso do líder é predominantemente contra alguém ou alguma situação real ou forjada.

- Subjaz uma tendência do líder ao enredamento na espiral da mentira continuada e multiplicada, e à transferência de responsabilidades a outras pessoas, para se eximir de erros próprios. Ele não tem preocupação de responder à essência de eventuais acusações merecidas; limita-se a falar o que seus seguidores precisam e querem ouvir, para alimentar o imaginário que o mitificou.

Embora o líder carismático extremista seja pouco encontrado em organizações formais, ele existe. Seus adeptos têm necessidade de aceitar até promessas ilusórias do chefe e despercebem quaisquer indícios de eventual falsidade. Há que se acautelar dele, pois existem os que mascaram, atrás do apelo do carisma, intenções pessoais ou de grupos opostas aos interesses da organização e até de um país inteiro.

Por outro lado, ao redor do ponto de equilíbrio ótimo entre argumentação e emoção, as características de uma chefia com liderança persuasiva e dedicada ao cumprimento das missões compõem aproximadamente o seguinte quadro desejável:

- O chefe é pessoa ética e moralizada. Concilia seus valores pessoais com os da organização e exerce o poder do cargo e a autoridade da qual está investido, por intermédio de ações moralmente boas.

- Desenvolveu a habilidade de influenciar a vontade dos subordinados por meio da persuasão pura, lógica e ética, sem manipulação, induzindo a predisposição para comportamentos que sejam benéficos para a organização.

- Tem domínio da lógica ou, pelo menos, dos esquemas de argumentação, por meio de silogismos.

- Usa a emoção moderadamente e o exemplo fortemente, em apoio à obtenção do comprometimento dos subordinados com a missão, não com sua pessoa.

- Aperfeiçoou a sensibilidade para detectar os sentimentos das pessoas e usa essa empatia para adaptar suas mensagens aos chefiados.

- Desenvolveu e põe em prática o espírito de trabalho em equipe.

- Possui conhecimento profissional sólido. Poucos acontecimentos emergentes na sua área de atribuições o surpreendem, dada a boa capacidade de previsão e organização.

- Em períodos de dificuldades ou de crise, ele aguça o discernimento, mantém-se equilibrado à frente da gestão do cargo e não teme se expor.

- Apesar de identificar-se fortemente com o grupo que chefia, não hesita nos casos de indisciplina e é equânime no julgamento. Adverte ou repreende com discrição e sempre procura extrair aprendizagem dos erros e difundi-la para os subordinados, sem exposição ou constrangimento dos transgressores.

- Imbuí-se dos padrões e valores da cultura da organização e os explora na formação das atitudes dos subordinados.



- Paciente e perseverantemente legitima-se como líder ante os subordinados e transforma-se em exemplo a ser seguido. Torna-se, assim, um chefe investido de legalidade e revestido de legitimidade.

- Com essa legitimidade, é percebido como mais um do grupo que chefia e consegue que, internamente, todos se sintam corresponsáveis pelo atingimento dos resultados. Todavia, todos sabem que, externamente, ele não abre mão da responsabilidade pelas falhas eventuais.

A partir desses dois quadros, que sugerem o que adotar e o que rejeitar, um candidato a chefe líder pode produzir uma síntese com os atributos desejáveis do líder direto de pessoas e levantar ideias para sua capacitação pessoal. Antes de tudo, sugiro que sua virtude básica, que permeia todos os atributos, exceto, talvez, os da área de talento e competência, seja o caráter, ornado pela retidão de comportamento, tenacidade, apego à verdade, honradez, confiabilidade e comprometimento. Nos horizontes médio e longo, o caráter é o grande impulsionador da continuidade, da autoconstrução e do aperfeiçoamento do líder.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

# JULHO

# 2017

**General de Brigada**  
**JOÃO CHALELLA JÚNIOR**

|  
131  
|

## OCOP - CAPACIDADE PLENA

---

General de Brigada JOÃO CHALELLA JÚNIOR

O Exército Brasileiro (EB), para atender à missão constitucional, deve ser um instrumento dissuasório à disposição da Nação Brasileira, o que requer organização, equipamento e adestramento, visando obter resultados decisivos nas operações militares e nas demais atividades das quais participa ativamente.

O combate moderno e a ampliação da capacidade institucional de proteção ao Estado Brasileiro, preconizada na Estratégia Nacional de Defesa, impõem ao Exército Brasileiro a execução de um Processo de Transformação, por intermédio dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE).

Com o intuito de manter a permanente capacidade operacional e contribuir com a Base Industrial de Defesa (BID), o EB busca preencher as lacunas de capacidade, por meio da obtenção e modernização de seus sistemas e materiais de emprego militar. Nesse sentido, foi estruturado o Projeto Estratégico do Exército de Obtenção da Capacidade Operacional Plena – PEE OCOP.

O OCOP foi criado em 2012 e é o único Programa Estratégico que contempla todo o EB, contribuindo, efetivamente, para a manutenção do estado de prontidão da Força Terrestre (F Ter). Tem por escopo atender às demandas de sistemas e materiais de emprego militar para dotação das organizações militares, permitindo a atuação nas operações no amplo espectro e, em particular, na proteção da sociedade.

Esse Projeto tem como Autoridade Patrocinadora o Chefe do Estado-Maior do Exército, cabendo a gerência ao 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército. Entre seus benefícios, destacam-se a contribuição para o estado de prontidão operacional, a adequada capacidade dissuasória e o fortalecimento da BID.

O OCOP está estruturado em: Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha, Projeto Combatente Brasileiro, Projeto Sistema de Material de Engenharia e Ações Complementares.

O Subprograma Sistema de Artilharia de Campanha busca a reestruturação desse sistema, de modo a permitir apoiar as operações conduzidas pela Força Terrestre, mediante a aplicação de fogos adequados às necessidades, de forma potente, precisa e oportuna. Ressaltam-se a modernização de 32 (trinta e duas) Viaturas Blindadas de Combate Obuseiro Autopropulsado (VBCOAP) M109 A5 + BR e aquisição do Sistema Digitalizado de Artilharia de Campanha (SISDAC).

O Projeto Combatente Brasileiro visa dotar o combatente individual de equipamentos, armamentos e sistemas adequados à sua atuação nos diversos ambientes operacionais - como, por exemplo, a Região Amazônica - visualizados para condução de operações militares pela Força Terrestre, possibilitando maximizar a letalidade seletiva, a proteção individual e a consciência situacional.

O Projeto Sistema de Material de Engenharia tem por escopo a obtenção de sistemas e materiais de emprego militar específicos de Engenharia, tais como meios de abertura de brechas, transposição de cursos d'água, equipamentos de purificação de água, geradores etc., reduzindo o hiato tecnológico dos meios relacionados à mobilidade, contra mobilidade e proteção. Salienta-se o emprego desses meios no contexto de operações de apoio a calamidades, sobressaindo-se a "mão amiga" da Força Terrestre na proteção da sociedade.

As Ações Complementares são processos que subsidiam a implementação do programa, além de abrangerem atividades necessárias que não demandem a estruturação de um subprograma/projeto para sua execução, abarcando a aquisição de viaturas operacionais especializadas (blindadas e não blindadas), meios de comunicações, armamentos, equipamentos optrônicos, embarcações, material aeroterrestre, saúde operativa, entre outros.

Entre as principais entregas já realizadas pelo Programa, realçam-se as seguintes: equipamentos rádio, Sistema de Aeronaves

Remotamente Pilotadas (SARP), Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal (VBTP) M113 BR modernizadas, monóculos de visão noturna LORIS, fuzis IA2, embarcações Guardian 25, portadas táticas, morteiros 81 mm, mísseis IGLA, viaturas operacionais especializadas, paraquedas e equipamentos de pontaria/levantamento de alvos.

Manter as atuais e obter novas capacidades são fatores determinantes para a adequada prontidão operacional da Força Terrestre e o atendimento das demandas da sociedade brasileira. É nesse mister que o OCOP vem atuando, de modo a contemplar todo o Exército com sistemas e materiais de emprego militar, contribuindo decisivamente para a geração de poder de combate e o fortalecimento da BID.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

**Jornalista**  
**ALAN MARQUES**

|  
135  
|

---

## FOTOGRAFIA: ESTAMOS TODOS CONECTADOS A ELA

---

Jornalista ALAN MARQUES

Falar de fotografia é falar de história. É o passado registrado, congelado e preservado de alguém ou de um lugar importante para alguém. É esse fragmento do tempo chamado fotografia que salva a memória da morte ou do esquecimento. Uma foto é, hoje, nessa realidade hiperdimensionada da Internet, o modo de comunicação em massa mais eficiente. Há outro contexto na contemporaneidade para a reflexão sobre o estudo da Comunicação nos meios digitais: o conteúdo da informação visual, que é tão importante quanto a forma de fazê-lo chegar ao público-alvo.

136

Para entender o presente é preciso estudar o passado. Assim, o exemplo apresentado neste artigo é o da fotografia histórica intitulada “*Raising The Flag on Iwo Jima*”, feita por *Joe Rosenthal* no dia 23 de fevereiro de 1945. Essa imagem mostra cinco fuzileiros navais norte-americanos e um paramédico da Marinha dos Estados Unidos fixando a bandeira dos EUA no topo do Monte *Suribachi*, no momento da conquista durante a batalha de *Iwo Jima* (Segunda Guerra Mundial). A foto foi feita ainda no calor da batalha, que matou três dos seis soldados que fixam a bandeira: *Franlin Sousley, Harlon Block e Michael Strank*.

Após o registro fotográfico, ainda no teatro da guerra, o negativo foi levado para ser revelado longe da ação e, em seguida, enviado, via radiofoto, para os Estados Unidos. Os editores dos meios impressos da época logo perceberam a força comunicativa do fragmento temporal feito por *Rosenthal*, em que seis soldados lutavam para marcar a posição dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra. Na imagem, estão homens cujos rostos não são identificados. A foto trouxe à tona o discurso de jovens anônimos, que lutavam pelo “*American Way of Life*”



em um país distante. Era o soldado anônimo: poderia ser o filho, o pai, o irmão ou o vizinho de qualquer cidadão norte-americano que tentasse entender a cena.

Logo, essa fotografia transformou-se em produto de propaganda dos EUA para arrecadar fundos para a guerra. Os três sobreviventes (*John Bradley, Rene Gagnon e Ira Hayes*) voltaram para os Estados Unidos como peças-chave dessa campanha de financiamento bélico. Além de sensibilizar toda uma nação, a foto de *Rosenthal* transcendeu como obra de arte, ao virar referência para a estátua de bronze *Marine Corps War Memorial*, construída pelo artista *Felix de Weldon* e instalada perto do Cemitério Nacional de *Arlington*, no Estado de Virgínia, não por acaso onde todos os heróis de guerra são enterrados.

É fato que a fotografia tem o poder de influenciar, modular, construir e desconstruir discursos ideológicos. A foto em questão tem mais de meio século e ajudou o governo norte-americano a manter política e financeiramente a Segunda Guerra Mundial. Tudo isso em um ambiente onde os meios de comunicação mais fortes eram o rádio, os jornais impressos e a televisão.

Para transportar o raciocínio sobre a importância da fotografia para a atualidade, há de se levar em consideração as mudanças ocorridas com a popularização dos *smartphones* e a conexão ininterrupta deles com a Internet. O telefone celular deixou de ser apenas o aparelho que realiza ligação de voz entre as pessoas. Ele passou a ter sua função extrapolada para além das telecomunicações, uma vez que possui câmera de vídeo e foto, e programas de edição, além de se conectar a uma variedade de redes sociais.

Esse aparelho móvel é o meio de comunicação mais forte, rápido e eficiente da atualidade. Num exercício hipotético, se *Joe Rosenthal* tivesse feito sua famosa foto com um telefone celular, a fotografia “*Raising The Flag on Iwo Jima*” seria compartilhada no *Facebook* ou no *Instagram* imediatamente, com alcance mundial praticamente instantâneo. Como se diz na linguagem de hoje: a foto de *Rosenthal* teria “viralizado”

A intenção deste texto é abrir para a reflexão sobre a importância da fotografia. Não podemos nos esquecer de destacar que a atual conjuntura prova que não há mais controle sobre a produção e a veiculação de qualquer informação no ambiente da rede. A fotografia pode ser feita por qualquer cidadão e enviada para qualquer pessoa que tenha um telefone celular conectado à Internet.

O desafio é maior para os fotógrafos profissionais, que precisam se destacar dentro de uma realidade em que “todos são fotógrafos”. Cresce, também, a preocupação das instituições, as quais, em sua luta pela solidificação e preservação da própria imagem, devem educar seus funcionários sobre o código de comportamento nas redes sociais. O invariável é que a fotografia continua a ser o meio de comunicação de massa mais eficiente inventado pelo homem. Estamos todos, de alguma forma, conectados a ela.

\*O autor é jornalista e professor

**Coronel**  
**PAULO ROBERTO DA SILVA GOMES FILHO**

|  
139  
|

---

## A LIDERANÇA NO NÍVEL POLÍTICO

---

Coronel PAULO ROBERTO DA SILVA GOMES FILHO

Os jornais mais importantes do País têm dedicado diversos editoriais e textos de opinião, nos quais se diagnostica a ausência de lideranças políticas capazes de “aglutinar sentimentos, representar vontades, promover consensos e levar adiante projetos que ultrapassem os interesses particulares”. Atesta-se, portanto, repetidas vezes, a falta que os líderes fazem ao Brasil nesse momento de gravíssimas dificuldades políticas, econômicas e sociais.

Realmente, não há exemplos na história recente do Brasil de um momento em que lideranças políticas fossem tão escassas, tão difíceis de ser apontadas. Pretensas lideranças foram engolfadas por escândalos e deixaram órfãos aqueles que, de boa-fé, creditavam-lhes alguma dose de confiança na capacidade de conduzir os destinos da Nação.

Lideranças políticas podem ser definidas como pessoas com a capacidade de influenciar outras, por intermédio da criação de vínculos afetivos (respeito, admiração, confiança), de modo que os cidadãos sejam levados a acreditar que o líder conduzirá o grupo – no caso, o próprio país – pelos melhores caminhos para a superação de todas as dificuldades que se apresentam.

Três devem ser os focos de trabalho das lideranças políticas: o primeiro é o de criar uma visão de futuro para a coletividade a que servem. Assim, as lideranças devem ter o exato objetivo de para onde querem conduzir a sociedade que as elegeu. O segundo foco é a mudança. Para isso, devem ter clara a noção da realidade que as cerca, saber exatamente em que ponto a sociedade se encontra e quais deverão ser as medidas que conduzirão à situação a que desejam chegar. O terceiro é o alinhamento das políticas, estratégias, programas e projetos de governo, para que todos os ministérios, secretarias, agências e órgãos trabalhem em coordenação de esforços (e não em concorrência), na busca das metas colimadas.

Evidentemente, não é tarefa fácil. Em tempos normais, tudo isso exige preparo intelectual, capacidade de articulação, experiência política, entre outras qualidades. Em época de crise, como a que vivemos, some-se a essas expertises uma sólida crença nos valores caros à sociedade que o líder representa, valores esses como honra, honestidade, amor à verdade e à justiça, respeito aos cidadãos (que devem ser, genuinamente, considerados dignos de reverência, deferência e gratidão), integridade e patriotismo, colocando-se os interesses da Pátria acima das conveniências particulares.

Não há atalhos na formação de lideranças políticas. Estas são forjadas durante o caminho do serviço à sociedade, desde a experiência comunitária até o desempenho dos mais altos cargos da Nação. Não há, portanto, espaço para aventureiros ou “salvadores da pátria”. Entretanto, vivemos dias em que é muito difícil reconhecer líderes que comunguem dos valores mais caros aos brasileiros. É, principalmente, por essa razão que os formadores de opinião na imprensa e a grande maioria dos brasileiros clamam por líderes capazes de aglutinar as vontades de todos os setores da sociedade, na busca de um caminho que nos conduza aos destinos a que aspiramos como cidadãos.

Crença em valores. É isso que os brasileiros esperam de suas lideranças. Somente pessoas que demonstrem essa capacidade conseguirão inspirar os brasileiros, unindo a sociedade em prol das soluções para os muitos problemas que nos afligem.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Coronel** |  
**FÁBIO RICARDO MARQUES** | 143 |

## PESQUISA COMPROVA O ÊXITO DA FORÇA DE PACIFICAÇÃO NA MARÉ

---

Coronel FÁBIO RICARDO MARQUES

Ao realizar rápida busca acerca da Operação São Francisco, executada pelas Forças Armadas no Complexo da Maré, por meio da Força de Pacificação Maré (F Pac Maré), no período de 5 de abril de 2014 e 30 de junho de 2015, verifiquei a existência de inúmeros trabalhos ligados ao assunto.

Chamou-me a atenção uma pesquisa publicada recentemente, intitulada “A Ocupação da Maré pelo Exército Brasileiro – Percepção de Moradores sobre a Ocupação das Forças Armadas na Maré”, e coordenada por Eliana Sousa Silva, Pós-Doutora em Segurança Pública pela *Social Science Research Council* e Diretora da ONG Redes da Maré.

Com o objetivo de contribuir para a formulação de uma política pública de segurança que respeite e garanta o direito dos moradores, a Organização Comunitária Redes de Desenvolvimento da Maré entrevistou mil pessoas, moradoras do Complexo e que vivenciaram a ocupação do Exército.

Antes de tecer alguns comentários acerca de dados estatísticos da pesquisa, julgo conveniente emitir as seguintes considerações:

- a ONG Redes da Maré menciona que acompanhou e avaliou o impacto da pesquisa, com o propósito de orientar ações junto às comunidades e contribuir para a formulação de uma política pública de segurança que respeite e garanta os direitos dos moradores. Para tanto, eles foram o público-alvo, por sofrerem, cotidianamente, o efeito da violência decorrente da omissão do Estado na garantia do direito à segurança pública;

- ao se analisar os números alcançados pela pesquisa, há de se considerar o fato de a população da comunidade da Maré ser arredia



à atuação das forças de segurança, além de não se reconhecer com os mesmos direitos que outros moradores da cidade;

- as condições adversas, a pobreza, a pressão dos bandidos e a falta de perspectiva de melhoria de vida, aliadas à insegurança causada pelas divergências entre as facções criminosas, são traços sociais diretamente ligados à criticidade da pesquisa que, certamente, influenciaram negativamente no resultado;

- segundo o estudo, os conflitos armados constituem-se no fator de maior repulsa à vida na comunidade, o que se traduz em desvantagem para quem cumpre missão típica de segurança pública. Essa questão assume maior dimensão a partir do momento em que 43% dos moradores entrevistados moram na área considerada a mais conflagrada do Complexo; e

- ressalta-se que o fato de uma parcela da população ter apresentado descrença em relação aos benefícios que a F Pac Maré poderia proporcionar se deve, também, à existência de experiência anterior em outra região do Estado (atuação de Força de Pacificação no Complexo do Alemão – Operação Arcanjo), que não teria trazido melhorias significativas nas condições de vida daquela área.

A despeito dos aspectos mencionados, que se traduziram em elementos dificultadores para o cumprimento da missão, a percepção deste autor é a de que a atuação da Força de Pacificação foi exitosa, a partir da análise de alguns dados estatísticos disponíveis na pesquisa, conforme se pode inferir:

- a cada cinco entrevistados, aproximadamente três concordaram (totalmente ou em parte) que é importante e necessário que a Força de Pacificação continue atuando na comunidade, ao passo que um a cada quatro discordou (totalmente ou em parte). Esse percentual de aprovação pode ser considerado bastante positivo, uma vez que quase a metade dos moradores habita a área mais conflagrada do Complexo, cuja facção dominante estava mais organizada e em condições melhores para reagir às ações militares. Ainda de acordo com a pesquisa, 21,6% dos moradores afirmaram ter visto algum confronto violento entre os Soldados das

Forças Armadas e os Agentes Perturbadores da Ordem Pública (APOP). Como os conflitos armados constituem-se no fator de maior repulsão para a comunidade, é provável que boa parte desses moradores tenha se mostrado desfavorável à presença e atuação da F Pac Maré;

- cerca de 2/3 dos moradores mostraram-se favoráveis, concordando, total ou parcialmente, com a proposição de que era importante que os soldados fizessem o patrulhamento das ruas da Maré, especialmente à noite, enquanto que 1/4 dos entrevistados foi avesso, parcial ou totalmente. O dado passa a percepção de que a população aprovou a presença da tropa e de que teve o interesse de usufruir daquilo que a F Pac Maré tinha a lhe proporcionar: a segurança. Cabe salientar que, durante a noite, a maioria das pessoas encontrava-se em seus lares, ficando, portanto, menos vulnerável aos confrontos armados;

- outro elemento em destaque é o fato de somente 9% dos entrevistados (eles próprios ou alguém que mora com eles) alegarem ter sido vítimas de algum tipo de violação de direito por parte da Força de Pacificação (dano corporal, entrada em domicílio sem autorização, entre outros). Como referencial comparativo, a mesma pergunta foi feita aos moradores, mas considerando as violações de direito perpetradas por parte da Polícia nos três anos que antecederam à Operação São Francisco. Nesse caso, o índice foi de 22%.

Deve-se frisar que a F Pac Maré contou com o efetivo aproximado de uma Brigada do Exército Brasileiro (cerca de 3 mil militares), o qual esteve em contato com a população por 14 meses, durante 24 horas por dia e 7 dias por semana. Ademais, a tropa esteve presente em todo o perímetro do Complexo, ao longo de toda a Operação.

Na busca de maior reflexão quanto aos percentuais disponibilizados pela pesquisa, o grande alcance dos produtos de mídia, que potencializaram a voz e a opinião das pessoas, tem que ser levado em consideração. Os depoimentos de moradores descontentes e/ou manipulados por bandidos foram apresentados pela imprensa, sendo, em alguns casos, fartamente explorados por meio de agências sem compromisso com a notícia, mas sim com a venda de seus produtos sensacionalistas.

É certo que essa proximidade das ações com o público pela mídia causou grande pressão sobre a tropa e os comandos envolvidos, no sentido de pautarem a conduta o mais correta possível.

A imprensa realizou a cobertura acirrada das atividades desempenhadas pela tropa. A velocidade da informação e a ampla repercussão popular tiveram papel decisivo para o achatamento dos níveis decisórios durante as operações. Assim, simples ações táticas, como revistas de pessoal, poderiam ter repercussões até mesmo políticas, com a veiculação de reportagens manipuladas.

Ao analisar a pesquisa, houve o entendimento de que a pesquisadora buscou utilizar essa ferramenta como uma crítica em relação à falta de interesse e capacidade do Estado, em elaborar uma política de segurança pública que tenha como meta central a preservação da vida e a integridade das pessoas. Comprova-se tal assertiva ao se observar que nenhum dos inúmeros aspectos positivos obtidos ao longo da Operação foi sequer citado no trabalho.

Por fim, desde o início, a Força de Pacificação salientou que a segurança era apenas um dos itens a ser perseguidos na restauração da paz social. A presença da F Pac estabeleceu uma janela de oportunidade para uma atuação conjunta com o Estado e com o Município do Rio de Janeiro, visando desarticular as facções criminosas, incrementar a atuação das esferas sociais e governamentais e alavancar as condições de cidadania e de vida da população. O que ocorreu, efetivamente, é que diversos atores, em todos os níveis, deixaram de se fazer presentes nas suas respectivas áreas de responsabilidade, impossibilitando o estabelecimento de políticas e de ações que se traduzissem na melhoria das condições de vida daquela comunidade.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**1º Tenente**  
**AMILTON MENDES PASSOS**

|  
149  
|

---

## A MÚSICA MILITAR E SUA HARMONIOSA MISSÃO

---

1º Tenente AMILTON MENDES PASSOS

Este artigo traz à reflexão o emprego da música militar na antiguidade e nos dias atuais. Os chamados “bandos de aventureiros” do Século IV colocam-se, hoje, entre os principais instrumentos psicológicos no despertar das grandes massas. Tal poder deve ser levado a sério e utilizado nas operações militares, confirmando a citação do General Jonas Correia, em 1921: “A canção militar é um alimento para o espírito militar e estimulador da alma do soldado”.

É sabido que a atuação da banda de música influencia, espontaneamente, todo o efetivo de uma unidade militar e, quando levada para além dos muros da caserna, causa admiração, provocando aplausos. Isto gera, nos bons patriotas, intenso desejo de ingresso na vida castrense. Quem de nós poderá afirmar que nunca se emocionou ao ver e ouvir uma banda de música executar hinos pátrios ou desfilar garbosa, despertando uma irresistível vontade de marchar ou cantar? É pura magia em forma de convite para avançar, como Napoleão Bonaparte afirmou: “Ponha uma banda de música na praça e o povo a seguirá para a festa ou para a guerra”.

No passado, o músico militar era autodidata. Nos dias atuais, com a evolução e o aprimoramento profissional do Exército Brasileiro, em 2005, criou-se o Curso de Formação de Sargentos Músicos na Escola de Instrução Especializada (EsIE). Em 2011, o curso transferiu-se para a Escola de Sargentos de Logística (EsSLog) e, em 2015, passou a formar as primeiras mulheres musicistas, concluindo mais uma etapa evolutiva da Força. Nessa Escola, são formados também, os mestres de música, futuros regentes das bandas de música e fanfarras do Exército, distribuídas pelo território brasileiro.

As obras musicais apresentadas pelas bandas e fanfarras seguem padrões modernos, abrangendo todas as camadas da sociedade e

representando a música dos quatro cantos do Brasil. A formação primorosa e a aplicação desses músicos em diferentes atividades transformam-nos em artistas comparáveis aos das mais avançadas orquestras mundiais, verdadeiro espetáculo de sons.

O Exército de Caxias cultua valores, costumes e tradições, sendo um deles as bandas de música e fanfarras. Por essa razão, é necessária a pesquisa das origens dessas relíquias, a fim de bem aproveitá-las nos dias atuais e prepará-las para o futuro.

A banda de música militar é originária da fanfarra de Cavalaria, formada por instrumentos de metal dos grupos da época medieval, existindo registros em documentos da antiga Roma. Seu emprego nos batalhões e regimentos de todos os povos é uma constante. A formação e a divisão instrumental variam de acordo com as características de cada país e de cada exército, levando em consideração o real emprego.

É fundamental destacar que a evolução das bandas de música e das fanfarras está ligada diretamente ao desenvolvimento dos instrumentos musicais, alguns surgidos nos primórdios da humanidade. Na associação evolutiva, resultam inúmeras possibilidades técnicas, estruturais e sonoras, sabendo-se que, no Primeiro Milênio d.C., esses instrumentos passam a ter o emprego direcionado verdadeiramente para as atividades militares. Alguns soldados, até então guerreiros, são requisitados para atuar como instrumentistas numa nova estrutura militar intitulada “banda de música”.

Diversos tipos de bandas de música foram sendo organizados de acordo com a quantidade e a variedade dos instrumentos de cada época. Na Síria, em 1191, foram introduzidas as trombetas, para chamadas e anúncios. Já nos séculos seguintes, o fife (pífaro) e a caixa clara foram os líderes dos instrumentos da Infantaria. Os Cruzados, de volta da Terra Santa, trouxeram a riqueza dos instrumentos usados pela Guarda do Sultão da Turquia. Na França, entre os anos de 1645 e 1715, Luís XIV de *Bourbon* mandou aumentar o efetivo das bandas dos seus regimentos. Na Alemanha e na Rússia, também foram criadas bandas em cada regimento.

Nos primórdios do Século XVIII, os compositores começaram a

criar temas militares e patrióticos. A partir de 1750, as bandas passaram a ter estruturas definidas e organizadas dentro das unidades e a realizar apresentações em praças públicas.

Quando Dom João VI desembarcou no Brasil, em 1808, trouxe consigo uma banda formada por nove músicos. Em Portugal, cada Regimento de Infantaria do Exército possuía essa formação, sendo alterada, em 1815, para 11 integrantes. Outro aumento expressivo foi na Inglaterra, quando a banda integrante da *Royal Artillery* passou de 12 para 38 instrumentos. A França mostrou interesse no aperfeiçoamento, formando, em 1845, uma banda oficial com 48 instrumentistas. A Suíça copiou o mesmo efetivo da Prússia, que era de 36. O Exército Brasileiro possui, atualmente, uma divisão para o número de integrantes nas bandas e fanfarras, tendo de 16 até 96 músicos.

Segundo o Professor Florêncio de Almeida Lima, em seu livro *Elementos Fundamentais da Música*, “as bandas de música são excelentes fatores de cultura artística e concorrem poderosamente para o desenvolvimento do bom gosto do povo”.

Na Guerra da Tríplice Aliança, nossos “guerreiros dos sons” estavam presentes, derrotando por inteiro a banda de música do 40º Corpo de Linha do exército oponente. Já na campanha da Itália, também houve contribuição com ações musicais, num efetivo de 120 músicos, integrando parte da Força Expedicionária Brasileira, o que levou brasilidade musical aos nossos Pracinhas.

Sobre a banda de música, *George Fielding Eliot*, militar da Escola de Comando e Exército-Maior do Exército dos Estados Unidos, escritor e jornalista especializado em assuntos militares e navais, em publicação na edição brasileira de novembro de 1953, da Revista *Military Review*, afirma em *A Alma do Exército*: “As canções que toca e as palavras que as acompanham podem parecer muito afastadas do heroísmo ou da devoção, mas o seu poder mágico e estimulante pode levar a alma dos homens a compreender certas verdades de que suas mentes duvidariam. Mais do que isto, ninguém pode dizer ao certo onde vive a alma do batalhão, mas a expressão dessa alma é, na maioria das vezes, encontrada na banda”.



Sem dúvida, o verdadeiro significado da missão musical das bandas e fanfarras militares, quer sejam do passado, quer do presente, é conduzir a cadência rumo aos objetivos colimados.

Na oportunidade em que a Rádio Verde-Oliva, do Centro de Comunicação Social do Exército, completa 15 anos no ar, com inúmeras e variadas atividades voltadas à cultura e ao entretenimento, destaco o programa semanal “Bandas e Fanfarras”, que tem divulgado e preservado as tradições patrióticas e castrenses, por meio da arte musical militar, o que enaltece os valores do nosso Exército, bem como revela as ações e os projetos incentivadores dessa arte, aproximando a tropa e a sociedade.

\*O autor é oficial músico do Exército Brasileiro

# AGOSTO

2017

**General de Exército**  
**PAULO CESAR DE CASTRO**

|  
155  
|

## O DESAFIO DA SEGURANÇA PÚBLICA

---

General de Exército PAULO CESAR DE CASTRO

Muito se tem publicado sobre o tema, em geral, notícias que alarmam, intranquilizam e fazem com que os cidadãos de bem se sintam acuados, desamparados e à mercê dos, cada vez mais, ousados criminosos que infestam nossas cidades, rodovias, áreas de lazer e outrora pacatos povoados no interior. Tem sido frequente a divulgação de medidas adotadas pelo Estado, a meu ver, limitadas e restritas à compra de viaturas, de equipamentos e armamento para os órgãos relacionados no Art. 144 do texto constitucional. Parecem-me medidas com sabor de demagogia ao molho de populismo e que passam ao largo do cerne do sério problema enfrentado por todos os brasileiros, nas cidades e nos campos.

Por justiça, devo registrar a inovadora estratégia adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro: ocupar, permanentemente, regiões de homizio de bandidos ligados ao crime organizado com unidades de Polícia Militar, apropriadamente batizadas de Polícia Pacificadora.

Contudo, pretendo demonstrar que a visão dos governantes e legisladores tem se limitado ao vetor policial de tão angustiante desafio. Estou convicto tratar-se este, apenas, de um dos múltiplos segmentos que precisam ser alvo imediato de atenção das autoridades eleitas para dar solução ao desafio da Segurança Pública que, por sua dimensão, assumiu status de legítimo objetivo nacional atual (ONA) de elevada prioridade.

Ao equacionar o problema e tentar dar-lhe solução, proponho abordagem ampla, profunda e simultânea, a começar pela educação em seu sentido mais amplo e indispensável. Educar sob os pontos de vista cognitivo, psicomotor e, notadamente, afetivo. Neste campo, desenvolver com os alunos, em todos os níveis da educação formal, valores indispensáveis aos cidadãos para a vida em sociedade. Educá-los

para internalizar e valorizar a honestidade, o respeito, a solidariedade, a saúde e o repúdio às drogas, o civismo, o trabalho, a dedicação, o esforço pessoal, a prática da verdade, a família, a meritocracia e tantos outros valores que transformariam sucessivas gerações em construtoras do Brasil que almejamos.

É óbvio que, para tal, a educação receberia fortes investimentos em infraestrutura e preparo de docentes, habilitando-os cognitivamente e afetivamente para serem exemplares educadores. Os currículos, em todas as disciplinas, contemplariam a abordagem dos aspectos afetivos da educação integral que aqui se propõe. Preparados para a vida em sociedade, cidadãos honestos não admitiriam ser corruptores ou corrompidos. Cidadãos assim educados repudiariam as drogas, e o tráfico ficaria sem seu sustentáculo, os consumidores. Haveria comércio sem demanda? Cidadãos conscientes de sua responsabilidade para com a Segurança Pública obedeceriam às leis de trânsito, preservariam o patrimônio público e privado, fiscalizariam e denunciariam criminosos de toda ordem. Sem pessoas integralmente educadas, não haverá solução.

À educação somam-se a geração e a oferta de trabalho como parte da solução do problema de Segurança Pública. As pessoas já educadas estariam preparadas para se dedicar de corpo e alma à construção nacional pelo suor de seu labor. Trabalhariam e galgariam por mérito, degrau a degrau, a escala funcional ou hierárquica do segmento profissional ao qual se dedicassem. Tais cidadãos valorizariam o respectivo salário e pagariam impostos e taxas por entenderem sua necessidade para o funcionamento pleno do Estado. Trabalhando, sentir-se-iam ofendidos e repudiariam esmolas governamentais de qualquer tipo ou origem. Brasileiros assim almejavam progredir, vencer na vida por seu próprio mérito e praticariam os valores que internalizaram.

Educar e oferecer trabalho ainda seriam pouco. A solução para o problema de Segurança Pública implica, também, investimentos substanciais em moradia. Um amplo programa residencial e indispensável para evitar a fixação definitiva de milhões de pessoas em favelas e palafitas, verdadeiras áreas de homizio do crime dito organizado. As

peessoas educadas e com trabalho formal ansiariam por morar em bairros urbanizados, visualmente atraentes, com comercio local legalizado, servido de eficazes meios de transporte, limpos, bem iluminados e policiados. As residências e esses bairros seriam tais que qualquer governante nelas poderia morar com sua própria família e não algo de quinta ou décima categoria. Em decorrência, as áreas antes florestadas receberiam sua vegetação nativa de volta. Fenômeno idêntico ocorreria com as margens de rios, canais e praias, que estariam livres da agressão decorrente da ocupação irregular, insalubre e sem higiene. E o que dizer da poluição diária de baías, cursos de água e mares? A solução do desafio da Segurança Pública produziria reflexos, como se vê, na preparação do meio ambiente.

Entretanto, a solução não está completa. A ação dos Órgãos de Segurança Pública levaria aos cárceres todos os foras da lei que infestam nosso País, se condenados. É, pois, imprescindível, investir recursos públicos na construção de presídios para receberem a marginalidade condenada pela Justiça. Além de penitenciárias inexpugnáveis em número suficiente para a empreitada, o sistema prisional seria operado por agentes meticulosamente selecionados, preparados e instruídos para tal. Entende-se que seriam oriundos daquela sociedade educada, honesta, dedicada e, portanto, incorruptível, consciente do valor da contribuição que prestam à sociedade. Não mais se investiria em paliativos para as prisões atuais, mas em instalações modelares que fariam inveja a outros países. Os brasileiros que as operassem, em todos os níveis, da direção à carceragem, seriam instrutores de estrangeiros que aqui viriam aprender com os nacionais.

Educação + trabalho + moradia + extinção de áreas de homizio + reforma do sistema penitenciário = Segurança Pública que o País almeja e merece? Quase isto; está quase definida a equação que resolve o problema. Faltam outras parcelas imprescindíveis como todas as demais. Trata-se, agora, da reforma do Código de Processo Penal, além da do Código Penal, nesta prioridade. O primeiro tem facilitado aos criminosos recursos quase intermináveis e benefícios que facilitam sua

saída antecipada dos cárceres sem o cumprimento das penas recebidas. Os noticiários estão repletos de fatos desta natureza. Imagine o leitor a perplexidade dos integrantes dos Órgãos de Segurança Pública ao verem em liberdade aqueles que ontem haviam sido presos e condenados. Este ângulo do problema, se não abordado simultaneamente com os demais, permite concluir pela quase certeza da impunidade: “Afim, se serei posto em liberdade em breve... por que não cometer o crime?”

E o Código Penal? Proponho outra reflexão ao leitor: um policial encontra, diariamente, contraventores anotando apostas do jogo do bicho. O que fazer? Vista grossa? É honesto, regular, legal ou a lei não é para valer? E o que fazer com os consumidores de drogas, sem os quais a cadeia criminosa estaria rompida? Todos os elos deste ciclo “produtivo” têm que sentir a ação enérgica dos agentes do Estado. Atuar sobre plantio, refino, transporte, estocagem, distribuição, comercialização e consumo não é importante?

Em “O Monge e o Executivo” encontra-se sábio ensinamento. Lê-se que durante a vida, todos os homens devem fazer, sem exceção, duas coisas, a saber: morrer e escolher. Nesta abordagem sobre Segurança Pública cabe breve reflexão sobre escolhas. Aquelas pessoas a que me referi, educadas, honestas, trabalhadoras, exemplos e multiplicadoras de valores escolherão seus governantes e legisladores.

Discernir para selecioná-los entre os efetivamente comprometidos em enfrentar o desafio da Segurança Pública é essencial para a efetiva solução deste angustiante e diário problema com o qual todos se defrontam. Eleger bem, eis outra ação inalienável da solução do problema. Em consequência de escolha bem pensada, ter-se-á, também, legisladores aos quais manifestaremos admiração e sincero respeito. Veja leitor, como a sociedade educada desprezará e banirá os demagogos, populistas, mentirosos, corruptos e desonestos, preguiçosos, enganadores da palavra fácil e outros da igual estirpe. Que vitória!

Este variado naipe inclui os que enganam o povo ao acenar com o emprego das Forças Armadas em atividade de Segurança Pública. São os mesmos que enganam muitos com a frase demagógica “o Haiti é aqui”.

Para gente desta laia, aquelas pessoas educadas para a vida bradarão: profissionais não se improvisam! Isto sem falar que seria exercício ilegal de outra profissão. Enfatizo, pois, que as Forças Armadas não são parte da solução deste problema. Suas intervenções limitadas no tempo e no espaço, em ocasiões excepcionais, são operações militares de garantia da lei e da ordem, jamais ações de segurança pública.

Aproxima-se, agora sim, a solução completa. Apoiar, valorizar, dignificar, manifestar orgulho, aplaudir e investir permanentemente nas instituições relacionadas no Art. 144 da Constituição Federal completa a solução que proponho. Lembro que algumas delas, as polícias militares em especial, têm séculos de serviços prestados ao País, na paz, na guerra e em prol da ordem pública. Recordo que os integrantes de todas as instituições encarregadas da Segurança Pública arriscam suas vidas, diariamente, para minorar o quadro deprimente e vergonhoso que se instalou em nosso País. Quantos deles já foram sepultados por nos defender? E quantos perecerão ainda mais?

Em síntese, Segurança Pública é direito e, não esquecer, responsabilidade de todos. Há solução para este desafio, mas se trata de solução complexa, ampla, profunda e demorada. Mas, a demora será tanto maior quanto mais se retardar a abordagem do problema, simultaneamente, em todas as suas dimensões.

Sem mais paliativos! Não mais reduzir a solução apenas ao vetor policial. Não mais atribuir aos agentes policiais a responsabilidade pela omissão de tantos, pela corrupção de muitos e pela falta de coragem moral de vários. O desafio da Segurança Pública tem solução!

\* O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



**Major MAURO CESAR BARBOSA CID**  
**e**  
**Major JOEL CAJAZEIRA**

|  
161  
|

## A FORÇA TERRESTRE E O CONCEITO DE SEGURANÇA INTEGRADA

---

Major MAURO CESAR BARBOSA CID e Major JOEL CAJAZEIRA

A ordem global contemporânea tem se caracterizado por um ambiente multipolar e assimétrico, no qual prevalecem a incerteza e a possibilidade de inúmeros atores gerarem insegurança. O século XXI apresenta desafios mais complexos do que os enfrentados durante o período de confrontação ideológica bipolar. Assim, à luz de uma agenda global conflitiva e complexa, cujo alcance tem perpassado a esfera doméstica e internacional, observa-se a mudança da percepção costumeira das ameaças à segurança, tanto do Estado quanto dos indivíduos.

162 | Tal dinâmica é carregada pelo terrorismo catastrófico; por delitos transnacionais (com ênfase para o tráfico de drogas internacional); por conflitos étnicos; por ‘revoluções coloridas’; por disputas energéticas e ambientais; e pela atual ‘crise dos refugiados’. Fruto desse quadro, constata-se a ascensão de novos atores no ‘jogo global’, como o crime organizado transnacional (COT) e as organizações terroristas transnacionais.

Transpondo para o cenário brasileiro no período pós-Guerra Fria, sabe-se que a Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo 144, trata do termo ‘segurança pública’. Conforme a CF, “A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, (...)” (BRASIL, 1988). Para isso, determina como principais órgãos de segurança pública (OSP): a Polícia Federal; a Polícia Rodoviária Federal; a Polícia Ferroviária Federal; as Polícias Civis; as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares.

Já no artigo 142, a CF prevê que as Forças Armadas (FA) “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer um destes, da lei e da ordem”. Logo, o Brasil é

uma República Federativa, na qual a segurança pública é responsabilidade direta das polícias federais e estaduais, mas que admite o emprego das FA para garantir a lei e a ordem em casos excepcionais.

Nas fronteiras brasileiras, os ilícitos transnacionais dividem-se em duas vertentes: a dos crimes contra a pessoa, envolvendo o narcotráfico, o tráfico de armas e munições e o tráfico humano; e a dos crimes financeiros, como a lavagem de dinheiro. Desse modo, a grande extensão da fronteira terrestre, a escassez de recursos, o número insuficiente de postos de fiscalização, o pequeno efetivo de agentes federais e a corrupção fragilizam o controle estatal na faixa de fronteira.

Nos grandes centros urbanos, as ameaças estão associadas ao crescimento desordenado. Há questões de toda ordem: problemas ambientais e sanitários, poluição, deficiências na mobilidade urbana e um precário mercado de trabalho. Portanto, processos de urbanização indisciplinados produzem cidades frágeis, marcadas por desigualdades sociais e por altas taxas de letalidade, privando determinadas áreas do acesso aos serviços públicos e da proteção estatal.

Em consequência, as favelas brasileiras são a materialização da desigualdade social e constituem-se em meio fértil para a propagação da violência e de inúmeras ameaças à segurança do Estado e dos indivíduos. Com o avanço dessas organizações criminosas, já na década de 2010, observa-se o surgimento de *black spots* (pontos negros) nas grandes cidades, fruto da falha na governança por parte das Autoridades Centrais.

No rol das respostas deflagradas pelo Estado Brasileiro, há uma série de ações com ênfase na Expressão Militar do Poder Nacional, que é a capacidade resultante da integração dos meios da Nação, acionados pela vontade nacional, com o objetivo de manter e de conquistar os objetivos nacionais. Assim, no século XXI, é recorrente o emprego das Forças Armadas em operações, entre as quais se destacam as ações de estabilização de comunidades, a manutenção da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em face de greves de policiais e a garantia do pleito eleitoral.

No âmbito do Exército Brasileiro (EB), avançando no fomento das operações interagências, a Portaria n.º 192 do Estado-Maior do Exército, de 21 de novembro de 2012, aprovou a Diretriz para a implantação do Projeto Estratégico PROTEGER, com o objetivo de viabilizar ao Exército a capacidade efetiva para a proteção das Estruturas Estratégicas Terrestres nacionais, em complemento aos sistemas de segurança orgânica e de segurança pública.

Na perspectiva da Proteção Integrada, contida no Manual de Operações do Exército, passou-se a abarcar todas as medidas necessárias para proteger a sociedade, num esforço essencialmente interagências, nas seguintes atividades: garantia dos poderes constitucionais; garantia da lei e da ordem; proteção de estruturas estratégicas; prevenção e combate ao terrorismo; e participação da Força Terrestre em ações na faixa de fronteira.

Esse repertório de atividades é conduzido pela Força Terrestre nas Operações de Apoio a Órgãos Governamentais, alcançando sete possibilidades de emprego, sendo cinco delas reunidas sob a demanda da Proteção Integrada (garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem; proteção de estruturas estratégicas; ações na faixa de fronteira; prevenção e combate ao terrorismo; e ações sob a égide de organismos internacionais), e somadas ao emprego no apoio à política externa em tempo de paz ou de crise; e às atribuições subsidiárias.

Percebe-se que o termo “Proteção Integrada” é de natureza restritiva, pois limita o entendimento a situações concretas quanto ao bem proteger e aos atores intervenientes. O conceito de “Segurança Integrada” é o mais adequado à atuação conjunta em ambiente interagências e, conseqüentemente, é mais apropriado para os estudos doutrinários.

Como única referência conceitual existente na Doutrina Militar de Defesa, segurança integrada trata da “expressão usada nos planejamentos de garantia da lei e da ordem da Força Terrestre, com o objetivo de estimular e caracterizar maior participação e integração de todos os setores envolvidos.”

Portanto, há espaço para uma política pública permanente, com a finalidade de otimizar a perspectiva da segurança integrada e da sua gestão, especialmente quando se observa a atual instabilidade da situação da segurança no Brasil, perpassada por ameaças que transitam da esfera da segurança nacional para a da segurança pública.

\* O artigo é um extrato do Projeto Interdisciplinar (PI) sobre SEGURANÇA INTEGRADA dos alunos do 2º ano do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército (CEEM), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

\* Os autores são oficiais do Exército Brasileiro



**Major**  
**DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS**

|  
167  
|

---

## O LEGADO DA PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA MINUSTAH E A EVOLUÇÃO DA DOCTRINA MILITAR

---

Major DANIEL MENDES AGUIAR SANTOS

O complexo cenário contemporâneo evidencia a necessidade de uma Força Terrestre (F Ter) capaz de enfrentar ameaças difusas e condicionantes, como o enfrentamento de forças irregulares robustas, a atuação em espaço de batalha não linear, a atuação em ambiente interagências, o incremento da proteção (individual e coletiva), a condução de operações de informação, as ações no espaço cibernético, a proteção de civis, entre outras. Assim, a partir de 6 de setembro de 2013, a Portaria n.º 197, do Estado-Maior do Exército, aprovou as Bases para a Transformação da Doutrina Militar Terrestre, documento que passou a orientar a introdução de fundamentos e de concepções doutrinárias, a fim de incorporar capacidades e competências necessárias à atuação no século XXI. Em 2014, a Doutrina Militar Terrestre (DMT) colimou um conjunto de valores, conceitos e táticas para orientar o preparo dos recursos humanos e dos meios da F Ter.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro (EB) acolheu a sistemática da geração de forças por meio do Planejamento Baseado em Capacidades (PBC), percebendo capacidade como a aptidão requerida a uma Força ou Organização Militar para que possa cumprir certa missão ou tarefa. Para a obtenção de uma determinada capacidade, deve-se promover a sinergia entre sete fatores: Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura (DOAMEPI). Entre as capacidades elencadas para a F Ter, encontramos a efetividade na doutrina militar e a projeção internacional em apoio à política exterior do País.

Sob esse prisma, após treze anos de presença no Haiti, no momento em que as condições de segurança se estabilizaram e a ONU



estendeu, pela última vez, o mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), o EB iniciou a desmobilização dos seus integrantes que atuam na Ilha Hispaniola. Portanto, torna-se oportuna breve reflexão acerca do legado dessa atuação para a DMT. Estabelecida em 2004, a MINUSTAH empreendeu esforços na obtenção de um nível de segurança que permitisse o funcionamento das instituições e o desenvolvimento daquele país, contando com o componente militar liderado pelo EB. Nesse sentido, fruto do preparo e do emprego de 26 contingentes, observam-se influências e contribuições para as capacidades acima destacadas, segundo os seguintes aspectos do DOAMEPI:

- **Doutrina:** é a base para os demais aspectos, materializada por produtos doutrinários. Nessa perspectiva, o emprego da MINUSTAH demandou ação ao longo do espectro conflitivo, alternando cenários de crise e de paz instável. Assim, implicou na combinação de atitudes por parte dos contingentes, incluindo ações defensivas, ofensivas e de estabilização. Dessa forma, contribuiu com a DMT na concepção do conceito operativo do Exército - Operações no Amplo Espectro.

- **Organização:** é expressa pela estrutura organizacional dos elementos de emprego da F Ter. Nessa conjuntura, em face das inúmeras demandas vividas no Haiti, configuraram-se as estruturas denominadas BRABATT (*Brazilian Battalion*) e BRAENGCOY (*Brazilian Engineer Company*), com destaque para a adição de um segundo BRABATT, em virtude da crise humanitária advinda do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Tal experiência contribuiu para que a DMT adotasse a organização com base nas características Flexibilidade, Adaptabilidade, Modularidade, Elasticidade e Sustentabilidade (FAMES), buscando resultados decisivos por meio do emprego gradual e proporcional à ameaça.

- **Adestramento:** trata das atividades de preparo, segundo programas e ciclos específicos. Com isso, influenciado pelo compromisso com a MINUSTAH, em 2005, o EB criou o Centro de Instrução de Operações de Paz (CI Op Paz), com a finalidade de conduzir o preparo dos contingentes. Já em 2010, o Ministério da Defesa ampliou o encargo do CI Op Paz para a preparação de civis e militares, brasileiros e de nações amigas, evoluindo para Centro Conjunto de Operações de Paz do

Brasil (CCOPAB), consolidando-se em um centro de adestramento de excelência mundial.

- **Material:** compreende todos os materiais e sistemas para uso na F Ter. Nessa ótica, as operações no Haiti trouxeram a otimização do uso de armamento não letal, fruto das limitações para o uso da força e da densidade de civis no ambiente. Além disso, com o intuito de preservar o bem-estar físico dos militares, ampliou-se o emprego de equipamentos de proteção individual, de plataformas blindadas e de sistemas adicionais de blindagem, como a proteção blindada do motorista (PBM) e a proteção blindada do atirador (PBA), aplicadas nos Veículos Blindados de Transporte de Pessoal (VBTP) Urutu, o que contribuiu para maior abrangência da função de combate e proteção na Doutrina Militar Terrestre (DMT).

- **Educação:** refere-se às atividades de capacitação e habilitação destinadas ao desenvolvimento do militar quanto à competência requerida. À luz desse conceito, o emprego na MINUSTAH promoveu a exposição ao ambiente multinacional, sob a égide da ONU, demandando: capacidade linguística para a coordenação das operações, compreensão do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) para o devido uso da força e liderança militar continuada. Tal cenário influenciou a DMT, uma vez que fomentou o ensino de idiomas e implicou na inserção do DICA na instrução militar, criando melhores condições para a projeção internacional de poder.

- **Pessoal:** abrange todas as atividades relacionadas aos integrantes da Força, nas suas diversas funcionalidades. Nesse ponto de vista, o emprego de cerca de 37.500 militares na MINUSTAH propiciou oportunidade de habilitar homens e mulheres do Exército Brasileiro para atuar no amplo espectro, em cenários voláteis e imprevisíveis. Logo, a experiência gerou massa crítica capaz de operar com adaptabilidade, requisito crucial à DMT para o uso da força no presente século.

- **Infraestrutura:** engloba instalações físicas, equipamentos e serviços que geram suporte à utilização e ao preparo dos elementos de emprego. Nesse caso, o desdobramento no Haiti durante 13 anos criou a

demanda de otimizar a mobilização e o fluxo logístico na Força Terrestre. Essa situação influenciou a criação da Base de Apoio Logístico do EB e, mais especificamente, levou à ativação da Célula Logística de Apoio ao Contingente do Haiti (CLACH), liderada pelo Comando Logístico (COLOG), aprimorando a perspectiva das características FAMES, mencionadas acima, no âmbito da Doutrina Militar Terrestre.

Por fim, observa-se que o emprego do Exército na MINUSTAH, além de contribuir com a construção da paz no Haiti, gerou legado relevante às capacidades elencadas pela DMT. Isto posto, a atuação do EB em missões de paz, à medida que mobiliza todos os fatores dos aspectos DOAMEPI, evidencia-se como oportunidade de multiplicação do poder de combate em prol das capacidades necessárias à Defesa da Pátria.

Que venha o próximo desafio!

Fé na missão!

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Capitão**  
**JOSÉ RENATO GAMA DE MELLO SERRANO**

|  
173  
|

## HAITI E A CRIAÇÃO DO CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL

---

Capitão JOSÉ RENATO GAMA DE MELLO SERRANO

A participação brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi uma experiência sem precedentes na história das Forças Armadas brasileiras. O crescimento profissional e a evolução da doutrina militar são pontos a se ressaltar nesse processo de mais de 13 anos vividos intensamente pelo Exército Brasileiro. Nesse contexto, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) participou diretamente do sucesso obtido por nossas tropas em solo caribenho.

174

Em abril de 2004, quando foi criada a MINUSTAH, o treinamento dos militares que seriam desdobrados era feito com base na experiência de alguns contingentes nacionais em Angola e Moçambique. No entanto, o Haiti representava um desafio ainda maior, uma vez que a missão era nova e cabia ao Brasil liderar o componente militar, tarefa que jamais havia sido atribuída a um militar brasileiro.

Após os três primeiros contingentes, verificou-se a necessidade de implantação de uma sistemática de treinamento, a fim de aproveitar o conhecimento adquirido no terreno para melhorar a preparação da tropa. Dessa forma, o Exército criou o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOPaz), com sede no 57º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola), no Rio de Janeiro, Unidade Ímpar e que teve papel fundamental no treinamento dos contingentes.

A partir de 2006, o CIOPaz instituiu série de estágios que capacitavam os oficiais integrantes do Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT) e da Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY), tanto na sede do preparo, quanto no próprio aquartelamento do Centro. Após essa etapa, os oficiais repassavam o

conteúdo aos subordinados, fazendo com que o conhecimento atingisse todos os militares que participariam da MINUSTAH.

Passado esse primeiro período de uso da força no Haiti (2004 a 2007), o CIOPaz teve que adequar sua sistemática de treinamento, adaptando-se às constantes mudanças que a missão trazia para o emprego das tropas brasileiras. Na busca da realização de exercícios com o máximo de realismo possível, alguns militares do Centro faziam reconhecimentos no Haiti, a fim de acompanharem a mudança do ritmo da missão e os novos desafios encontrados.

Em 3 de dezembro de 2008, por meio da Portaria do Comandante do Exército Brasileiro n.º 949, o CIOPaz recebeu sua designação histórica, passando a denominar-se “Centro Sérgio Vieira de Mello”, em homenagem a esse ilustre brasileiro, que trabalhou na Organização das Nações Unidas (ONU) por mais de 34 anos. A relevância dos serviços desse Alto Comissário em prol da ONU tornou seu nome referência na área internacional, por ser exímio administrador de litígios, o que o credenciou para missões complexas que envolviam, entre outras, a reconstrução de países devastados por conflitos armados.

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti foi arrasado por um terremoto de grandes proporções. Do mesmo modo, a MINUSTAH sofreu um duro golpe. Em um país que já sofria com a grave crise política e econômica, a catástrofe comprometeu ainda mais o desenvolvimento daquela nação. Em consequência, o Brasil enviou outro batalhão para a MINUSTAH. O BRABAT 2, como ficou conhecido, realizou treinamentos no CIOPaz antes de seu desdobramento, para que estivesse pronto a enfrentar o cenário caótico do Haiti pós-terremoto.

Em 15 de junho de 2010, em virtude da necessidade de treinamento integrado entre as três Forças Singulares (Marinha, Exército e Força Aérea), o CIOPaz teve a denominação alterada para Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), mantendo sua subordinação ao Exército, mas passando a ser vinculado ao Ministério da Defesa. Dessa forma, a Organização Militar passou a ter integrantes das três Forças Armadas e ampliou sua atuação junto a outros órgãos e instituições governamentais.

Entre 2010 e 2012, o CCOPAB passou a preparar dois Batalhões de Infantaria e uma Companhia de Engenharia para ser desdobrados no Haiti, no intuito de orientar as Unidades para proverem assistência humanitária àquela população. O trabalho exigiu capacidade intelectual e logística do Centro, levando-se em conta o aumento das atividades e o efetivo reduzido. Do mesmo modo, a evolução do cenário da missão permitiu um enriquecimento doutrinário, garantindo a excelência das atividades no terreno e a consonância com as demandas das Nações Unidas.

Em 2013, a MINUSTAH começou a reduzir seu efetivo. Mais uma vez, o CCOPAB teve que se adaptar às novas demandas, que tinham caráter assistencial, mas sem deixar as técnicas de combate para trás. O contingente brasileiro sofreu a redução de um batalhão, o que permitiu maior flexibilidade ao Centro para fornecer o adequado preparo à tropa.

A partir de 2014, o Batalhão Brasileiro de Força de Paz no Haiti passou a ocupar uma área de responsabilidade maior, sendo empregado em missões para as quais ele não era comumente designado, como a Força de Reação Rápida (QRF, sigla em inglês). A mudança fez com que o CCOPAB alterasse a sua maneira de conduzir o preparo do contingente militar, adequando-se à nova realidade, a fim de garantir a melhor formação do Soldado da Paz.

Atualmente, o ciclo de preparo dos contingentes brasileiros para missões de paz é composto pelos seguintes estágios: Preparação para Comandantes e Estado-Maior; Preparação para Comandantes de Subunidade e Pelotão; Coordenação Civil-Militar; Logística e Reembolso; Tradutores e Intérpretes Militares; Básico e Avançado para Operações de Paz. Essa estrutura ocorre em um período aproximado de quatro meses e tem se mostrado eficiente, de acordo com os resultados obtidos na MINUSTAH.

Passados 13 anos da entrada do Brasil na MINUSTAH e após mais de uma década da participação do CCOPAB no preparo das tropas brasileiras desdobradas na Missão, percebe-se que houve evolução na mentalidade das Forças Armadas e na capacitação dos militares. Essa



transformação tem participação significativa do CCOPAB e dos próprios militares, homens e mulheres que se dispuseram a ajudar na preparação dos contingentes seguintes.

Com a aproximação do término da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti, cultivamos a história vivida, desde 2004, na bem-sucedida Missão de Paz. Os próximos desafios serão ainda mais complexos e com peculiaridades que apenas o tempo será capaz de mostrar. Entretanto, enquanto houver a necessidade de realizar o preparo de tropas com excelência e de mostrar o real valor do soldado brasileiro, o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil estará presente.

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro

# SETEMBRO

2017

**General de Exército**  
**MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA**

|  
179  
|

## ESQUIZOFRENIA SOCIAL

---

General de Exército MAYNARD MARQUES DE SANTA ROSA

A transição atual é prolífica em extravagâncias que espelham interesses de todo o tipo, ensejando uma agenda surpreendente. A proposta de trocar o sistema presidencialista pelo parlamentarista, porém, é tema recorrente. Os políticos costumam culpar o presidencialismo dito de coalizão ou o semiparlamentarismo de tornar o Poder Executivo refém do Legislativo. Marotamente, omitem a causa da desarmonia: o parlamentar em função executiva.

Pelo certo, o senador ou o deputado, ao aceitarem cargo no Executivo, deveriam perder o mandato legislativo, em favor do princípio da independência dos poderes. Da mesma forma, esses políticos fingem esquecer que a soberania popular, fonte de todo o poder, escolheu o presidencialismo puro em dois plebiscitos recentes. Além disso, a proposta é inoportuna. Uma reforma que delega mais autoridade ao estamento político, no momento mais crítico de sua credibilidade, é insensatez.

Outra preocupação relevante é a violência urbana. Embora seja notória a crise geral de segurança pública, o tema não consegue espaço na agenda legislativa. A redoma psicológica em que se abrigam os legisladores no Congresso parece torná-los insensíveis ao sofrimento refletido no índice macabro de 60 mil homicídios ao ano, que supera o total de baixas somadas na Síria e no Afeganistão. A realidade social mostra que os códigos vigentes no País estão defasados. Uma explicação para o imobilismo seria a alienação ideológica.

Contudo, o distúrbio da insensibilidade não se restringe ao âmbito legislativo. A crise econômica e o desemprego de 14 milhões de pessoas não chegam a comover as corporações dos poderes públicos, responsáveis pela expansão de supersalários, que transcendem os limites legais. Sobre fenômeno similar, escreveu *Alexis de Tocqueville*, em “O Antigo Regime e

a Revolução”, que as teses dos enciclopedistas eram temas da moda entre os nobres da França no século XVIII, durante os convêscotes de Paris e os saraus da Corte de *Versailles*, como se não lhes afetassem a própria sobrevivência. Mais do que anomalia emocional ou moral, seria um sintoma de esquizofrenia social.

Outro aspecto contumaz da agenda subliminar é a chamada “teoria do gênero”. Inventada na Europa por pensadoras feministas, pretende alterar as leis da natureza, ao derogar os sexos, como se o homem e a mulher fossem espécies diferentes dentro do gênero humano. O que surpreende é a assimilação do conceito pela grande mídia, que vem conseguindo inculcar tal aberração na sociedade, até alcançar a legislação governamental.

O fato é que o humanismo perdeu o rumo e transpôs os limites razoáveis, ocasionando um ambiente cada vez mais permissivo. O Brasil, por mais de quatro décadas, tem sido vítima de campanhas “construcionistas”, que subverteram os valores sociais e desnortearam o senso comum. O bombardeio populista e ideológico, a partir da Constituinte de 1988, consolidou uma cultura de direitos sem deveres e minou o princípio da autoridade. O resultado mostra-se nos indicadores de corrupção, violência e impunidade. Para agravar esse quadro, escasseiam-se as lideranças políticas.

Chegamos, assim, ao limiar da ordem política, econômica, social e jurídica. É hora, portanto, de reação, antes que o faça o instinto de sobrevivência coletivo, potencial criador de cenários escatológicos. A ordem social que repousa em base falsa torna a sociedade suscetível ao presságio bíblico: “Quando vierem as chuvas, subirem os rios, soprarem os ventos e a vierem açoitar, ela ruirá, e grande será a sua ruína” (Mateus, 7:25).

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



**General de Exército**  
**JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS**

|  
183  
|

## PARABÉNS, BRASIL!

---

General de Exército JOÃO CAMILO PIRES DE CAMPOS

No dia 31 de agosto de 2017, tive o privilégio de participar da formatura de encerramento da missão da tropa brasileira no Haiti. Foi o nosso 26º Contingente. Comandantes militares e autoridades civis tiveram esse privilégio. O ponto alto da emotiva cerimônia foi o arriamento, por nossos Soldados, das Bandeiras da ONU e do Brasil. As devoluções foram feitas, respectivamente, à Senhora Sandra Honoré, representante especial do Secretário-Geral da ONU naquela missão, e ao Senhor Ministro da Defesa do Brasil.

Depois de 13 anos, contribuindo com a estabilização, cooperando com missões assistenciais e realizando operações naquele país amigo, visando à garantia da ordem e à busca da segurança, deixamos, brasileiros todos, por intermédio de nossos Soldados, nossa marca de qualidade naquele país-irmão. Antes da solenidade, visitamos autoridades nacionais haitianas, chefiadas pelo Primeiro-Ministro, Senhor *Jack Guy Lafontant*, que foi acompanhado pelo Ministro da Defesa, Senhor *Hérve Denis*, e pelo Ministro das Relações Exteriores, Senhor Antonio Rodrigues, antigo aluno do nosso Instituto Rio Branco.

Nas palavras do Primeiro-Ministro, os agradecimentos ao povo brasileiro foram patentes - esse povo que ali estava muito bem representado por seus Soldados: os “*bon bagay*” (“boa gente” em creole, língua natal haitiana). Ele registrou, ainda, nossas semelhanças e enalteceu o trabalho, considerado excepcional, destacando, particularmente, ante o conflito das gangues; o terremoto de 2010 (220 mil mortos, inclusive 18 Soldados brasileiros); e o furacão de 2016. Nada mais justo!

Será que a população brasileira sabe da atuação dos nossos Soldados diante da catástrofe do furacão *Matthew* em 2016? Nossa tropa, antecipando-se à tragédia, seguiu para a região onde iria o “olho do



*Matthew*”, buscando, ao já estar lá, as melhores condições para ajudar, amparar, acudir e servir aos nossos irmãos haitianos, que, certamente, seriam flagelados pelo fenômeno que estava a caminho. Que orgulho para todos nós! Que exemplo para o mundo! Mais uma vez, o servir - essa grandeza dos Soldados!

Durante a conversa com aquelas autoridades, pude perceber o óbvio sentimento de satisfação no prosseguimento da vida haitiana com seus próprios cidadãos, com a sua Polícia Nacional e com a sua renascente Força Armada. Dessa forma, o Haiti - primeiro país independente da América Latina e o primeiro a abolir a escravidão - retorna à sua vida soberana.

No trajeto entre a sede do governo (aliás, espartana, arrumada e simples) e a base da tropa brasileira, notei a Bandeira haitiana postada em janelas de humilíssimas residências. Confesso que essa observação me trouxe duplo sentimento: alegria por eles, que, com o pouco que têm, manifestam o orgulho pátrio; e lamento por nós, que, apesar do muito que possuímos, somos, de maneira quase geral, refratários a essa manifestação. Assim, por estarmos na semana de nossa Pátria, faço alguns comentários.

Para acompanhar-me nas 14 horas de viagem (ida e volta), escolhi um livro e um texto. O livro, do excelente escritor brasileiro Alcântara Machado (1901-1935), trata da “Vida e morte do bandeirante”; e o texto, intitulado “Pátria”, foi escrito pelo General Morata, Presidente do Círculo Militar de São Paulo, para a revista daquele Clube. Obra e artigo foram absolutamente complementares. A primeira narra a saga dos bandeirantes e seu papel, entrelaçando raízes portuguesas e indígenas na formação de nossa nacionalidade. O segundo enaltece a importância do patriotismo para todos nós. Pura conjugação! Formação de uma nação, orgulho de uma história, amor ao Brasil e indicação do que podemos e do que queremos para o nosso País.

Nesta semana de comemoração do Dia da Pátria, vale, e muito, essa reflexão! O velho Tenente Siqueira Campos – que nutria grande amor pelo Brasil – e que, além de emprestar seu nome a ruas e praças,

pouco antes de sua morte, em 1930, deixou-nos a mais importante de suas frases: “à Pátria tudo se dá e nada se pede, nem mesmo compreensão”. Também para reflexão, pela absoluta concordância, vale buscar o dito do presidente *John Kennedy* em 1969, nos EUA, por ocasião do discurso de posse: “não pergunte o que a tua Pátria pode fazer por ti; pergunte o que tu podes fazer por ela”.

Muito antes dessas citações, nossa história já havia visto manifestação semelhante. Em 1645, dezoito patriotas, inconformados com o domínio invasor holandês, liderados pelo português João Fernandes Vieira e conduzidos por André Vidal de Negreiros (branco), Felipe Camarão (índio) e Henrique Dias (negro), registraram, em documento, o seguinte texto: “nós, abaixo-assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço da liberdade, não faltar, a todo o tempo que for necessário, com toda a ajuda de fazendas e de pessoas, contra todo risco que se oferecer, contra qualquer inimigo, em restauração de nossa Pátria...”. Esta foi a primeira notícia do uso do substantivo “Pátria” em documento histórico. Aliás, na nossa atual Constituição (1988), esse bendito termo só aparece uma vez - uma única vez - exatamente no Artigo 142, que versa sobre a destinação das Forças Armadas. Novamente, sob o amparo da sociedade brasileira, Defesa e Pátria se unem.

A palavra “Pátria”, de origem latina, guarda relação com “patres”, ou seja, com os antepassados, designando raízes, história, compromisso, amor, dedicação, orgulho, trabalho, coesão, compreensão e sacrifício. Sinceramente, acredito que, hoje, mais do que ontem, é necessário o culto e o cultivo do nobilíssimo sentimento patriótico. Esse sentimento precisa vibrar no peito da nossa gente, fortalecendo a coesão da nossa sociedade e o compromisso com a nossa Nação. Como seria bom se a família e a escola conjugassem o conceito de estado-nação, explicando que é ali que a vertente geopolítica do Estado se une com a história e com a unidade ética (ciência da conduta) e cultural da Nação. Ali, na união da família com a escola, é que ocorre a convergência daquilo que se aprende com os “valores” que devem reger nossa vida. Esse somatório - aprendizado e valores - constitui-se no que denominamos Educação: ingrediente fundamental do progresso do nosso Brasil.

Portanto, motivado, talvez, por estar muito próximo do Riacho do Ipiranga, acredito que se trata do momento de reforçar os sentimentos de estado-nação, de soberania, de independência, de ordem, de disciplina, de hierarquia, de ética, de honestidade, de fortalecimento institucional, de justiça, de unidade nacional, de coesão, de amor ao Brasil e de patriotismo. Todos eles, ao ser enaltecidos, contribuirão para que o País seja o gigante que merece.

Que no dia 7 de setembro, muitos brasileiros, ao despertar, possam elevar os pensamentos a Deus, pedindo bênçãos para nossa grande Pátria.

Que no dia 7 de setembro, nossos Soldados e nossos colegas possam vibrar nas paradas e que a população possa festejar o aniversário do Brasil.

Parabéns, Brasil, pelo êxito de seus filhos no Haiti!

Parabéns, brasileiros!

Feliz Dia da Independência!

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



**General de Brigada**  
**LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA**

|  
189  
|

## O COMBATE À PONTA DO ICEBERG DA CRIMINALIDADE

---

General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

O vulto assumido pelo crime organizado permite classificá-lo como ameaça à lei, à ordem e à própria soberania nacional, pois o Estado perdeu a autoridade em áreas, ainda que restritas, de algumas metrópoles no País. No Rio de Janeiro, existem complexos de favelas controlados por facções criminosas, que impõem a sua “lei”, constituindo um estado paralelo ao Estado nacional no exercício da violência.

O emprego das Forças Armadas (FA) na segurança pública, num quadro de garantia da lei e da ordem, tem sido contumaz. No entanto, é apenas paliativo com efeito superficial e de curta duração, haja vista o retorno aos níveis de violência e o controle da bandidagem tão logo as tropas são retiradas das áreas conturbadas. As FA não são preparadas nem estruturadas para a segurança pública, em que os conflitos devem obedecer a leis e regras rígidas, que limitam a liberdade de ação para o emprego da violência com a mesma letalidade exigida em conflitos armados na defesa da Pátria contra um inimigo externo.

As fronteiras nacionais são um dos pontos críticos na gestão da segurança pública, pois a extensão, a permeabilidade e a porosidade dificultam, drasticamente, seu controle efetivo e o bloqueio de ilícitos transnacionais. Tal dificuldade foi agravada pelos acordos de livre comércio e pela globalização, que facilitaram a passagem e ampliaram a circulação de cargas pelas vias terrestres, marítimas e aéreas. Se os EUA não conseguem evitar o maciço tráfico de drogas e a realização de outros ilícitos nos 3 mil km de sua fronteira terrestre com o México, contando com seus imensos recursos para esse controle, o que dizer do Brasil. São 17 mil km de fronteiras terrestres, sendo 11 mil km em selva, com centenas de entradas possíveis, e 6 mil km em área humanizada, com enorme fluxo de comércio.

As fronteiras marítimas têm 7,5 mil km com dezenas de portos que movimentam milhares de contêineres por dia, cuja fiscalização é extremamente difícil. O mesmo pode-se dizer da volumosa entrada de cargas por inúmeros aeroportos oficiais. Cumpre destacar que, na fronteira aeroespacial, aeronaves do tráfico de drogas e armas entram no espaço aéreo, voam por dez minutos, aterrissam em algum campo de pouso clandestino ou lançam sua carga e regressam, não dando tempo ao controle aéreo para reagir. Portanto, é um engano acreditar ser possível um controle tão efetivo das fronteiras a ponto de considerá-lo a ação principal contra a criminalidade.

No Brasil, esse combate tem visado mais às consequências do que às causas da ascensão do poder da criminalidade, que se aproveita de gravíssimas vulnerabilidades nos campos político, social, jurídico, policial e penal. Algumas importantes vulnerabilidades estão listadas no quadro a seguir.

#### Importantes Vulnerabilidades (causas) da Insegurança Pública

- Expansão do Consumo de Drogas
- Crise Moral (Valores, Família, Civismo)
- Ausência do estado (Social e Seg Pub)

- Idealismo ingênuo predomina sobre o realismo ético
- Falta de vontade política da liderança e da sociedade

- Baixo crescimento (desemprego)
- Urbanização caótica
- Falta cooperação internacional
- Fraco controle nas fronteiras

- Fraco controle das movimentações financeiras
- Impunidade (corrupção e violência)
- Justiça lenta e leniente / sistema penal ineficaz
- Ideologização do tema - cisão nacional

Segurança Pública: politizada, infiltrada, mal integrada, rivalidades, mal paga, mal adestrada, debilitada moral e profissional

As organizações criminosas (OC) de nível nacional (OCN) são o Primeiro Comando da Capital (PCC), presente em todos os Estados da Federação, e o Comando Vermelho (CV), com ampla disseminação no território nacional. Essas facções disputam entre si o poder em vários Estados e neles convivem ou atritam com outras organizações criminosas de expressão local ou regional (OCR). As ações das OCN e OCR, quando necessário, envolvem crimes violentos, de âmbito nacional ou transnacional, como os relacionados com tráfico de drogas, contrabando de armas, tráfico de pessoas, sequestros e outros; lavagem de dinheiro, que inclui a gestão de negócios com fachada de legalidade; infiltração em diversos segmentos da sociedade, inclusive na justiça, na política e nos órgãos de segurança pública (OSP); corrupção; cooptação; chantagem; intimidação; controle violento de comunidades e de várias atividades lucrativas como as de transporte.

Existem OC do tipo “máfia”, voltadas para os crimes financeiros e sem violência, envolvendo lideranças de altos escalões, partidos políticos e empresários. O mensalão e o petrolão são exemplos do funcionamento dessas OC, cuja repressão deve seguir o modelo da Operação Lava Jato.

O combate específico às OCN e OCR violentas, ponta de um profundo iceberg, é apenas parte da solução do problema, que exige, simultaneamente, ações estratégicas de longo prazo sobre as vulnerabilidades listadas no quadro anterior. Tais vulnerabilidades, como se pode deduzir, estão em diversos setores da Nação, além do que é relativo, especificamente, à segurança pública. Esse combate requer centralização, coordenação e integração, desde os mais altos escalões, em um Projeto Estratégico de longo prazo, com visão da situação desejada no futuro e os objetivos e as metas sucessivas.

A seguir, são sugeridas algumas medidas de combate às OCN e OCR, que não esgotam o rol das necessárias:

- endurecer a lei sobre Organização Criminosa, tornando a justiça ágil e mais rigorosa;
- emprego de forças-tarefa de composição mista (Jurídico, Inteligência e Operações) por Estados ou Regiões, com foco nas OCN e



OCR, e não na bandidagem isolada; utilização da prisão preventiva aos enquadrados na lei e fim do foro especial;

- líderes e membros de maior periculosidade recolhidos em presídios especiais de segurança máxima, separados entre si e executando trabalhos rigorosos;

- controle rigoroso das visitas, inclusive de advogados, e das ligações entre esses presos e o exterior das cadeias, impedindo efetivamente o uso de meios eletrônicos;

- os alvos seriam as lideranças, as estruturas de gestão das OC e o seu braço armado; e

- as ações de inteligência buscariam identificar e localizar as lideranças e os apoios logístico, financeiro e político, enquanto as operações decorrentes seriam realizadas por forças-tarefa dos OSP e dos grupos especiais das Forças Armadas, quando necessário, ou pelo emprego de tropa em operações de grande envergadura.

A situação é gravíssima e sua deterioração poderá resultar num quadro semelhante ao de guerra civil, em que a perda da autoridade e da soberania interna pelo Estado traria, como consequência, grande risco para a unidade nacional. A Nação tem que ser conscientizada de que o combate à criminalidade será de longo prazo e implicará o emprego da violência com efeitos colaterais e, eventualmente, com restrições à liberdade individual.

Em curto prazo, poderá ser uma questão de vida ou de morte para o Brasil!

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



**Tenente-Coronel OSCAR MEDEIROS FILHO**  
**e**  
**Professor MSc RAPHAEL CAMARGO LIMA**

195

## **POR UMA AGENDA DE DEFESA NACIONAL: DESAFIOS E OPORTUNIDADES**

---

Tenente-Coronel OSCAR MEDEIROS FILHO e  
Professor MSc RAPHAEL CAMARGO LIMA

Diferentemente das grandes potências, países em desenvolvimento têm, em geral, dificuldade para traçar e implementar uma Grande Estratégia, a fim de estabelecer, de forma clara, seus interesses nacionais e delinear, por meio de um planejamento estratégico de longo prazo, sua inserção no concerto das Nações. Ocupado com questões conjunturais advindas de suas próprias vulnerabilidades políticas, econômicas e sociais, o Brasil enfrenta desafios em relação ao desenvolvimento de um projeto de país, não obstante suas grandes potencialidades.

196

Em consequência, parece não perceber o seu próprio significado geopolítico, advindo da grandeza geográfica e da riqueza natural. Essa aparente falta de consciência de seu próprio território torna a questão mais grave, quando se percebe que a conjuntura atual possui tendência ao ressurgimento de elementos da Geopolítica clássica, dando sinais de que as relações entre os Estados continuam pautadas por disputas de poder.

Uma Grande Estratégia para o Brasil passa, necessariamente, pelo alinhamento de objetivos entre diversas políticas, visando maximizar os recursos de poder à disposição do Estado. Política Externa, Defesa, Inteligência e Comércio Internacional, por exemplo, podem ser vetores de atuação estatal para ampliar a inserção internacional. Nesse sentido, a necessidade de coordenação entre atores, agendas e meios dessas diversas políticas, com reflexos na arena internacional, constitui uma agenda inadiável.

É nesse aspecto que faz imperativo o constante debate nacional sobre direcionamentos estratégicos mais amplos que delineiam o que o País aspira como potência emergente e, em consequência, qual a melhor

estrutura de Defesa Nacional. Assim, o debate em torno da Estratégia Nacional de Defesa pode ser considerado exemplo interessante, na medida em que aproxima fatores fundamentais para uma potência: Desenvolvimento e Defesa.

Entre os inúmeros desafios a ser enfrentados, sabidamente, a crise econômica pela qual o Brasil passa desponta como uma das questões mais complexas. Se, por um lado, parece relativamente fácil construir argumentos que sustentem a necessidade de o País possuir estruturas de defesa compatíveis com sua dimensão territorial, com considerável grau de autonomia estratégica, por outro lado, o estabelecimento e a manutenção de uma Base Industrial de Defesa (BID) constituem-se tarefa árdua. A carência de previsibilidade do poder de compra governamental e a irregularidade na alocação de recursos orçamentários destinados às Forças Armadas são questões centrais que dificultam o avanço e a consolidação de uma BID. Entretanto, mesmo diante dessa realidade, há sinais positivos, observados em casos de desenvolvimento de novas tecnologias com base na hélice tríplice: a relação entre Defesa, Indústria e Academia.

Outro desafio à definição de uma agenda de Defesa Nacional diz respeito às peculiaridades do nosso entorno estratégico. Uma das características marcantes da América do Sul no sistema internacional é o seu aparente paradoxo de segurança: a região desponta pela quase ausência de guerras territoriais clássicas no último século, no entanto, possui, ao lado da América Central e do Caribe, os mais elevados índices de violência social do planeta. Ao longo de mais de 15 mil km, o Brasil compartilha fronteiras terrestres com países sul-americanos, por onde transitam não só pessoas, mercadorias e bens, mas também o ilícito e as atividades criminosas transnacionais. Além disso, o País dispõe de mais de 7 mil km de litoral atlântico, o que lhe impõe a necessidade de controle e de vigilância desse espaço estratégico no que se refere ao comércio e às riquezas naturais.

Nas últimas décadas, o avanço da cooperação ampliou o grau de porosidade e de permeabilidade dessas fronteiras. Tal cenário exige aos

países fronteiriços maior preocupação com a segurança naquelas áreas, o que demanda, por sua vez, o aumento de atividades de vigilância e de atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública, além da necessidade de ampliação de políticas de cooperação regional.

Outro tema muito relevante para a Defesa Nacional relaciona-se à participação das Forças Armadas (FA) brasileiras em Operações de Paz. O Brasil tem entendido essas operações como meio fundamental de empregar suas FA em apoio à política externa, postura que fortalece a importância da matéria no âmbito da ação exterior brasileira. Faz-se necessário discutir quais são os interesses internacionais que permeiam as atuais operações e se há interesse por parte do Brasil em ampliar sua participação.

Por fim, outra preocupação que interfere no debate sobre uma agenda de Defesa Nacional é a atual crise de segurança pública pela qual passa o País e que aponta para possíveis vulnerabilidades do Estado. Esse desafio sugere ações coordenadas pelos órgãos de defesa, de segurança e de inteligência que, por sua vez, enfrentam grandes desafios, desde o aprimoramento de operações interagências até a compreensão da sociedade brasileira que, de forma geral, desconhece o papel da inteligência em uma sociedade democrática.

Nessa perspectiva, consideramos louvável a realização do Seminário de Estudos Estratégicos: “Geopolítica, Defesa e Segurança da Nação Brasileira”, organizado pelo Centro de Estudos Estratégicos do Exército (CEEEx), em parceria com o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). O evento, que acontecerá entre os dias 18 e 20 de setembro, visa debater temas de Defesa e Segurança Nacional com estudiosos e autoridades, de modo a estimular a reflexão sobre a temática, subsidiar políticas públicas na área e contribuir para o Planejamento Estratégico do Exército. Contará com mesas redondas, nas quais serão discutidos temas como “Segurança nas Fronteiras”, “Inteligência”, “Conflitos Armados”, “Geopolítica” e “Operações de Paz”, entre outros.

Destacam-se as seguintes personalidades: Secretário Nacional de Segurança Pública, General de Divisão Carlos Alberto dos Santos Cruz;

Diretor do Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança (MRE), Embaixador Nelson Tabajara; Secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa, Dr Flávio Basílio, e os Professores Doutores/PhD Eliezer Rizzo (Unicamp), Marco Cepik (UFRGS), Maria Regina Soares (UERJ), Paulo Visentini (UFRGS) e Wanderley Messias da Costa (USP).

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro e o coautor é professor mestre

# OUTUBRO

2017



**Subtenente**  
**ANDRÉ HILTON DE OLIVEIRA**

|  
201  
|

## PRAÇAS DO EXÉRCITO VALORIZAM O AUTOAPERFEIÇOAMENTO

---

Subtenente ANDRÉ HILTON DE OLIVEIRA

Após a Idade Média, a atividade militar passou a exigir a profissionalização de seus integrantes. Com isso, o termo “praça” passou a designar os efetivos permanentes das guarnições das praças de guerra. Essa definição é encontrada facilmente ao se realizar rápida pesquisa na Internet. Atualmente, no Brasil, praça é a classe militar constituída, no Exército Brasileiro, pelos aspirantes a oficial (praça especial), subtenentes, sargentos, cabos e soldados.

Após a formação inicial, as praças frequentam estágios e cursos disponibilizados pelo Exército e por Forças Amigas, que qualificam esses militares ao exercício de funções nas áreas administrativa, operacional e técnica. Contudo, eles vão além: a necessidade de aprender, a motivação, a vocação profissional e outras características pessoais são fatores relevantes, que influenciam a crescente busca pelo conhecimento.

Essa necessidade está relacionada, normalmente, à função e à aptidão para as tarefas executadas no dia a dia. Nesse contexto, não é raro ver militares altamente especializados, alguns, inclusive, com mestrado e doutorado. A maioria alcança êxito por meio de enorme esforço pessoal: sacrifício de horas de lazer, privação do convívio familiar, concomitância das atividades funcionais e considerável gasto financeiro.

O reconhecimento desse sacrifício está na excelência do desempenho das funções e no assessoramento eficiente aos superiores. Confúcio, pensador e filósofo chinês, corrobora a assertiva: “A essência do conhecimento consiste em aplicá-lo, uma vez possuído”.

Na valorização do mérito, a política de pessoal do Exército quantificará as praças, especificamente os subtenentes que possuem curso superior. Essa conquista é desejada há vários anos por esse segmento. É

muito importante tal valorização tanto para a satisfação pessoal quanto para o benefício profissional, pois serve de incentivo a quem já está na carreira e aos que ingressarão nas fileiras do Exército, pois mantém todos no caminho da busca pela perfeição nas atividades profissionais.

Outra qualificação que merece destaque é a habilitação em idiomas. Não é raro encontrar, atualmente, praças fluentes em mais de uma língua. Essa habilidade específica demanda igual esforço, dedicação e tempo. Mais uma vez, visando incentivar as praças, o Exército tem tornado públicas as missões no exterior e os requisitos para a seleção.

Por fim, as praças são dedicadas e focadas na execução e na solução de problemas, sendo que a busca pela qualificação é processo natural. Desse modo, esses militares, uma vez qualificados, tornam-se ainda mais importantes e imprescindíveis para a instituição Exército Brasileiro.

\*O autor é praça do Exército Brasileiro



**Coronel**  
**PAULO ROBERTO DA SILVA GAMA FILHO**

|  
205  
|

## O QUE O EXÉRCITO ME ENSINOU SOBRE LIDERANÇA - A IMPORTÂNCIA DA EMPATIA

---

Coronel PAULO ROBERTO DA SILVA GAMA FILHO

“Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer”. A frase, imortalizada nas paredes do Pátio Tenente Moura, na Academia Militar das Agulhas Negras, acompanha os quatro anos de formação de todos os oficiais combatentes do Exército Brasileiro. Impossível deixar de lê-la todos os dias, nas formaturas matinais e nas idas para o refeitório.

Em uma interpretação descuidada, um leitor desatento talvez imaginasse que se trata de um estímulo à obediência pura e simples, cega e desprovida de espírito crítico. Tal conclusão não poderia ser mais afastada da realidade.

O que a frase lembra aos futuros líderes do Exército é que eles devem aprender a cumprir ordens como aquelas que eles passarão a emitir após formados. Deverão prestar atenção às consequências das ordens emanadas. Precisam obedecer para compreender, na plenitude, os sentimentos daqueles que, por imposição legal, passarão a lhes obedecer em muito pouco tempo.

Estamos abordando algo muito discutido em Liderança. Trata-se da Empatia, que é a capacidade de compreender a perspectiva psicológica das outras pessoas, entendendo suas reações emocionais. É, em outras palavras e para simplificar, a capacidade de se colocar no lugar dos outros.

Ora, somente obedecendo, ou seja, vivenciando as experiências de ser um liderado, que os futuros oficiais da Força terão a possibilidade de compreender os impactos de suas ordens sobre seus comandados.

Daniel Goleman classifica a Empatia como uma das dimensões da inteligência emocional. O famoso autor afirma que a Empatia faz com que o líder tome as decisões levando em conta os sentimentos dos liderados.

A vida militar oferece situações inéditas, em que o risco e a tensão estarão presentes com grande intensidade. Somente quem já passou pela experiência de realizar uma atividade de risco pode compreender os sentimentos que isso traz. Tal afirmação é válida para inúmeras situações, das mais simples às mais complexas, das rotineiras às excepcionais.

“Cadete! Ides comandar, aprendei a obedecer”. Esta é uma exortação que clama aos futuros comandantes:

Compreendam seus subordinados! Preocupem-se com eles! Somente assim vocês estarão aptos para decidir com acerto, tendo condições de estabelecer vínculos afetivos capazes de tornar os comandados verdadeiros líderes!

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro





**General de Brigada**  
**JOSÉ MAURO MOREIRA CUPERTINO**

|  
209  
|

## O SOLDADO CIDADÃO NA POLÍTICA

---

General de Brigada JOSÉ MAURO MOREIRA CUPERTINO

*“Ser soldado é mais que profissão, é missão de grandeza.”  
(Gen Ex Leônidas Pires, Ministro do Exército -1985/1990)*

*“Exército Brasileiro, ontem, hoje e sempre, fiador da integração e coesão nacionais.”  
(Gen Ex Zenildo de Lucena, Ministro do Exército - 1992/1999)*

210 |  
|  
Constituem propósitos deste modesto ensaio, na atual conjuntura: rememorar alguns momentos de nossa rica história; ressaltar aspectos da atual crise ética e política, destacando as suas graves repercussões para o hoje e, principalmente, para o amanhã de sonhos e esperanças do nosso Brasil; e, por fim, trazer à reflexão e ao debate o crescimento da presença do soldado cidadão na questão política nacional, como contribuição à busca de soluções que se impõem, em prol de um amanhã melhor para o País. Tudo na mais absoluta fidelidade aos princípios constitucionais e legais que regem a democracia brasileira.

Relembremos alguns fatos e personagens de nossa história que possam aportar guias e inspirações para os tempos atuais de crises:

1) As batalhas de Guararapes em solo pernambucano (1648/1649), para a expulsão do invasor holandês, momento em que nasceu a Pátria e o Exército Patriota, unos e indivisíveis em torno de uma só gente brasileira.

2) O nascimento do Brasil livre e soberano, fruto de uma independência de pai para filho, construída por um português com alma brasileira - Dom Pedro I - e por um brasileiro com alma portuguesa - o patriarca José Bonifácio, sem recurso à guerra, como ocorreu nos países vizinhos de colonização espanhola.

3) No Império, a Guerra do Paraguai fez surgir um personagem marcante da nossa história: Duque de Caxias, o Pacificador. Exemplo de soldado, cidadão, chefe-líder militar, político e estadista, sua valorosa mensagem de coragem e conciliação é perfeitamente aplicável aos dias atuais.

4) A gradual transição do Império para a República, com a sua consolidação na espada de um soldado, o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente da República Federativa do Brasil, cuja mãe, a matriarca Rosa da Fonseca, hoje patrona da Família Militar, entregaria, a serviço do Exército e da Pátria, todos os seus filhos, em momentos conturbados daqueles tempos.

5) As convulsões do Século XX: na Velha República; e na Ditadura Vargas, durante o Estado Novo, com o Tenentismo, a Coluna Prestes e as revoluções de 1924, 1930, 1932, 1935 e 1937. Os ingredientes foram de natureza política, econômica, sociológica e, sobretudo, ideológica, com o surgimento do comunismo na Rússia.

6) Em um contexto da Guerra Fria, no mais perverso exercício do maniqueísmo, as instituições e a economia do Estado Brasileiro encontravam-se desestruturadas e em situação de total degradação. Nesse cenário, instadas pelo povo e pela grande mídia, tendo à testa as organizações Globo, as Forças Armadas intervieram no processo. Seus nítidos objetivos foram de reorganização e de manutenção do Brasil no regime de liberdade e de democracia, expurgando, naquela época, qualquer ideário que contrariasse a índole pacífica e cristã do povo brasileiro.

O movimento, chamado de Revolução Democrática de 1964, caracterizou-se por deslocamentos ordeiros de tropas para o Rio de Janeiro e Brasília, sem derramamento de sangue; pela vacância do cargo de Presidente da República, em face do abandono e da conseqüente fuga para o exterior do Presidente João Goulart; e pela conformidade com a constituição em vigor, que previa a eleição de um novo presidente pelo Congresso Nacional, da qual participaram ilustres lideranças políticas, dentre elas, o Presidente Juscelino Kubitscheck.

Eleito pelo parlamento, o Marechal Castelo Branco passou, com competência e determinação, a reorganizar, sanear e pacificar o Estado, tendo como principal propósito o de devolver o poder aos civis. No entanto, o crescimento do conflito ideológico fez surgir várias fontes de exportação do comunismo para países como o Brasil e os vizinhos sul-americanos, dispostos a recorrer à luta armada para a tomada do poder. Sendo assim, fomos levados a uma guerra entre irmãos que nunca quisemos e que continuamos não querendo. Cabe acrescentar que durante todo o processo revolucionário, em que pese as medidas de exceção adotadas para a segurança do regime democrático, o povo nunca esteve totalmente afastado de votações e eleições livres e abertas para as esferas do poder, das quais podemos destacar: as eleições de 1965, apenas um ano após a revolução em que se elegeram governadores de nítida oposição - Negrão de Lima no Rio de Janeiro e Israel Pinheiro em Minas Gerais; as eleições de 1974, que levaram ao Senado Federal Itamar Franco, Franco Montoro, Orestes Quécia e outros ferrenhos adversários da revolução; a votação da Lei da Anistia em 1979, que promoveu a volta de todos os políticos sancionados pelo regime, denominados “fugitivos” pelo saudoso Ministro Leônidas; e a eleição de Leonel Brizola para governador do Rio de Janeiro, que teria amistosa convivência com o último Presidente militar João Figueiredo.

*“Esses fatos nos encorajam a propor que ambas as partes se sentem à mesa, se perdoem pelos possíveis excessos cometidos, tirem ensinamentos e se voltem para o futuro de esperanças e de sonhos para todos.”*

(Gen Villas Bôas - Comandante do Exército).

Vejamos agora a atual e profunda crise política, econômica, social e, sobretudo, ética e moral em que se encontra nosso Brasil. Sem uma análise aprofundada, nos damos conta da existência de uma crise sem precedentes em nossa história, que se agrava cada dia mais, já atingindo níveis inaceitáveis e intoleráveis. Recordemos os idos de 1994, quando, no início da Era FHC (1995 a 2003), em campanha, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciava seu plano de governo nos cinco dedos da mão: saúde, educação, segurança, saneamento básico e

transporte. Recordemos os idos de 2002, quando, no início da Era Petista – Lula e Dilma (2003-2016) - anunciava-se um dos mais ousados planos de resgate das desigualdades sociais, tendo como carro-chefe o combate à miséria e à fome, o que “nunca antes na história desse País” ocorrera.

Decorrido todo esse tempo, podemos afirmar que as propostas das eras FHC e Petista foram equacionadas e solucionadas? De quem é a responsabilidade e a culpa pelos péssimos níveis de atenção a esses problemas, que se tornaram crônicos? Com as informações de que dispomos, podemos resumir essa terrível crise nos seguintes condicionantes:

1) Uma questão social perversa e não resolvida é o caso do Rio de Janeiro, onde um ex-governador deixa o Estado carioca totalmente falido, com seu povo e o seu funcionalismo sem o mínimo de atenção e dignidade, sobrevivendo à custa de cestas básicas doadas pela comunidade solidária. Além disso, existem as periferias desestruturadas nas mãos do crime organizado, fator gerador de violência, de difícil solução. Eis aí um exemplo gritante do descaso total do governo com a população, em benefício de uma elite política incompetente e antiética na gestão de recursos.

2) Outro componente é a injusta questão salarial. A título de exemplo, temos uma desmoralizada classe política com salários e benesses incompatíveis com a realidade do País. Políticos que não se dão conta de que devem ser servidores de uma nação que passa por sérias dificuldades.

3) A péssima gestão da coisa pública, quando campeia a incompetência na gerência de projetos, o desvio imoral de recursos públicos e a falta de continuidade nos planejamentos e execuções, ocasionando problemas nacionais graves e sem solução. De quem é, por exemplo, a responsabilidade pelos desastres na educação e na saúde em nosso País?

4) Por último e sintetizando, a corrupção nos setores público e privado. Políticos e empresários, em todas as esferas, locupletam-se e beneficiam seus grupos e partidos na busca pela perpetuação no poder, deixando em último lugar os anseios do povo, tão somente lembrado em campanhas mentirosas, e a solução dos problemas nacionais.

Enfim, vivemos uma crise de valores éticos e morais “nunca vivida antes na história desse País”. A sociedade clama por esses valores tão raros e escassos na nossa classe política dirigente.

Como fecho deste ensaio, vejamos uma proposta de contribuição à solução dessa grave crise que, gerada nos mais altos níveis de decisão política de nosso País, vem merecendo prioritária atenção dos poderes constituídos, com ênfase para o Poder Judiciário, e que necessita, para o bem do Brasil, ser estancada em curto prazo, a partir das próximas eleições de 2018. Essa solução passa pela incrementação da presença dos soldados cidadãos na política nacional, com candidatura de militares nos níveis federal e estadual, tudo com base nos preceitos constitucionais e na legislação pertinente.

Tenhamos como premissas básicas dessa proposição: a democracia como o melhor regime, mesmo com todas as suas imperfeições; as instituições brasileiras em perfeito funcionamento e amadurecidas para enfrentar e vencer a crise; e uma sociedade e um povo que não precisam ser tutelados.

Enunciemos, portanto, as razões que nos levam a tal proposta:

1) A formação de nossos soldados nas escolas militares.

Educação com base nos valores, encimados pela ética e pela moral, a partir de currículos inteiramente ajustados ao perfil que se deseja, permanentemente reavaliados e aprimorados para fazer face às realidades conjunturais. Cabe acrescentar que essa formação acontece em vários níveis. No caso do oficialato, começa na graduação na Academia Militar das Agulhas Negras, passando pelo mestrado na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pelo doutorado e os Cursos de Altos Estudos de Política e Estratégia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e pelos cursos de Política e Estratégia da Escola Superior de Guerra, onde civis e militares se detêm nos grandes problemas nacionais, elaborando planos de governo com o objetivo maior de “estudar o Brasil para melhor servi-lo e amá-lo”.

2) A vivência nacional de nossos soldados.

Eles servem ao Brasil nos mais diferentes rincões da Pátria, tendo oportunidades de conviver com toda a nossa gente, seus costumes, suas

culturas e suas dificuldades. Em muitas regiões, como a Amazônia por exemplo (área prioritária para nossa integração e soberania), é o soldado a única presença e o primeiro conhecedor de toda a diversidade brasileira: fronteiras com os vizinhos, presença dos índios, questões do meio ambiente, problema do narcotráfico, potencial de riquezas do subsolo e outras situações.

### 3) A capacidade de gestão.

O soldado que serve a uma nação com imensas dificuldades para atender aos anseios de seu povo é treinado, desde o início de sua formação, para fazer o mais perfeito jogo de necessidades e disponibilidades e selecionar prioridades, dando maior transparência e continuidade aos projetos. Nossos colégios militares, espalhados pelo território nacional, constituem-se em modelos de formação educacional e moral de civis e militares, para as mais diversas profissões e para a vida. Mantidos com recursos públicos, são exemplos de estabelecimentos de ensino de excelência no que realizam.

### 4) O mais absoluto respeito à hierarquia, à lei e à ordem.

Ademais, um completo desapego das benesses e das riquezas materiais, usufruídas de salários incompatíveis com nossa realidade, caracterizam o perfil de uma liderança política buscada pela sociedade na hora atual.

Por fim, trazemos à apreciação de todos a proposta de candidatura de militares para as eleições próximas e futuras, a fim de que tenhamos representatividade nos entes políticos decisórios (federal e estadual), em todas as casas legislativas e executivas. Para esse “mister” não nos falta, tampouco faltarão, militares da reserva, em perfeitas condições de contribuir para um processo de transformação na política nacional. Esses tantos, distribuídos por todos os Estados da federação, gozam de predicados e adjetivos que, notória e comprovadamente, conhecemos e cultuamos: atestada capacidade física, mental e intelectual; vasta vivência nacional e internacional; larga experiência geral e profissional; inegável competência na gestão de pessoas e da coisa pública; testada idoneidade; e arraigados valores morais e éticos, tão raros no cenário político atual. Nossa capacidade já fora testada outrora, desde os fatos

citados neste ensaio, até a participação vitoriosa nas missões impostas nos tempos atuais: forças de pacificação; grandes eventos sediados no Brasil; segurança dos pleitos eleitorais; serviços da estabilização e da paz no mundo; combate à seca e à fome, entre outras.

E, assim, tenhamos, para essa contribuição, muito necessária nesse momento, civis e militares, todos cidadãos brasileiros, irmanados, com muita fé e esperança num futuro de grandeza para nosso BRASIL. Tudo isso, graças ao seu indiscutível potencial de riquezas e, mais ainda, aos exemplares VALORES da Gente Brasileira.

**BRASIL, ACIMA DE TUDO!**

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



**Major** |  
**VINÍCIUS DAMASCENO** | 217 |

## O CONCEITO DE SEGURANÇA AO LONGO DA HISTÓRIA

---

Major VINÍCIUS DAMASCENO

A compreensão do conceito de segurança no Brasil requer uma visão ampliada. Assim, é necessário não apenas o seu entendimento no contexto internacional, como uma evolução do conceito de Defesa Nacional, mas também no contexto nacional, sendo o resultado autóctone da evolução histórico- jurídica de um povo, o brasileiro.

No contexto internacional, os conceitos de Defesa e de Segurança são de vital importância para a sobrevivência de um Estado, por serem a base da estabilidade e necessários ao seu progresso.

Tradicionalmente, os Estudos Estratégicos, até o período da Guerra - Fria (1945-1991), enfatizaram o conceito de Defesa Nacional em detrimento do conceito de Segurança Nacional, por entenderem o primeiro como um conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na Expressão Militar, que proporcionariam o segundo. Ou seja, a Segurança Nacional era uma sensação buscada por ações, tipicamente militares, de Defesa Nacional.

Ao fim da Guerra - Fria, embora a corrida armamentista tivesse gerado elevados gastos militares e um poder de combate convencional e nuclear sem precedentes, o que menos existia era a sensação de segurança. Desta forma, como resultado da insegurança reinante ser inexplicável pelos estudos estratégicos, o conceito de Segurança Nacional entrou em crise, surgindo questionamentos sobre a necessidade dos exércitos e a possível transferência desses recursos para setores como saúde e educação, emergindo os estudos para a Paz. Outra reação à crise conceitual foi o surgimento dos estudos de segurança, alternando o foco do nacional para o internacional, dando suporte às ações da Organização das Nações

Unidas (ONU). Contudo, esses estudos, atualmente, somaram-se a outros e o conceito de segurança, além de evoluir para a ideia de ação, foi ampliado, para além do campo militar, perpassando aspectos sociais, econômicos, ambientais, sanitários, dentre tantos outros, permitindo comportar, no campo militar, ameaças externas e internas.

Atualmente, o mundo adota um conceito de Segurança Nacional que engloba vários conceitos, inclusive de Defesa Nacional e de Segurança Pública. Exemplos disso são os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra, que possuem Políticas de Segurança Nacional que orientam as suas Políticas de Defesa Nacional.

No Brasil, o conceito de segurança pode ser evidenciado no texto das constituições e seus efeitos ao longo da historiografia militar pátria. A Constituição de 1824 previa o emprego da “Força Armada de Mar e Terra” ... em proveito da “... segurança e defesa do Império” (Art. 148). Na República, a Constituição de 1934 introduziu o conceito de “segurança nacional” (Título VI) e criou o “Conselho Superior de Segurança Nacional” (Art. 159). Sem sair do texto constitucional até 1967, o conceito se desenvolveu diante da ameaça comunista, quando a Segurança Nacional passou a ser responsabilidade de todos os cidadãos, e não apenas das Forças Armadas (FA). Na Constituição de 1998, o conceito foi omitido, com exceção de um artigo relacionado à exploração de atividade econômica pelo Estado (Art. 173). Esse expurgo possivelmente se deve ao trauma social resultante das restrições de direitos ocorridas no regime anterior como a Doutrina de Segurança Nacional.

Assim, o conceito de Segurança Nacional, por sua amplitude atualmente conhecida, acabou sendo substituído por outros dois conceitos: Defesa Nacional e Segurança Pública. Trazendo reminiscências da Segurança Nacional, apesar das FA ficarem vocacionadas à Defesa Nacional e os Órgãos de Segurança Pública (OSP) à Segurança Pública. Propriamente dita. Além disso, a missão constitucional das FA (caput, do Art 142, da CF/88) englobou a Defesa Nacional (“defesa da Pátria”) e a Segurança Pública (“garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”).

Um último termo se faz relevante anotar: Segurança Integrada. Embora não apareça nos Documentos de Defesa e em nenhuma legislação federal até 2016, passou a ser empregado pelo próprio Ministério da Defesa (MD) em 2007 no Glossário das Forças Armadas e, posteriormente, reafirmado, como pelo seu emprego no Manual de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), de 2013. Assim, a Segurança Integrada pode ser definida como uma “Expressão usada nos planejamentos de garantia da lei e da ordem da força terrestre, com o objetivo de estimular e caracterizar uma maior participação e integração de todos os setores envolvidos.”

Com isso, pode-se afirmar que a Segurança Nacional abrange: a Defesa Nacional e a Segurança Pública. Entretanto, em virtude do distanciamento entre civis e militares após o Regime Militar, ocorreu uma tentativa de expurgo do conceito de Segurança Nacional do ordenamento jurídico brasileiro. Este fenômeno contribuiu, na atualidade, para o surgimento de um conceito ainda não delineado – Segurança Integrada, como uma tentativa de substituir o conceito extirpado, situação essa não ideal, pois a Segurança Nacional é responsabilidade do Poder Político, agora dos civis, e a Segurança Integrada é mais restrita ao nível operacional das FA e dos OSP, em simples esperança de cooperação. Por isso, diante da crise de Segurança Pública enfrentada na atualidade, verifica-se o ressurgimento da Segurança Nacional a partir de 2012, com a END e o LBDN.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**Coronel**  
**MARCOS VENÍCIO MENDONÇA**

|  
221  
|

## BRASIL NO HAITI, UM CASO DE SUCESSO

---

Coronel MARCOS VENÍCIO MENDONÇA

O caminho percorrido pelas Nações Unidas foi longo e coincidiu com a própria formação dos Estados-membros. Ao longo das eras, a evolução da humanidade foi marcada por série de acontecimentos determinantes, que geraram eventos sucessivos. Tudo isso fez com que o mundo chegasse ao que conhecemos hoje. Essa evolução foi acompanhada pela história dos atritos entre as nações e pela tendência destas em buscar um equilíbrio que fizesse, se não desaparecer por completo, pelo menos minimizar os conflitos entre os Estados, seja por razões territoriais, seja por questões religiosas ou de soberania.

222

Na mesma linha de desenvolvimento, encontra-se a própria ideia de Estado-nação. Pode-se dizer que o marco do surgimento desse conceito ocorreu no fim da Guerra dos Trinta Anos, com a Paz de Westfália (1648). Essa série de tratados foi um conjunto de diplomas que deu surgimento ao moderno Sistema Internacional, pois acatou, consensualmente, noções e princípios, tais como o de soberania estatal e o de Estado-nação.

Com esses acordos, surgiu, também, a noção embrionária de que a paz duradoura derivava do equilíbrio de poder, embora o imperativo da paz tenha surgido em decorrência da longa série de conflitos generalizados que destruiu a Europa. Tal princípio de paz e de equilíbrio aprofundou-se com o Congresso de Viena (1815) e com o Tratado de Versalhes (1919).

Como consequência direta desse último Tratado, da rejeição aos horrores da Primeira Guerra Mundial e da ação do presidente Americano Woodrow Wilson, surgiu a Liga das Nações, ente embrionário nascido com o objetivo de solucionar as contendas entre os Estados, a ponto de ter a inocente pretensão de impedi-los de irem à Guerra, buscando resolver as disputas no campo diplomático. O insucesso em evitar a Segunda Guerra Mundial levou à dissolução da Liga das Nações e ao surgimento da ONU em 1945.

Desde sua fundação, esse organismo internacional vem tentando impedir que países entrem em conflito ou, ainda, que tragam a paz a territórios e nações que não conseguiram pôr fim a seus problemas isoladamente. Para isso, a ONU utiliza-se de diversos meios previstos em sua Carta, sendo um deles as operações de paz (tanto na imposição quanto na manutenção), das quais o Brasil participa desde a década de 1930 (na época, sob a égide da Liga das Nações).

A primeira missão da Organização das Nações Unidas foi estabelecida em outubro de 1947, tendo o Brasil enviado à Grécia três oficiais, um de cada Força Armada, para participar da Comissão Especial das Nações Unidas para os Bálcãs (UNSCOB). Em 1956, o Brasil enviou um Batalhão ao Canal de Suez para atuar na Força de Emergência das Nações Unidas. A partir daquele momento, outras missões contaram com militares e civis brasileiros, que trabalharam diretamente em missões de paz.

Desse modo, as Nações Unidas vêm atuando em conflitos e em pós-conflitos, buscando dirimir arestas entre contendores e promover a tão utópica paz mundial. Essa atuação perpassa todos os campos do poder, sendo o militar o de maior visibilidade. Até o momento, a Organização operou em 71 missões de paz, das quais 38 tiveram a participação do Brasil. Atualmente, das 16 missões da ONU, o Brasil atua em 11.

Em 2004, o Brasil assumiu a liderança da força militar internacional na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 30 de abril daquele ano, por meio da Resolução n.º 1542, com contingentes de vários países, como Argentina, Bolívia, Chile, Coréia do Sul, Equador, Filipinas, Guatemala, Japão, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Sri Lanka e Uruguai. Na estrutura da missão, também trabalharam outros países, como Canadá, Estados Unidos e França.

Após o terremoto, em 12 de janeiro de 2010, o Brasil aumentou a participação na MINUSTAH, com um contingente de cerca de dois mil homens. Ao longo de 13 anos, em torno de 37.500 militares das três Forças (Marinha, Exército e Força Aérea) integraram as tropas. Além disso, a

liderança do componente militar esteve sempre sob a responsabilidade de um oficial-general do Exército Brasileiro.

As principais missões das tropas foram contribuir para a manutenção de ambiente seguro e estável; cooperar com as atividades de assistência humanitária e de fortalecimento das instituições nacionais; realizar operações militares de manutenção da paz em sua área de responsabilidade; e cooperar com a reconstrução da nação haitiana por meio de trabalhos de engenharia.

Em relação ao Batalhão Brasileiro de Força de Paz (BRABAT), foram diversas ações operacionais: patrulhas a pé e motorizadas; *check point* e *static point*; segurança de pontos sensíveis e de canteiros de obra das unidades de Engenharia; escolta de comboios e segurança de autoridades; operações conjuntas com a Polícia Nacional do Haiti (PNH) e a Polícia da ONU (UNPOL); operações de busca e apreensão e de controle de distúrbios.

Já a Companhia de Engenharia de Força de Paz (BRAENGCOY) foi criada em 2005, momento em que se estabeleceu no Haiti com um efetivo de 150 militares, passando a 250 a partir de 2008. A BRAENGCOY teve como missões cooperar para a manutenção de ambiente seguro e estável; prover apoio de Engenharia à MINUSTAH e apoiar a reconstrução do país. Entre os inúmeros trabalhos realizados, destacam-se asfaltamento; produção e transporte de água tratada; reparo de estradas; regularização de terrenos; remoção de escombros e entulhos; limpeza de valas; perfuração de poços; e produção de brita, água e asfalto.

O apoio às vítimas do terremoto em 2010 e do furacão *Mathew* em 2016, a garantia dos diversos pleitos eleitorais e as ações de Cooperação Civil-Militar (CIMIC) foram atividades extremamente importantes e que marcaram a atuação do contingente brasileiro no país caribenho.

Após 13 anos da presença militar no Haiti e dos bons resultados, o Conselho de Segurança da ONU decidiu pela extinção da missão em 13 de abril de 2017, iniciando processo gradual de remoção até o esvaziamento do contingente militar. Desse modo, encerrou-se, em 15 de outubro, a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Na sequência,



entrará em cena a Missão das Nações Unidas para o Apoio à Justiça no Haiti (MINUSJUSTH), que prevê a participação de militares brasileiros

Assim, os soldados *Bon Bagay* (“boa gente”, em creole; expressão utilizada pelos haitianos para saudar os militares estrangeiros), continuarão ajudando a população do Haiti com a Mão Amiga das Forças Armadas, ao mesmo tempo em que prosseguirão representando o espírito solidário do povo brasileiro. São os Soldados da Paz que fizeram a diferença e cumpriram a missão, com o sacrifício da própria vida.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Coronel** |  
**MÁRIO HECKSHER NETO** | 227 |

---

## A AMAN E A MANUTENÇÃO DOS VALORES MILITARES

---

Coronel MÁRIO HECKSHER NETO

Nas últimas décadas, devido à série de fatores que não serão comentados neste texto, a sociedade brasileira foi se modificando e, pouco a pouco, a população foi deixando de cultivar valores importantes, anteriormente reconhecidos como necessários ao aperfeiçoamento do indivíduo e ao convívio social harmônico, seja no exercício das diversas profissões, seja no relacionamento interpessoal. Para o Exército Brasileiro, que recebe seu pessoal dessa sociedade, as citadas mudanças tornaram-se grave problema a ser enfrentado, uma vez que vêm causando a progressiva deterioração de valores militares fundamentais, como patriotismo, espírito de corpo, disciplina e respeito às leis, à hierarquia, aos camaradas e às pessoas em geral.

No caminho da depreciação dos valores militares, vê-se, como consequência, a progressiva destruição das tradições castrenses, pois cidadãos que têm valores diferentes não podem ter as mesmas tradições. Estas são os elos da corrente de coesão que une o passado ao presente e que permitem o entendimento entre as antigas e as novas gerações de profissionais militares. Além disso, são o estabelecimento de laços de liderança entre os diversos níveis da hierarquia. Sem sólidas tradições, prejudica-se o bom funcionamento da Instituição.

Por isso, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), escola formadora dos oficiais combatentes do Exército Brasileiro, é preciso executar um trabalho proficiente, que sustente a formação correta dos cadetes que, dentro em pouco, integrarão a coluna vertebral da Instituição. É fundamental formar oficiais motivados e compromissados, capazes de fornecer aos seus futuros subordinados exemplos pessoais ligados aos valores militares que o Exército precisa manter.

A seguir, será mostrado o core de valores fundamentais que precisam ser internalizados por aqueles que comandarão outros militares e que administrarão os meios coercitivos mais poderosos de que o Estado dispõe. Internalizar ou interiorizar um valor é o processo pelo qual a pessoa, inconscientemente, incorpora ao seu caráter um valor, que foi para ela identificado por outro indivíduo ou por um grupo social.

Do ponto de vista filosófico, o termo “valor” refere-se a uma propriedade das coisas ou do comportamento individual pelo qual é satisfeito um determinado fim, julgado relevante por um grupo. A lealdade, por exemplo, é valor essencial para quem precisa trabalhar em grupo, como é o caso dos militares.

Imagine-se um grupo militar no qual os integrantes sejam desleais. Nessa situação, as pessoas não confiarão umas nas outras. Isto será trágico, porque, em tal equipe, não haverá cooperação, camaradagem e coesão, o que impossibilita o trabalho com unidade de propósitos, em busca do cumprimento das missões.

É relevante destacar que cada conjunto humano costuma ter os seus próprios valores e que o grupo militar tem os seus muito bem identificados. Os valores militares delimitam a cultura grupal, auxiliam na construção do caráter de seus integrantes e, em consequência, balizam as suas atitudes. No Exército, isso ainda acontece porque a maioria de seus integrantes internalizou os valores grupais.

Os valores, quando incorporados, tornam-se características individuais ou atributos da área afetiva, que levam a pessoa a agir de uma determinada maneira. Conforme um antigo glossário do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), um atributo da área afetiva pode ser definido como uma característica relativamente consistente do indivíduo para responder, de uma determinada maneira, às situações que se apresentam.

Na AMAN, o discente deverá identificar e internalizar valores imprescindíveis à formação de seu caráter, para que possa, no futuro, comandar grupos militares, tornando-se, com suas atitudes, exemplo vivo desses valores. Desse modo, se um cadete internalizou o valor “lealdade”, pode-se inferir que esse militar tenderá a agir de maneira leal

com superiores, pares e subordinados. Se um dia falhar, tanto o grupo, quanto a própria consciência o acusarão.

Mas, o que vem a ser “caráter”?

No sentido geral, é o conjunto das características individuais e das condições fundamentais de inteligência, de sensibilidade e de vontade que distinguem uma pessoa das demais. Sob o aspecto moral, é a energia da vontade e a firmeza de princípios e propósitos que conferem ao indivíduo uma diretriz bem definida em sua conduta. Essas são as características da chamada “pessoa de caráter”, isto é, daquela que possui o “senso moral” corretamente orientado.

No estudo da personalidade, podem ser considerados dois aspectos:

- o hereditário (temperamental); e
- o psicossocial / ambiental (caracterológico).

Assim, a base hereditária da personalidade expressa-se por meio do “temperamento”, enquanto que o “caráter” representa a face ambiental.

Não é tarefa simples obter modificações no temperamento ou no caráter de alguém. Segundo Daniel Goleman, em seu livro *Inteligência Emocional* (1995), para se modificar, o indivíduo deverá adquirir consciência das próprias emoções, aptidão indispensável e sobre a qual se fundam outras, como o equilíbrio emocional, base da autodisciplina, que era citada por Aristóteles como princípio fundamental do caráter.

O caráter consolida-se conforme o ser humano internaliza valores nos cinco níveis taxonômicos do domínio afetivo: receptividade, resposta, valorização, organização e caracterização. Na AMAN, procura-se obter a adequação do caráter dos discentes. O que se deseja é desenvolver nesses jovens um caráter compatível com as exigências da cidadania e com as necessidades da vida militar, particularmente, aquelas impostas pelas situações de combate, dando aos discentes instrumentos que os capacitem a comandar, com proficiência, na paz e na guerra.

Considera-se que obter a internalização dos valores militares pelos cadetes é a parte mais difícil e complexa da formação.

Mas, por que motivo essa internalização de valores deve ser obtida?

Ocorre que, no futuro, os cadetes terão não só que comandar seus subordinados de forma correta - chefiando, administrando e liderando -, mas também que ser “administradores da violência”, uma vez que o Estado colocará nas mãos desses militares os meios coercitivos mais poderosos, para que sejam empregados na defesa dos legítimos interesses da Nação. Portanto, o futuro oficial deve possuir caráter bem formado, a fim de utilizar corretamente esses recursos.

Para que isso aconteça, quais são, no mínimo, os valores que precisam ser internalizados pelos cadetes?

Para que se tenha um bom entendimento da questão, os valores serão divididos em três grupos. No primeiro, estão relacionados os valores ligados à integridade de caráter: disciplina, honra, honestidade, lealdade, senso de justiça e respeito. Eles são fundamentais, pois constituem alicerces do bom caráter, além de ser importantes tanto para os militares, quanto para as pessoas de bem.

No segundo grupo, estão os valores chamados cívico - profissionais: patriotismo/civismo, espírito de corpo e camaradagem. Eles se referem, respectivamente, à Pátria, ao Exército e aos Irmãos de Armas.

Para os militares, são valores básicos e devem fazer parte do caráter do soldado, em todos os postos e graduações.

No terceiro, estão os valores impostos pelas necessidades profissionais, os quais, quando internalizados, ajudam a moldar o caráter do soldado eficiente e, principalmente, do bom comandante que, por intermédio da confiança que inspira com suas atitudes, consegue influenciar os subordinados, liderando-os. São eles: adaptabilidade, autoconfiança, comunicabilidade, coerência, cooperação, coragem, criatividade, decisão, dedicação, direção, entusiasmo, equilíbrio emocional, iniciativa, persistência, responsabilidade, autoridade, empatia, paciência e tato.

Esses quatro últimos valores dizem respeito à melhor maneira para se corrigir os subordinados, que devem ser orientados pelo comandante com “sereno rigor”, o que significa emprego simultâneo de firme autoridade, conjugada com empatia, paciência e tato.

É esse o core dos valores militares que, num primeiro passo, precisam ser identificados para os Cadetes de Caxias, permitindo que venham a internalizá-los.

Por fim, pode-se afirmar que, enquanto os cadetes, futuros comandantes da Força, internalizarem os valores acima identificados, o Exército, certamente, permanecerá disciplinado, coeso e motivado, sempre em busca da capacidade operacional necessária para cumprir suas missões constitucionais.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Coronel**  
**RICARDO DE CASTRO TROVIZO**

|  
233  
|

## VOCÊ ASSISTIU AO JORNAL ONTEM?

---

Coronel RICARDO DE CASTRO TROVIZO

Caso não tenha assistido ao jornal ontem, peço não mais do que cinco minutos de sua atenção para informá-lo do ocorrido, afinal, o homem moderno tem que se manter atualizado. A imprensa noticiou uma guerra entre facções. Um grupo fortemente armado com artefatos bélicos, destes que não se podem portar na cintura, em bolsas ou mesmo em mochilas. Destes que são destinados ao uso ostensivo e que disparam munição de “alta velocidade”, famosos por sua letalidade.

Houve mortos. Creio que não mostraram os ferimentos em rede nacional em razão da impropriedade do horário. Certamente, teriam que pedir para retirar crianças e pessoas impressionáveis da sala. O que apresentaram foram os impactos nas casas, as marcas nas paredes, nos eletrodomésticos, carros, vidros; as pessoas deitadas e buscando, desesperada e inutilmente, abrigo. Foram horas de terror!

Todas as imagens ficaram registradas pelas nesgas das janelas e cortinas, por cidadãos aprisionados em suas “cobertas” (nas comunidades, não existe abrigo contra tiros de fuzil). Livres mesmo só estavam os “combatentes”. Estes, sim, andavam em grupos, eram os donos do “teatro de operações”. Seria mentira afirmar que esses atores se locomoviam “livremente” pela rua. Não o faziam porque, nitidamente, utilizavam técnicas de progressão “aproveitando o terreno” e “os meios de fortuna” (os carros dos moradores).

Assistindo à televisão, veio-me, de imediato, uma antiga canção do período básico do soldado: cobertas e abrigos... assim faço meu avanço! Afinal, os pretensos delinquentes, ou melhor, “combatentes”, sabiam que estavam em confronto e que poderiam ser alvejados pelo inimigo. Entre os “aprisionados” espectadores da refrega, que enriqueceram a reportagem com suas imagens de celular, cobertos por detrás das cortinas e janelas, estavam os agentes dos órgãos de segurança pública (OSP).

Por ocasião das filmagens, foram captados os dizeres “se abaixa aí!” ou “se esconde aí!”, tornando patente a falta da condição de enfrentamento por parte das forças policiais. Não poderia ser diferente, porque o jornal mostrou que os malfeitores utilizavam equipamentos, técnicas, táticas e procedimentos definidos, que os qualificavam como combatentes para impor o domínio de sua facção em uma área definida.

Tal situação deixou de ser segurança pública há muito tempo. Tornou-se conflito armado entre grupos claramente identificáveis, não por uniformes, mas por procedimentos e equipamentos. Inclusive, a matéria mostrou, praticamente, uma companhia de fuzileiros, que constitui um grupo armado, organizado sob um comando capaz de desferir hostilidades de alta intensidade. Desse modo, a notícia culminou com algumas perguntas e diferentes comentários dos profissionais da mídia: por que as forças policiais não atuaram para defender a população? Por que as Forças Armadas não estão apoiando essas operações?

Sem ter pretensão de esgotar o assunto, uma vez que tão complexo tema paira acima da minha competência ou do meu completo conhecimento, trago à colação ideias que, certamente, comporiam alguma tentativa de explicação: os OSP não atuaram porque, pela natureza e pelos efeitos, a circunstância retratada não foi uma ocorrência de segurança pública. Simples assim.

Lembro-me de entrevista de notório Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, na qual explicava que uma operação de segurança pública bem planejada e bem conduzida seria aquela levada a efeito sem a necessidade de disparo de armas de fogo. Pois bem, sob essa ótica, não há força regular de segurança pública capaz de prestar o socorro que a comunidade conflagrada necessita, mesmo porque ações de segurança pública não podem ser reativas. Pelo contrário, em realidade, segurança pública é uma percepção possibilitada pelas ações rotineiras e comunitárias de uma plêiade de atores, que proporcionam a condição de tranquilidade para o desempenho das atividades econômicas e sociais da população. Não seria isso?

Para as Forças Armadas - ente estatal destinado, primordialmente, à defesa, cujo emprego em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO)

tem sido convocado diante do crescente desespero social provocado pela situação descrita no noticiário -, de fato, encontra-se ambiente jurídico definido, basicamente, pelo Artigo 142 da Constituição Federal, pela Lei Complementar 97/99, especificamente em seus artigos do 13º ao 19º, e pelo decreto 3897/01, que fornecem amparo suficiente para o emprego de tropa federal no contexto previsto, de acordo com o Artigo 144 da CF (Insuficiência dos Órgãos de Segurança Pública).

No entanto, como reportado no jornal, que pode não ter sido visto, ainda, por muita gente, a dinâmica recente do clamor social pelo emprego das forças militares parece apontar para uma nova necessidade: a de ações militares não mais, apenas, por sua natureza, mas, efetivamente, por seus efeitos. Isso quer dizer que o emprego das Forças Armadas (FA) no ambiente jurídico posto, conduziria, provavelmente, a resultados parecidos, uma vez que seu emprego ocorre em adição aos OSP. Não retrata, pois, mudança de atitude ante o oponente, por ser remédio que não cura a doença. É um paliativo, por sinal, muito caro.

236

As próprias ações nas comunidades do Alemão e da Maré ensinaram às FA brasileiras algo que já existe como lema entre os jurídicos colombianos: “A operação militar só termina quando não houver mais nenhum soldado com problemas na justiça, em virtude de enfrentamentos regulares com oponentes”. Essa preocupação fica clara quando o Comandante do Exército expressa a necessidade do estabelecimento da segurança jurídica para a perfeita execução da ação militar e de tudo o que ela pode acarretar.

Portanto, assim como outras sociedades que decidiram enfrentar realmente esse problema, a exemplo da Colômbia e do Peru, há que se reconhecer que, em nossa conjuntura, estão, sim, presentes os requisitos para amadurecer uma possível configuração de conflito armado (que já se prolonga), conforme exigem a doutrina e a jurisprudência internacionais, com destaque para a previsão do Artigo 8º, 2., f), do Estatuto de Roma, internalizado no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse cenário, as forças militares teriam condição de eleger os integrantes da força oponente como legítimos alvos militares.

Ainda nesse enfoque e como exemplo, detalho alguns ditames do Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra (1949), que tutelariam a ação das forças militares federais em conflitos internacionais, os quais transmitem bem a ideia das cautelas devidas à população:

*Art 48. “A fim de garantir respeito e proteção à população civil e aos bens de caráter civil, as partes em conflito deverão sempre fazer distinção entre a população civil e os combatentes, entre bens de caráter civil e os objetivos militares e, em consequência, dirigirão suas operações unicamente contra os objetivos militares.*

*Art 49. “Entendem-se por ataques os atos de violência contra o adversário, sejam ofensivos, sejam defensivos.*

*Art 52. “Os ataques limitar-se-ão estritamente aos objetivos militares. [...] os objetivos militares se limitam àqueles que, por sua natureza e localização, finalidade ou utilização, contribuam, eficazmente, para a ação militar ou cuja destruição total e parcial, captura ou neutralização ofereçam uma vantagem militar definida”.*

Conforme visto, existe farta e consolidada jurisdição no contexto da Lei do Direito Internacional Humanitário (DIH). Notadamente, para o cenário reportado, teríamos o Artigo 3º comum às quatro Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional II (conflitos não internacionais). Esses preceitos, uma vez recepcionados pela normatização que regule as ações das tropas federais em áreas conflagradas sob a égide do Direito Operacional, contribuiriam para o fornecimento da segurança jurídica necessária ao desencadeamento de operações tipicamente militares em ambiente de conflito armado não internacional (CANI).

Por oportuno, destaca-se que, doutrinariamente, as operações militares já são reguladas e conduzidas por diversos mecanismos, como as Ordens de Operações, as Normas de Engajamento e os Centros de Operações. Todos eles garantem a aplicação dos citados ditames em seu alcance exato para a consecução dos efeitos clamados pela opinião pública. Claro que essa não é medida simples, pois implica discussão e amadurecimento, que conduzam a uma decisão da sociedade, caso

esta pretenda, realmente, “curar a doença”. O remédio é amargo, mas, talvez, seja a única alternativa realista para livrar a atual e as próximas gerações do quadro que situa o Brasil na posição de um dos países mais violentos do mundo, apesar de nossas tradições culturais e psicossociais de cordialidade e humanismo.

Quanto à reportagem? Se você não pôde assistir, não se preocupe. Basta ligar a TV em qualquer dia, em qualquer canal, a qualquer hora, quando, com certeza, passarão outras parecidas.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**General de Brigada**  
**JOSÉ JÚLIO DIAS BARRETO**

|  
239  
|

## SISTEMA ASTROS AUMENTA DISSUASÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA

---

General de Brigada JOSÉ JÚLIO DIAS BARRETO

O Programa Estratégico do Exército ASTROS 2020 busca a dissuasão extrarregional para a defesa do Brasil. Alinhado com a Estratégia Nacional de Defesa, o Sistema é um dos sete programas indutores da transformação do Exército Brasileiro.

Iniciou-se em 2012, com a assinatura de dois contratos com a Avibras Indústria Aeroespacial S/A, companhia 100% nacional e que fabrica produtos de defesa, com a finalidade de desenvolver um míssil tático de cruzeiro, com alcance entre 30 e 300 km; e um foguete guiado de elevada precisão, com alcance de 40 km. O término do programa está previsto para 2023.

O Sistema ASTROS é composto por viaturas mecanizadas com tecnologia avançada e complexa. Esses veículos possuem subsistemas que incluem radares, computadores, navegação por GPS, sistemas inerciais e de comunicação por rádio digital, estações meteorológicas e sistemas mecânicos, hidráulicos, pneumáticos e de motores a diesel.

O programa possui em sua Estrutura Analítica, além dos produtos citados, a aquisição de novas viaturas no padrão MK6, a modernização de viaturas MK3 para MK3M (com o mesmo nível tecnológico das novas), o desenvolvimento de um sistema de simulação integrado e a construção de instalações no Forte Santa Bárbara, em Formosa (GO).

- Projetos integrantes do Programa ASTROS
- Mísseis Táticos de Cruzeiro AV-TM 300 (alcance de 300 km)

São artefatos aéreos que transportam, autonomamente, uma carga útil a longas distâncias, sendo capazes de atingir alvos com precisão da ordem de dezenas de metros. Tal requisito exige tecnologias avançadas, especialmente, nas áreas de sistemas de navegação, controle, guiamento, aeronáutica e combustão.



Nesse contexto, o Exército contratou a AVIBRAS para pesquisar e desenvolver o Sistema de Míssil Tático de Cruzeiro, a ser disparado a partir da plataforma do Sistema ASTROS, em uso pela Força Terrestre. O produto permitirá ao Brasil ser a sétima nação a ter o domínio dessa tecnologia.

Além do mais, permitirá que empresas nacionais pesquisem e desenvolvam produtos de alta tecnologia, com benefício para toda a sociedade, em razão do emprego dual. O projeto envolve mais de cem empresas brasileiras, absorvendo mão de obra especializada oriunda dos polos de ciência e tecnologia.

### **Foguete Guiado AV-SS 40 G**

O Foguete Guiado AV-SS 40 G é uma evolução tecnológica natural do sistema de artilharia de foguetes para saturação de área. Beneficia-se das tecnologias atuais dos sensores inerciais (Sistemas Microeletromecânicos - MEMS), dos sistemas de navegação de constelação de satélites (GNSS), da miniaturização dos componentes eletrônicos e do aumento da capacidade de processamento de dados. O foguete equipara-se a uma munição inteligente, cujo objetivo é reduzir o tamanho da área batida, minimizar o dano colateral e os efeitos indesejados sobre as áreas próximas ao alvo.

O AV-SS 40 G colocará o Brasil entre as dez nações do globo a terem o domínio dessa nova munição e permitirá que empresas nacionais pesquisem e desenvolvam produtos de alta tecnologia. Assim como os mísseis táticos, o Foguete Guiado também envolve mais de cem empresas e aproveita mão de obra especializada na área de ciência e tecnologia no Brasil.

### **Aquisição de novas viaturas do Sistema ASTROS**

O Sistema ASTROS é um produto de defesa consagrado desde a década de 1980 e é comercializado para vários países, como Arábia

Saudita, Catar, Indonésia, Iraque e Malásia. No momento, encontra-se na sexta versão de atualização tecnológica, denominada MK-6, com capacidade de disparar, de um único lançador, toda a família de foguetes e, em breve, o míssil tático de cruzeiro.

As novas viaturas mobilizarão o futuro 16º Grupo de Mísseis e Foguetes, organização militar integrante do Forte Santa Bárbara.

- Modernização das viaturas do Sistema ASTROS do 6º Grupo de Mísseis e Foguetes

O Exército utiliza as versões MK2 e MK3 do Sistema ASTROS, ambas da década de 1980, com tecnologia analógica e alguns itens com tempo de vida útil esgotado. A modernização das viaturas do Sistema ASTROS compreende os trabalhos de engenharia e a execução das atualizações mecânicas, eletromecânicas, eletrônicas e de software de comando e controle, com o objetivo de melhorar o desempenho e a capacidade, por meio da introdução da mesma tecnologia digital da versão MK6.

O projeto de modernização é de propriedade intelectual do Exército Brasileiro, permitindo à administração pública atingir o princípio da economicidade, ao custo de 1/3 do valor de aquisição de novas viaturas. Permitirá à Força possuir dois Grupos de Mísseis e Foguetes, capazes de cumprir a missão de dissuasão extrarregional.

### **Sistema Integrado de Simulação ASTROS (SIS-ASTROS)**

A simulação de ambientes operacionais de combate é ferramenta de elevada importância, tanto no cenário de adestramento das tropas, quanto no de comandantes de frações. Assim, esse projeto visa contribuir com o desenvolvimento de um sistema de simulação, que proporcione o adestramento de militares que operam o Sistema ASTROS, especificando interfaces de integração com outros sistemas de simulação do Exército.

O desenvolvimento desse novo sistema de simulação atenderá às demandas do treinamento assistido por computador, o qual está relacionado com as diversas capacidades técnicas no domínio de

tecnologias da computação: a) Visão computacional; b) Sistemas embarcados; c) Especificação, validação e teste de software; d) Sistemas de tempo real; e) Computação gráfica; f) Sistemas de simulação; g) Sistemas multiusuários; h) Interoperabilidade; i) Inteligência artificial, entre outras. Além disso, com a simulação, destaca-se a economia de meios, a um custo extremamente reduzido, se fosse comparada ao treinamento real.

Diante desse cenário, o Exército firmou um Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Santa Maria, o que permitiu a inserção de professores e alunos no projeto, alinhando-o com a Estratégia Nacional de Defesa, no tocante ao desenvolvimento das capacidades de adestramento e de pessoal, à integração com a comunidade acadêmica e ao desenvolvimento conjunto de tecnologia relevante na área de defesa.

### **Forte Santa Bárbara**

Foi criado com a finalidade de reunir, em um único local, as organizações militares operacionais de mísseis e foguetes, um estabelecimento de ensino, um centro de logística, uma unidade de busca de alvos, unidades administrativas e um campo de instrução adequado para treinamento. Agrupou, também, o ensino, a logística e a operacionalidade do sistema de mísseis e foguetes do Exército.

O Forte Santa Bárbara será composto de um comando de artilharia, duas unidades de mísseis e foguetes, um centro de instrução, um centro de logística, uma base de administração e uma unidade de busca de alvos. A criação do Forte incrementa a construção civil, gera mais de dois mil empregos diretos e indiretos, e receita para a região de Formosa. Além das unidades militares, o projeto contempla a construção de residências funcionais para os militares e suas famílias, atendendo à dimensão humana da Instituição.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

# NOVEMBRO

2017

**General de Divisão**  
**RACINE BEZERRA LIMA FILHO**

|  
245  
|

## O QUE É O AMAZONLOG17?

*Exercício de logística conjunta, multinacional, interações e humanitária - vetor de suporte ao enfrentamento dos desafios amazônicos.*

---

General de Divisão RACINE BEZERRA LIMA FILHO

246 | Ao ser convidado pelo Comandante Logístico para planejar e coordenar o Exercício AMAZONLOG17, percebi que o desafio seria grande, porém, motivante, e que me traria a oportunidade de trabalhar com antigos companheiros, com os quais compartilhei diversas lides da caserna, como as de instrutor de Logística na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), no Rio de Janeiro (RJ); instrutor convidado no *Western Hemispheric Institute for Security and Cooperation* (WHINSEC), nos EUA; Comandante da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, em Tefé (AM); e Chefe da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (JID).

Uma vez apresentado à logística e ciente da importância deste sistema, constatei, mais à frente, o quanto os militares norte-americanos a valorizam e a reconhecem como fator determinante para a viabilidade e, mais que isso, para o sucesso ou o insucesso de uma operação. Já servindo na Amazônia, pude entender a observação de certo empresário em um simpósio, quando disse ser “mais fácil encontrar um elefante caminhando num shopping no Sudeste do Brasil do que um iogurte na prateleira de um supermercado em algumas cidades da Amazônia”. Na JID, percebi a grande lacuna que é, hoje, a integração entre as Forças Armadas dos países americanos, vasto campo a ser explorado.

A essa altura, o leitor pergunta-se: mas, afinal, o que é o AMAZONLOG17? Respondo em poucas linhas.

É um Exercício Combinado de Logística Humanitária na Região Amazônica, amparado em nossas leis internas e em acordos de cooperação com países amigos. Além disso, é direcionado para a consecução dos

objetivos estratégicos do Exército Brasileiro e das demais Forças, bem como é focado na cooperação e na busca da interoperabilidade entre as Forças Armadas e as Agências brasileiras e de países amigos. Cabe destacar que foram convidados todos os países que integram a JID, como também o foram as nações amigas que têm adidos militares acreditados no Brasil.

O AMAZONLOG17 é baseado no “negócio” do Comando Logístico do Exército (COLOG) e tem como principal objetivo melhor cumprir seu papel, respeitando o dos demais atores. Ainda nesse contexto, registra-se a aproximação de nossas Forças coirmãs com as de outros países e com as agências, que participam direta ou indiretamente do Exercício. São mais de duas dezenas de países e outras tantas agências com presença confirmada.

Apenas Brasil, Colômbia e Peru, condôminos de uma fronteira comum, tem tropa no terreno. Todo o efetivo está concentrado em Tabatinga (AM), porém, atuando sempre no respectivo território. As ações são planejadas por um Estado-Maior Combinado Interagências e o Comando Combinado é figurado pela direção do Exercício.

Como novidade doutrinária, o apoio logístico ocorre a partir de uma Base Multinacional, composta por Unidades Logísticas Multinacionais Integradas (ULMIs). Estas são constituídas de meios e de pessoal do Brasil e de diversos países amigos. Alguns produtos de defesa são utilizados de forma prática nessas ULMIs, abrindo espaço para a divulgação de nossa indústria, atividade que conta com a presença de autoridades nacionais e estrangeiras.

Assim, a iniciativa do Comandante Logístico, aprovada pelo Comandante do Exército e pelo Ministro da Defesa, mostra-se, a meu ver, além de pertinente e atual, extremamente corajosa. Pertinente, porque, de fato, a logística é o maior desafio na Amazônia, não obstante o trabalho messiânico de nossos soldados. Atual, posto que o conceito de Base Logística Multinacional, composta por ULMIs, vem sendo adotado por países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), não só com o objetivo de integrar esforços, mas também e, sobretudo, como forma de otimizar a utilização de preciosos recursos. Corajosa, uma

vez que ideias novas, via de regra, enfrentam a barreira da quebra de paradigmas.

Pela primeira vez, o COLOG organiza e conduz um exercício. Mas, trata-se de um Exercício Logístico, que vai ao encontro dos objetivos estratégicos do Exército, levando meios ao terreno; testando novos eixos de suprimento que possam conectar o Sul e o Sudeste à Amazônia; incentivando e abrindo espaço para a indústria de defesa nacional; e compartilhando experiências com países amigos, que enfrentam desafios comuns na tríplice fronteira Brasil – Peru – Colômbia.

Já realizamos duas conferências internacionais de planejamento em Brasília (DF); um evento-teste (Exercício de Mesa) em Manaus (AM); e o Simpósio de Logística Humanitária, com exposição de produtos de defesa, também em Manaus. De 6 a 13 de novembro de 2017, ocorre o Exercício propriamente dito, em Tabatinga, sendo o dia 11, sábado, destinado a visitas e demonstrações.

A fim de entender a dimensão do esforço, convém lembrar que o primeiro comboio partiu ainda em julho, do Sudeste em direção à Amazônia, para poder cobrir uma distância de cerca de 6.500 km, sendo os últimos 2.680 km, de Porto Velho (RO) a Tabatinga (AM), por rio. Ainda em relação a números, cito mais alguns, que refletem a participação multinacional e interagências, e que impressionam pela magnitude: cerca de 1.800 pessoas diretamente envolvidas; 22 agências do governo brasileiro; 13 helicópteros; 11 aeronaves de asa fixa e 29 empresas.

Nossa impulsão já permite visualizar que o AMAZONLOG17 é um jogo em que ganharão todos os participantes do Brasil e das Nações Amigas, a nossa doutrina de operações combinadas, as sofridas populações da área, as instituições e todas as esferas de governo, consoante a estratégia de fazer-se presente. Acreditando no axioma “Treinamento difícil, combate fácil” – estamos nos adestrando para cumprir nossa principal missão constitucional: a Defesa da Pátria e, em particular, de nossa brasileira Amazônia.

Selva!

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



**General de Brigada**  
**LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA**

|  
249  
|

## CASTELLO BRANCO: O HOMEM, O CHEFE MILITAR, O ESTADISTA

---

General de Brigada LUIZ EDUARDO ROCHA PAIVA

Em 2005, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) completou um século de existência. Na época, eu a comandava e propus, ao Comandante do Exército, que ela recebesse a denominação histórica de “Escola Marechal Castello Branco”. Para respaldar a proposta, elaborou-se um documento, no qual foram ressaltadas as qualidades morais, éticas e profissionais do cidadão, chefe militar e estadista, bem como sua forte relação com a Escola. O texto, a seguir, tem o citado documento institucional como fonte, não havendo, portanto, autor específico.

250

### **Castello Branco – O homem**

Nasceu em Messejana (CE), em 20 de setembro de 1900, filho do Capitão Cândido Borges Castello Branco (mais tarde, General de Brigada) e de Antonieta Alencar, descendente do escritor José de Alencar. Foi educado segundo sólidos princípios e valores morais e éticos, que forjaram caráter íntegro e firme. Esse atributo, a invulgar inteligência, o raciocínio ágil e lúcido e a diferenciada visão estratégica alicerçaram o respeito e a admiração dos que com ele conviveram ou daqueles que estiveram sob sua liderança, no meio civil e na carreira das armas.

Em 1922, casou-se com Argentina Viana, de tradicional família mineira, com quem teve dois filhos - Antonieta e Paulo. Um ano antes de assumir a Presidência da República, quando comandava o IV Exército em Recife (PE), sua esposa faleceu.

## **Castello Branco – O chefe militar**

Foi declarado oficial de Infantaria em 1921 e, desde cedo, segundo o General Octávio Costa, “firmou-se frente aos subordinados pelos valores morais, capacidade intelectual, tenacidade, dedicação integral à missão e competência profissional”. Teve longa passagem na Escola Militar do Realengo, formando os cadetes. A primeira vez, na função de instrutor; na segunda, comandando o Curso de Infantaria.

A participação de Castello Branco na Força Expedicionária Brasileira (FEB), desempenhando a função de E3 da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, consolidou sua ascendente trajetória profissional. Na Itália, sob pressão extrema, manteve estabilidade emocional e planejou, com habilidade, as grandes vitórias da FEB nos Montes Apeninos e no Vale do Rio Pó. Assim, consolidou seu já elevado conceito entre subordinados, companheiros e chefes militares, brasileiros e estrangeiros.

Foi instrutor, diretor de ensino e comandante da ECEME, conduzindo a elaboração do Manual de Estado-Maior e Ordens e do Regulamento de Operações; e a atualização do Método de Trabalho de Comando. Orientou a evolução da doutrina de concepção francesa, da 1ª Grande Guerra para a norte-americana, emergida nos anos 1940. Teve o mérito de adaptar essa última às características e aos desafios futuros do Exército Brasileiro.

Cultuava a tradição, mas suas palavras mostram que sabia distingui-la de rotina: “A rotina é a tradição corrompida, deturpada e morta, ao passo que a tradição é a conservação do passado vivo. É a luta contra a morte do passado. É a entrega, a uma geração, dos frutos da geração passada. Separar o que merece durar. Deixar sair o que merece perecer”.

## **Castello Branco – O estadista**

No cenário conturbado que levou ao vitorioso Movimento Civil-Militar de 31 de Março de 1964, foi o líder naturalmente escolhido

pelos pares e acolhido, no nível político, para conduzir os destinos do País, ao ser eleito presidente pelo Congresso Nacional, mantido aberto pelo Comando Revolucionário. Sua atuação na Presidência da República estabeleceu as bases para o extraordinário desenvolvimento que elevou o Brasil, nos anos seguintes, da 48ª para a 8ª economia mundial. Por outro lado, foi exemplo do que deve ser o caráter de todos os que ascendem à liderança em qualquer instituição ou nação.

Seu discurso de despedida da Presidência da República revela um verdadeiro estadista:

*“Não quis nem usei o poder como instrumento de prepotência. Não quis nem usei o poder para a glória pessoal ou a vaidade dos fáceis aplausos. Dele nunca me servi. Usei-o, sim, para salvar as instituições, defender o princípio da autoridade, extinguir privilégios, corrigir as vacilações do passado e plantar com paciência as sementes que farão a grandeza do futuro [...]. E se não me foi penoso fazê-lo, pois jamais é penoso cumprirmos o nosso dever, a verdade é que nunca faltaram os que insistem em preferir sacrificar a segurança do futuro em troca de efêmeras vantagens do presente, bem como os que põem as ambições pessoais acima dos interesses da Pátria. De uns e outros desejo esquecer-me, pois a única lembrança que conservarei para sempre é a do extraordinário povo, que na sua generosidade e no seu patriotismo, compreensivo face aos sacrifícios e forte nos sofrimentos, ajudou-me a trabalhar com lealdade e com honra para que o Brasil não demore a ser a grande nação almejada por todos nós.”*

Este é um pequeno resumo do que foi Castello Branco - o homem, o chefe militar e o estadista.

Que falta faz um cidadão desse naipe na liderança política, nesse cenário conturbado e ameaçador como o vivido no Brasil de hoje!

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

**Subtenente**  
**RICARDO DA SILVA VIEIRA**

|  
253  
|

## ATO DE LEALDADE

---

Subtenente RICARDO DA SILVA VIEIRA

No meio jurídico, a expressão latina “data venia” é muito conhecida. Pode significar “dada a licença”, “dada a permissão” ou “com o devido respeito”. Ao ser empregada em diversos contextos jurídicos, como forma de respeito ao superior ou ao colega, essa sentença representa a maneira polida de começar um argumento discordante sobre algo que acabara de ser apresentado, o que evita ao emissor ser mal interpretado ou taxado de arrogante.

254 | Nesse ambiente, o profissional do direito deve assumir a responsabilidade pelas opiniões e ideias que apresenta, ainda que, para fazê-lo, tenha que discordar dos interlocutores. Todavia, é imprescindível que se ancore à discordância, a coragem moral, a iniciativa e o respeito, para que não se perca a chance de agregar valor à discussão e de beneficiar toda a instituição com a riqueza da diversidade de pensamentos. Esse conjunto de concepções pode ser identificado como discordância leal.

Na Inglaterra do Século XVIII, o conceito de discordância leal teve origem na ideia de uma “oposição leal à sua Majestade”, na qual o partido derrotado nas eleições poderia expressar suas opiniões de forma legítima, sem o risco de ser acusado de traição. A lealdade, nesse caso específico, significava fazer, com absoluta responsabilidade, sugestões pertinentes ou críticas construtivas, em prol dos legítimos interesses da sociedade representada. A “contrario sensu”, seria desleal não expressar as opiniões sinceras ou não discordar simplesmente para procrastinar ou tumultuar os processos. Sob o mesmo ponto de vista, é possível transportar tal conceito do ambiente político, empresarial e jurídico para o meio militar.

Nas Forças Armadas, que preveem o posicionamento hierárquico entre seus membros, uma sugestão ou uma manifestação diante de militar superior podem ser recebidas de diferentes maneiras: como a expressão plena da lealdade ou como algum tipo de afronta. Cabe ao

superior hierárquico saber distinguir uma situação da outra. Destaca-se que não se trata de discordar meramente, mas de assessorar sob outra perspectiva, com efetividade e competência. O objetivo é somente agregar mais subsídios antes da tomada de decisão.

Ter esse tipo de comportamento, mesmo em ambiente disciplinado e hierarquizado, não só é possível, mas também desejável, desde que seja de maneira educada, construtiva e oportuna. Ao se desenvolver desse modo, tal idiossincrasia estimula a reflexão e enriquece o processo decisório, sem prejuízo da disciplina intelectual, pois, uma vez esgotada a fase argumentativa, o Comandante decidirá. Desse momento em diante, a lealdade estará em cumprir a decisão como se fosse sua, independentemente de opiniões pessoais.

Militares com certas iniciativas podem ser incompreendidos. Contudo, os chefes que sabem aproveitar essa forma de manifestação conquistam mais do que a mera obediência de seus subordinados. Eles angariam o respeito e a confiança, que só podem ser traduzidas em uma palavra: lealdade.

Em qualquer nível hierárquico, saber ouvir é virtude que todo líder deve possuir. Aqueles que tiveram experiências positivas ao ouvirem e ao ser ouvidos, certamente, saberão reproduzi-las. Ao reconhecer no subordinado que se expressa corretamente, o mesmo ímpeto e entusiasmo que ele próprio detinha, o líder será capaz de explorar essa atitude corajosa em benefício do comando.

Quem emprega a lealdade como atitude natural, demonstrando abnegação e coragem, preocupa-se com a Instituição e com o bem-estar de seus integrantes. Mesmo arriscando possível desaprovação do chefe ou dos companheiros, esse militar é capaz de apresentar seu ponto de vista sem revestir-se de desobediência. Essa conduta tem a finalidade de exercitar a disciplina e a coragem moral, além de reforçar a cadeia de Comando. Entretanto, tal atitude depende de variados fatores, como a escolha do momento e local apropriados, a forma adequada de explanação e o estilo de liderança.

Recentemente, o Exército Brasileiro (EB) instituiu o cargo de Adjunto de Comando. A atribuição a um graduado de assessorar

o comando, em aspectos relativos às praças, enfatiza o processo de transformação do EB, dentro do espectro mais importante: a dimensão humana. Essa iniciativa pioneira permite à Força, de maneira sistemática e institucionalizada, desfrutar do ponto de vista e das experiências diferenciadas desses militares. Com a ampliação do rol de ferramentas de apoio à decisão, os graduados, agindo com lealdade, ética e imparcialidade, reforçam a autoridade do comando e contribuem para o comprometimento e o bem-estar da tropa.

Reunindo as lições colhidas por décadas, dentro dos mais variados ambientes de trabalho pelo mundo, conclui-se que esse perfil de lealdade não prejudica a disciplina, tampouco mina a liderança dos chefes. Ao contrário, quando bem aplicado, reforça a autoridade do comandante, agrega valor e aumenta o comprometimento do grupo. Os subordinados realmente leais serão reconhecidos pelas iniciativas e contribuições para o êxito da organização militar (OM) e servirão de exemplo para todos.

Em síntese, cabe ao líder, em todos os níveis, estabelecer as condições adequadas para o desenvolvimento e a aplicação da lealdade de maneira devida e produtiva, evitando os excessos. A total falta de iniciativa e comprometimento e a dissensão frequente e desmedida em nada contribuirão para o sucesso das pessoas e, muito menos, da fração da OM.

Vale lembrar que é preciso ser extremamente leal, não apenas ao comando e à Instituição, mas principalmente a si mesmo, a fim de dizer o que precisa ser dito nas oportunidades em que for necessário. É imprescindível ter, ainda, a coragem moral e a abnegação para fazer cumprir a decisão tomada como se fosse sua, pois, só assim, o emprego dessa lealdade específica será profícuo.

Por isso, antes de qualquer julgamento, é fundamental que todo líder militar busque a essência da lealdade dentro de si, uma vez que, em algum momento da carreira, ele carregou o mesmo desejo de expressar suas opiniões. Além disso, é importante propor melhorias e sugestões em benefício das Unidades militares e de todo o Exército.

\*O autor é praça do Exército Brasileiro



**General de Brigada**  
**IVAN FERREIRA NEIVA FILHO**

|  
257  
|

## EXÉRCITO E JUSTIÇA NO CONTROLE DE ARMAS DE FOGO

---

General de Brigada IVAN FERREIRA NEIVA FILHO

Em 2017, até o fim do mês de outubro, cerca de 170 mil armas já foram destruídas pelo Exército em todo o País. Em sua maioria, são armas apreendidas em ações policiais e que se encontravam, de forma irregular, nas mãos de criminosos.

O artigo 25º da Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que constitui o Estatuto do Desarmamento, determina que as armas de fogo apreendidas sejam encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública, assim como às Forças Armadas, dependendo da situação. Tais procedimentos são tomados após a confirmação de que as armas não mais interessam à persecução penal.

Para serem doadas, as armas de fogo precisam atender aos critérios preestabelecidos, como, por exemplo, estar em boas condições de uso e previstas no quadro de dotação da Força Singular ou do órgão de segurança pública pleiteante. A disponibilidade das armas que atenderem aos padrões exigidos para fins de doação é informada à Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), a quem cabe o estabelecimento das prioridades para fins de doação às forças de segurança pública. Após a decisão daquela Secretaria, caberá ao Exército o cumprimento da ordem judicial, expedida por juiz competente, restando aos órgãos destinatários a busca e o transporte do material doado.

Com a finalidade de operacionalizar as ações do Exército pertinentes aos processos de doação e destruição de armas de fogo, em conformidade com a sistemática prevista pelo Decreto n.º 8.938, de 21 de dezembro de 2016, a Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC) expediu, em 9 de agosto de 2017, a Instrução Técnico-Administrativa

n.º 11, que normatiza, detalhadamente, os procedimentos no âmbito de todo o Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) do Exército.

Além de medidas administrativas, foram descentralizados recursos financeiros para a melhoria das instalações das organizações militares com encargo de recebimento, processamento e guarda de armas em processo de doação ou destruição, bem como foi intensificada a fiscalização das unidades militares que já se encontram armazenando o armamento de fogo recebido por determinação judicial.

Somando-se aos aspectos legais mencionados, o Comando Logístico, por proposta da DFPC, publicou a Portaria n.º 86-COLOG/2017, que institui uma comissão de acompanhamento e coordenação das ações de recebimento e destruição de armas e munições apreendidas, que não mais interessam à persecução penal. Representantes de órgãos e agências governamentais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário poderão participar, mediante convite daquele Comando.

Em outubro de 2017, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi convidado para compor a supracitada comissão, a fim de participar das atividades de planejamento e coordenação das ações necessárias para a consecução de doação ou destruição de armas. No que tange ao preparo dos integrantes da equipe do CNJ e dos agentes públicos que trabalham nos fóruns, o Exército disponibilizará material didático de apoio para auxiliar no treinamento e na capacitação, a cargo daquele órgão do Judiciário, acerca dos procedimentos administrativos referentes à entrega de armas ao Exército, para a destruição ou doação, conforme destinação judicial.

Importantes estudos continuam sendo realizados para a melhoria de todo o processo, tais como o aprimoramento da metodologia empregada na capacitação de pessoal, o levantamento do custo necessário para a melhoria das instalações, o incremento da capacidade de destruição de cada organização militar partícipe, a viabilidade de implementação do projeto-piloto no Estado de Goiás, entre outros.

O Exército tem realizado enorme esforço para tornar mais efetivas as ordens judiciais de destruição de armas. No período de janeiro de 2010

a outubro de 2017, já foram destruídas mais de 1.200.000 armas de fogo, sendo a maioria nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, áreas de responsabilidade da 1ª e 2ª Região Militar, respectivamente. Em média, foram destruídas, em todo esse período, cerca de 160 mil armas por ano, sendo que, este ano, até o mês de outubro, quase 170 mil armas foram expurgadas das atividades criminais.

Um aspecto que restringe a capacidade mensal de recebimento de armas para destruição nas organizações militares do Exército, em todo o País, está relacionado à destruição total por derretimento em usinas siderúrgicas.

Essa iniciativa do Exército soma-se a muitas outras para produzir ações integradas junto a instituições do País, a fim de atingir o efeito desejado de aumentar a segurança e de resgatar a paz social da população brasileira.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

**Cabo**  
**WEVERSON FLÁVIO SANTANA NUNES**

|  
261  
|

## TIRO DE GUERRA: ESCOLA DE CIVISMO E CIDADANIA

---

Cabo WEVERSON FLÁVIO SANTANA NUNES

*“Se todos os cidadãos usufruem das benesses da Pátria, nada mais justo que todos participem da sua defesa.” (Olavo Bilac).*

Em 1902, foi criado, no Rio Grande (RS), uma sociedade de tiro ao alvo, voltada às atividades militares. A partir de 1916, com a contribuição direta de Olavo Bilac em proveito do Serviço Militar Inicial Obrigatório, essa sociedade transformou-se em Tiro de Guerra (TG), unidade militar cada vez mais participativa na comunidade e importante para a sociedade brasileira, responsável por formar cabos e soldados de segunda categoria, que se tornam reservistas do Exército Brasileiro.

Atualmente, existem mais de duzentos Tiros de Guerra no Brasil, espalhados pelas diferentes Regiões Militares. Além das instruções ministradas durante o Serviço Militar Inicial (SMI), o TG contribui com outras práticas primordiais na vida do jovem, como a cidadania e o patriotismo, atributos que colaboram com a formação de cidadãos cômicos de seus direitos e, principalmente, de seus deveres no espaço em que atuam.

Um dos pontos positivos dos TG é a adequação das instruções, de modo que o futuro reservista consiga conciliar o SMI com o trabalho e o estudo. Além disso, um dos fatores motivacionais é a oportunidade de servir a seu País, com o acompanhamento familiar bem de perto, evitando que o jovem se desloque até outro Município ou Estado. Outro lado igualmente importante é a contribuição da organização militar na divulgação dos valores éticos, morais e patrióticos, que, uma vez inseridos na vida desses militares, ajudam na manutenção das famílias e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Apesar do curto período de nove meses, os atiradores (assim são chamados os militares que servem nos Tiros de Guerra) passam por diversas experiências, que auxiliam na formação pessoal e profissional: operações de Garantia da Lei e da Ordem, ações cívico-sociais, treinamentos de ordem unida, desenvolvimento da liderança, trabalho em equipe, entre outras, marcam a vida do atirador. Mesmo não seguindo a carreira das armas após a prestação do Serviço Militar, atributos como liderança, disciplina e assiduidade são internalizados e aproveitados pelos jovens, particularmente no mercado de trabalho, fazendo com que se destaquem em qualquer instituição em que trabalhem.

“Neste TG, ensina-se o jovem a ser SOLDADO e CIDADÃO”. A frase está estampada nas paredes do Tiro de Guerra 01-007, em Colatina (ES), Unidade em que servi com muito apreço e admiração em 2012. Lá, eu acompanhava, diariamente, os atiradores, deixando bem claro que a principal função era conciliar as instruções militares com a cidadania. Era praticamente impossível não ler essa passagem, diariamente, quando chegávamos ao quartel; no caminho para as aulas e, até mesmo, no último dia do ano de instrução. De certa forma, o TG marca a vida de qualquer jovem que tem a honrosa oportunidade de passar por essa organização militar, seja nas atividades, seja no ciclo de amizades, o que torna seus integrantes uma família.

Por fim, os Tiros de Guerra contribuem para a integração dos atiradores com a realidade nacional, transformando-os em verdadeiros líderes democráticos, atentos aos ideais da nacionalidade brasileira. Desse modo, esses jovens, uma vez instruídos e incentivados, serão peças fundamentais na construção de nossa Pátria, que tem, no civismo e na cidadania, os pilares para o seu crescimento.

\*O autor é reservista do Exército Brasileiro –  
(Tiro de Guerra 01-007 Colatina -ES)





**Major**  
**ARONES LIMA DA ROSA**

|  
265  
|

## O DIREITO OPERACIONAL MILITAR

---

Major ARONES LIMA DA ROSA

O uso das Forças Armadas (FA) obedece à expressão da vontade do povo, por meio do seu governo. Cabe ao poder político determinar ou não seu emprego, que deve acontecer dentro dos limites das leis vigentes.

O Brasil é um Estado Democrático de Direito e, como tal, garante o respeito às liberdades civis e aos direitos humanos, pela observância das garantias fundamentais previstas na Constituição de 1988. A vigência desse Estado condiciona as operações militares à observância do ordenamento jurídico. Nesse contexto, cresce de importância a aplicação do Direito Operacional Militar nas operações desenvolvidas pela Força Terrestre.

266

Direito Operacional Militar é a gama de legislações e, particularmente, de princípios jurídicos dos mais diversos ramos do Direito, para poder apoiar o comando na evolução de uma operação militar. Ele é entendido como a integração da legislação, dos tratados internacionais ratificados pelo Brasil e da jurisprudência em matéria dos direitos humanos e do direito humanitário internacional. Tal integração ocorre no planejamento, na implementação e no acompanhamento das operações e dos procedimentos operacionais da aplicação da lei nacional, que regula a condução das hostilidades e das missões militares em tempo de guerra, de transição, de estabilização ou de paz sobre o uso da força.

O Direito Operacional Militar é o elo entre o componente jurídico e o componente militar. Visa reduzir o impacto das operações militares nos campos econômico, sociocultural, ambiental, entre outros, e tem por finalidade precípua orientar o comandante para que trace regras operacionais claras, as quais evitem o uso excessivo da força.

Assim, conceitualmente, tem-se argumentado que a lei operacional é a responsável pela regulação do planejamento, da preparação, da

execução, da avaliação e do acompanhamento de qualquer operação que se desenvolve em tempo de paz ou de guerra. Por essa razão, a lei operacional:

a. limita o uso da força e condiciona o planejamento das operações militares e;

b. gera limites fundamentais contra o uso da força em qualquer tipo de circunstância factual. No entanto, essa lei não foi projetada para impedir a missão, mas para que se possa saber cumprir os deveres constitucionais.

Estudando as normas jurídicas que condicionam as operações militares no Brasil, podemos extrair os seguintes princípios do Direito Operacional Militar brasileiro:

- Legalidade - o emprego operacional da Força Armada somente acontece nas hipóteses previstas em lei.

- Prevalência dos direitos humanos - em qualquer situação de emprego, as ações operacionais militares têm por condicionante o respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa humana.

- Observância das garantias fundamentais e dos direitos previstos na Constituição - as garantias constitucionais são o norte a ser seguido durante a realização de operações militares.

- Razoabilidade e proporcionalidade no uso da força - nas operações militares, o uso da força sempre terá esses princípios por parâmetros.

- Subsidiariedade do emprego das Forças Armadas - salvo situações de defesa da Pátria, o emprego das FA ocorrerá de forma subsidiária e complementar aos demais órgãos estatais.

- Decisão política do emprego - salvo previsão legal expressa, a realização de operações militares depende de determinação do Presidente da República.

As fontes do Direito Operacional Militar variam conforme a operação. De maneira geral, esses textos são adequados ao local e ao tipo de operação. Assim sendo, o Direito Operacional Militar tem como fontes o Direito Positivo Pátrio, o Direito praticado em outros países e o Direito Internacional.

Direito Positivo Pátrio - é aquele institucionalizado pelo Estado. Trata-se da ordem jurídica obrigatória no espaço e no tempo. É constituído pelas normas vigentes no Estado ao qual a Força Armada em questão pertence.

Direito praticado em outros países - são as normas vigentes no país onde a Força Armada em questão será empregada, no caso de emprego fora do território nacional.

Direito Internacional - é o conjunto de normas que regulam as relações externas dos atores que compõem a sociedade internacional. Esses atores, chamados “sujeitos de direito internacional”, são, principalmente, os Estados Nacionais, embora sejam reconhecidos, também, outros protagonistas, como as Organizações Internacionais. Manifesta-se no cenário das operações militares, por meio de tratados internacionais assinados pelo país ao qual pertence a Força Armada empregada.

Pelo fato de o Direito Operacional Militar ser formado pelo conjunto de leis nacionais, estrangeiras e internacionais, cabe aos comandantes militares a compreensão desse conjunto de normas para adequar seus planejamentos ao ambiente jurídico em que se desenvolvem as operações. Com isso, merece destaque o papel do assessor jurídico no processo de decisão, preparando estimativas legais para o desenvolvimento das operações, projetando a arquitetura de suporte legal operacional, redigindo anexos legais, revisando planos e auxiliando no desenvolvimento e treinamento de regras de engajamento.

A aplicação do Direito Operacional Militar depende da natureza da operação, que se desenvolve no contexto de guerra ou de não-guerra. No primeiro caso, o uso da força a ser regulado pelo Direito Operacional Militar adquire caráter geral, limitando-se a observar os limites impostos pelo Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA). No segundo, o uso da força tem caráter extremamente restritivo, sendo de grande valor a criteriosa elaboração e a observância das regras de engajamento.

O uso da força deve ser norteado pela não violação dos direitos humanos. Tais direitos decorrem da legislação pátria e dos tratados internacionais relativos ao assunto assinados pelo Brasil. Na situação de

não-guerra, o uso da força deve ser entendido como a coação diferenciada de acordo com a ameaça recebida, medida necessária para fazer cumprir a lei. Em consequência, pode-se recorrer ao uso de armas, inclusive as letais. Nessas circunstâncias, o armamento deve ser utilizado, via de regra, em legítima defesa.

O objetivo deste artigo foi dar o primeiro passo na apresentação de uma ferramenta valiosa para as operações militares. O assunto reveste-se de importância e merece estudo mais aprofundado, porque o Brasil é um Estado Democrático de Direito e, como tal, as atividades das Forças Armadas encontram regulação na lei. A proposta do desenvolvimento desse ramo do Direito é a adequação das necessidades militares ao ordenamento jurídico vigente.

\* O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Coronel**  
**CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI**

|  
271  
|

## QUE GUERRA É ESSA? OU MELHOR... QUE CIVIL É ESSE?

---

Coronel CARLOS FREDERICO GOMES CINELLI

A depender das repetidas ocasiões em que os porta-vozes do Exército – e o próprio Comandante – argumentam que o emprego da tropa em operações de garantia da lei e da ordem (GLO) é constitucional, pode haver a impressão de que se trata de previsão legal recente. Nada mais equivocado. Desde a primeira constituição brasileira (1824), ainda imperial, essa possibilidade já havia sido contemplada: “Art. 148 - Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á Segurança, e defesa do Imperio” (SIC).

De resto, à exceção da Carta de 1937 – outorgada e de cunho fortemente autocrático –, todas as demais constituições brasileiras visualizaram o emprego ordinário (embora subsidiário) de soldados na segurança pública. Em verdade, o imbricamento entre Exército e segurança interna já restava relevante antes mesmo da escolha de seu Soldado-símbolo: o então Tenente-Coronel Luís Alves de Lima de Silva, o Duque de Caxias. Isso porque o primeiro comando confiado ao futuro Patrono do Exército foi o do Corpo de Guardas Municipais Permanentes (1832), unidade de polícia da Cidade do Rio de Janeiro, embrião da atual Polícia Militar fluminense. Em outras palavras, embora o Exército tenha nascido sob a defesa da Pátria contra o invasor holandês em 1648, nos Montes Guararapes, a atuação em operações tipicamente policiais, como “longa manus” armado do Estado, não é estranha à instituição.

Não se pode confundir, portanto, a preocupação com a segurança jurídica de seus integrantes – legítima e necessária – com uma suposta carência de preparo específico para tarefas desse tipo. Há pelo menos uma



década e meia, o ensino e o treinamento em operações de GLO constam de todos os currículos das nossas escolas militares, e esses ensinamentos têm sido colocados sob o escrutínio da realidade, por diversas vezes, nos últimos anos, tanto no Rio de Janeiro como em outras cidades.

Assim sendo, a questão não é de ineditismo legal, nem de capacidade operativa. É claro que mesmo o melhor dos treinamentos não pode simular a experiência adquirida no contato diário com infratores e perpetradores de crimes, razão pela qual o protagonismo do policial militar é insubstituível. É por isso, aliás, que a abordagem atual do problema prevê que os integrantes do Exército sejam empregados em tarefas de cerco afastado, bloqueio e revista, reservando aos policiais as ações que demandem expertise e vivência na área de operações, incluída aí a correta identificação dos indivíduos que, de fato, representem ameaça à sociedade.

A verdadeira discussão que tem sido vocalizada pelos comandantes militares se refere ao escopo protetivo de que dispõem os subordinados para o cumprimento do dever que lhes é imposto, “vis-à-vis” o tipo de violência experienciada pelos cariocas: inicialmente adstrito à discussão quanto à jurisdição competente para processar e julgar os crimes dolosos contra a vida de civis, cometidos por militares das Forças Armadas – que retornou para a esfera da Justiça Militar da União, conforme Lei n.º 13.491/2017 –, o debate foi recentemente conduzido para o campo do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), ramo do direito internacional público destinado a regular condutas e métodos de combate em tempo de guerra (tecnicamente falando, em tempo de conflito armado).

O que está acontecendo no Rio de Janeiro é uma guerra? Se essa pergunta for feita a qualquer cidadão carioca, ele dirá prontamente que sim, justificando com os fuzis, as munições traçantes no céu, o número de mortos e os tanques em movimento que testemunha todos os dias. Assim como vem ocorrendo com diversos conceitos outrora sólidos e bem acabados, o termo “guerra” diluiu-se em nossos “tempos líquidos”, na acepção teórica do sociólogo *Zigmunt Bauman*. Embora a ciência

política e a sociologia tenham, cada qual, sua própria conceituação para o fenômeno, é o DICA que fornece os parâmetros distintivos entre a guerra e as demais situações de violência.

Os critérios para a identificação de um conflito armado interno (“guerra civil”), distinto de uma explosão criminosa de violência, são oriundos, principalmente, da jurisprudência do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia: a natureza prolongada do fenômeno, o limiar mínimo de intensidade dos enfrentamentos e o nível de organização das partes. Embora nossa percepção dos fatos seja diversa – talvez pela recorrência com que as imagens invadem nossas casas todos os dias – alguns dos indicadores utilizados para demonstrar o atendimento a esses critérios inexistem nos episódios cariocas, mantendo-os na área cinzenta entre o banditismo espasmódico e o conflito interno.

No caso da “natureza prolongada” e do “limiar mínimo de intensidade” requeridos, seriam exemplos de indicadores: manifestações formais do Conselho de Segurança da ONU (o que jamais houve, muito embora uma ideia mal avaliada tenha dotado nossos militares de bonés azuis durante as operações no Complexo do Alemão, em 2012, difundindo, internacionalmente, imagens indesejáveis de que o Rio de Janeiro estaria sob intervenção das Nações Unidas); um aumento no número de tropas e na intensidade dos embates à medida que a escalada de tropas prossegue (o que igualmente não ocorre, pois a postura dos criminosos é sempre a de descarregar seu aparato sobre os policiais inadequadamente equipados, mas de retrair e exfiltrar dissimuladamente quando as forças armadas são mobilizadas); uma “protração” dos embates, ou seja, uma grande dimensão do seu prolongamento ao longo do tempo, o que, segundo a melhor doutrina, não é o mesmo que continuidade, mas sim o fato de não serem atos esporádicos (em outras palavras, serem uma combinação de fatores como tempo, violência, mortes etc.).

Aliás, dados consistentes mostram que o número de mortes decorrentes de causas violentas é maior em certos grotões do Norte e Nordeste do que no Rio de Janeiro, mas é na Cidade Maravilhosa que se encontram as sedes de importantes conglomerados da imprensa, onde

há traficantes iconizados como “*pop stars*” e comunidades que batizam telenovelas e filmes nacionais, além das características topográficas dignas dos melhores terrenos para um entrenchamento militar.

Em termos de “organização das partes”, um conflito armado interno requer, no mínimo, a existência de um “grupo armado organizado”, que pode estar combatendo as forças estatais ou outro grupo armado. Para ser reconhecido como tal, esse grupo precisa ter ligação (formal ou tácita) com uma das partes no conflito. Em outras palavras, ele precisa ser ou fazer parte das forças armadas daquela parte. Por exemplo, o Comando Vermelho ou o Terceiro Comando Puro seriam “partes” num hipotético “conflito armado carioca”? Nesse caso, quem seriam as forças armadas de cada uma dessas partes, a fim de que fossem analisadas (e combatidas) caso a caso? Seria possível identificar, em cada um desses grupos, separadamente, o nível mínimo de organização exigido?

O fato de denominarmos essas facções de “criminosos organizados” (ORCRIM) não necessariamente implica que elas estejam evidenciando os requisitos necessários a um grupo armado organizado. Por exemplo, eles possuem um sistema disciplinar interno capaz de implementar o Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA), ou mesmo têm a capacidade de “falar a uma só voz” em nome dos seus membros, inclusive em eventuais negociações políticas? Nesse sentido, estaríamos preparados para que lhes fosse legitimado obter apoio internacional, inclusive armamentista, clandestinamente ou não? Na verdade, o que vemos normalmente naquelas gangues são caóticos arranjos de forças, que se digladiam internamente em busca de liderança, e não um ente único e sinérgico, como se demandaria nesses casos.

A complexidade do tema ganha tempero adicional quando consideramos que a aplicação desse sub-ramo do direito depende, exclusivamente, do voluntarismo e da aceitação política do Estado em que se desenrolam os eventos violentos, como, no mais, ocorre em tudo o que se refere ao direito internacional público. Nenhuma nação é ávida por anunciar que não pode controlar a violência dentro de suas próprias fronteiras e entre seus próprios cidadãos.

Um exemplo é o Artigo 3º, comum às quatro Convenções de Genebra de 1949 (único fragmento normativo daquelas Convenções aplicável aos conflitos armados internos), que, mesmo quando invocado ao longo da história (em cerca de 15 situações), ocorreu sem declarações formais dos respectivos governos. Já o Protocolo Adicional II àquelas mesmas Convenções (gestado em 1977, especificamente para os conflitos armados internos), possui provisões tão genéricas e incompletas que não se adequam como guia para a conduta dos beligerantes. Ele introduziu requisitos rigorosos para a sua aplicabilidade, além de um limiar mínimo abaixo do qual não deve ser aplicado. Isto tornou essa aplicação extremamente rara em conflitos internos recentes, devido ao fato de que grupos insurgentes dificilmente cumprem os seus pressupostos. Mesmo o Brasil, ainda que fustigado por focos guerrilheiros no interior do País nos anos 1970, optou por tratar o tema no âmbito da segurança pública, não obstante, como sabemos, o massivo emprego de tropas federais e a condução de operações em escala e sob “modus operandi” militares. Por fim, o Protocolo Adicional I (1977) às Convenções de 1949, que regula conflitos armados internacionais, somente teria aplicação interna em algumas hipóteses, como, por exemplo, nos conflitos por questões de libertação nacional.

Uma das principais consequências de uma eventual aplicação desse arcabouço privativo de conflitos armados é que se estaria falando de imunidade à persecução penal nos casos de morte de indivíduos legalmente engajados nas hostilidades. Ou seja, estaremos falando em seleção de alvos baseada no “status” de um indivíduo, e não no emprego de violência armada legítima em resposta à ação hostil dele advinda (legítima defesa). Como superar, nesses casos, o preceito constitucional do devido processo legal? Ainda: estaríamos também preparados para que um traficante abatesse um policial ou um soldado do Exército e não sofresse processo, já que as normas humanitárias aplicar-se-iam de parte a parte?

Mesmo o governo colombiano, embora com todos os requisitos de um conflito interno presentes, foi refratário em admitir a plena

aplicação das leis da guerra na longa experiência de enfrentamentos armados contra as FARC. As operações das forças armadas com os narcoguerrilheiros (providencialmente denominados de “subversivos”, e não de “combatentes”, já que essa última é categorização jurídica privativa de conflitos armados internacionais) demandavam o acompanhamento dos membros do ministério público daquele país, assegurando o pleno atendimento aos preceitos dos direitos humanos. Apesar disso, ambas as partes externavam agir de acordo com as noções básicas do DICA, a despeito das atrocidades cometidas em todas as fases daquela refrega de quase meio século. Não fosse o auxílio norte-americano, mobilizado não por razões humanitárias, mas, pragmaticamente, para tentar reduzir a enxurrada de cocaína em seu território, provavelmente mais meio século de combates ainda seria testemunhado.

Outro aspecto temerário reside no fato de que, embora o Estatuto de Roma para o Tribunal Penal Internacional (TPI) tenha sido ratificado e inserido no nosso ordenamento jurídico com “status” de emenda constitucional, ainda pende a tipificação pátria dos respectivos crimes de guerra lá descritos, haja vista que o PL 4038/08, que define os crimes de guerra, encontra-se em tramitação há quase 10 anos no Congresso Nacional. Trata-se, nesse caso, não somente de vácuo legislativo, mas também de verdadeira brecha para eventual impossibilidade de julgamento de nossos militares por parte de tribunais nacionais, ensejando o exercício de jurisdição pelo próprio TPI, com base no princípio da complementariedade. E como julgar, se os tipos penais da categoria dos crimes de guerra sequer existem?

Mas os elementos de complexidade vão além. Por exemplo, também começa lentamente a tomar forma no meio jurídico brasileiro o que se tem acostumado a denominar além-mar de “direito operacional militar”. Concebida como um conjunto de normas e princípios extraídos das legislações que possam influenciar as operações militares na paz e/ou na guerra (Constituição Federal, Código Penal e Processual Penal Militar, direito administrativo), essa disciplina emergente considera também as regras de engajamento específicas de cada operação. Ocorre

que, como instrumentos de comando e controle destinados a fornecer diretrizes à tropa em contextos específicos, as regras de engajamento não refletem com precisão o DICA, e, portanto, não podem ser utilizadas para definir conceitos. Elas podem conter, por razões políticas ou operativas, proibições ao uso de força letal em resposta a certas atividades, embora essas atividades possam equivaler à participação direta nas hostilidades à luz do DICA. No caso oposto, elas podem conter regras sobre o uso de força letal em autodefesa individual contra atos de violência que não representam participação direta. Estaríamos então trazendo para o chapéu do direito, por exemplo, o conceito de “intenção hostil”, inexistente no Direito Internacional dos Conflitos Armados? Se o fato de importar modelos táticos, praticados por exércitos nacionais de cultura operacional e destinação estratégica diferentes das nossas, já é temerário, o que dizer de fazê-lo para as normas aplicáveis à segurança pública? O exemplo estadunidense é típico. Naquele país, desde 1878, como herança do pós-Guerra Civil, o “*Posse Comitatus Act*” limitou, significativamente, o poder do governo federal para o emprego de forças militares na garantia da lei e da ordem internas, exceto em certos casos e circunstâncias expressamente autorizados pela Constituição ou por lei ordinária federal.

Isto significa dizer que, salvo raras exceções (acidentes nucleares, risco de insurreições, imposição de lei federal), nos Estados Unidos é ilegal o emprego de forças militares federais contra cidadãos do país. O “*Posse Comitatus*” não se aplica, porém, às unidades da Guarda Nacional, que, embora vinculadas ao exército norte-americano, são empregadas sob o comando do respectivo governador do estado. Desnecessário dizer que inexistente qualquer semelhança com o previsto em nossa Constituição ou com a forma de organização e emprego da nossa Força Nacional de Segurança, muito menos algo similar ao modelo de cortes marciais praticado naquelas paragens.

Quando o General Villas Bôas, Comandante do Exército, questionou se a sociedade estaria preparada para os danos colaterais decorrentes de um emprego, a plena força, dos militares, essa pergunta na verdade encerrou matizes diversos. Ela engloba não somente o risco

de baixas acidentais entre os civis inocentes, como também embute a responsabilidade de um comandante para com a integridade física e as condições de eventual persecução penal de seus subordinados, em decorrência de ações contra certos civis que não são, convenhamos, lá tão inocentes assim.

Houve obviamente reações descontentes, entre juristas e operadores do direito em geral, pelo fato do retorno, para a esfera da jurisdição castrense, dos crimes dolosos contra a vida de civis cometidos por militares federais (Lei n.º 13.491/2017). Argumentos como a maior celeridade da Justiça Militar e a especificidade das ações que envolvem o emprego da violência legítima não são suficientes para demover os que discordam desse entendimento jurisdicional. Porém, já que estamos falando de uma guerra que não é, de direito, uma guerra, mas que se assemelha, de fato, a uma, talvez seja didático recorrer à norma internacional para entender a que tipo de “civil” estamos nos referindo.

Como explica o Professor Celso Castro, Diretor do CPDOC/FGV, “o ‘civil’ é uma invenção dos militares. ‘Militar’ e ‘civil’ são o que os antropólogos costumam chamar de ‘categorias nativas’, estruturantes da visão de mundo dos militares, e não em termos descritivos. Não sou ‘civil’, a não ser quando estou diante de militares e quando sou assim classificado por eles. Se tiver que fazer uma lista dos principais termos que definem minha identidade, ‘civil’ não apareceria entre elas. Para qualquer militar, porém, ser ‘militar’ necessariamente aparece entre os primeiros atributos, se não como o primeiro”. A oposição entre civil e militar assinalada pelo Professor Castro não é, por conseguinte, um marco identitário social, nem uma simples exacerbação da ideia de “sociedade civil” formulada por Montesquieu, cujo intuito era o de cingir as coisas da vida privada daquelas pertencentes à alçada do Estado. Ela representa (ou deveria representar), antes de tudo, a dicotomia impositiva que se estabelece no terreno das hostilidades bélicas, onde somente alguns, ao atender a determinados critérios mínimos, são autorizados a nelas tomar parte diretamente e fazer uso da força (numa analogia, apenas didática, com o DICA, seriam os “combatentes legítimos”). Nesse sentido é que a

Constituição de 1988 se pronunciou, ao listar, no “caput” do Art. 144, as entidades autorizadas, além das Forças Armadas (Art. 142), ao exercício do monopólio da violência (inclusive as polícias “civis”).

No âmbito normativo dos conflitos armados, a dificuldade em se chegar a uma definição amplamente aceita de “civil” (como oposto de “combatente”) foi tanta, que a comunidade internacional não viu saída outra que não conceituar o termo por exclusão: grosso modo, o “civil” é aquele que, não sendo um membro das forças armadas ou um integrante de um grupo armado organizado, abstém-se de tomar parte diretamente nos enfrentamentos bélicos e, por essa razão, deve ser, a todo custo, protegido dos efeitos dos combates. Caso esse civil contrarie a obrigação de manter-se neutro e passe a engajar-se no uso de força letal contra quem quer seja, é-lhe sustada a proteção outrora devida à sua condição, sendo ele passível de ser alvejado, como qualquer outro combatente.

Desse modo – ainda no intuito apenas do didatismo –, se transpusermos para a violência cotidiana do tempo de paz (?) o espírito normativo dos conflitos armados (guerras), gestado e modelado pela comunidade internacional ao longo de décadas, é notório que o espírito da Lei n.º 13.491/2017 não foi o de atribuir tratamento mais leniente ao militar que, dolosamente, atente contra a vida de um civil. Ao contrário, ao abordar, realisticamente, os cenários em que se desenrolam os distúrbios armados cariocas, o legislador tratou de, na impossibilidade de distinguir objetivamente os “civis” dos “combatentes” nas comunidades, atrair para a Justiça Militar a análise do caso concreto, permitindo um curso processual mais criterioso e especializado. Lamentavelmente, a maioria das posições contrárias concentra sua atenção à exceção (o inocente acidentalmente ferido) e não à regra (o perpetrador intencionalmente abatido em decorrência de legítima defesa contra o uso ilegal, de sua parte, de violência armada).

Em suma, a prudência exige que alguns mecanismos ínsitos na Constituição (Intervenção Federal, Estado de Defesa e Estado de Sítio, este último, na hipótese do artigo 136, I), sejam eventualmente postos em prática antes de esgotadas as possibilidades na esfera penal interna, pois



os aparentes benefícios de se admitir a existência de um conflito armado (guerra) e a conseqüente aplicabilidade das respectivas leis a regê-lo podem, na prática, não se mostrar compensadores.

A população fluminense, sem alternativa, a não ser a resignação, naturalizou seu convívio com blindados, fuzis, mortes sucessivas e até helicópteros abatidos. A comparação com a alegoria do sapo fervido é adequada: ao ser colocado numa panela com água da sua lagoa original, o sapo ali permanece impassível; levada a panela ao fogo, a grande capacidade de troca de calor com o ambiente faz com que o batráquio permaneça na panela, a despeito da progressiva e perceptível degradação das condições ambientais; de súbito, a água entra em ebulição e ele morre fervido. Como sapos na panela, nós, sociedade politicamente organizada, consentimos que se chegasse a esse estado de coisas. Em meio a uma miríade de diagnósticos e carentes de soluções duradouras, os cidadãos parecem insistir em aguardar que a água finalmente chegue ao seu ponto de ebulição.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**General de Exército**  
**PAULO CESAR DE CASTRO**

|  
283  
|

## COMPROMISSO COM O EXÉRCITO BRASILEIRO

---

General de Exército PAULO CESAR DE CASTRO

Oficiais e praças, na ativa, na reserva e reformados, estão eternamente irmanados pelos valores e ideais que abraçaram ao transpor, voluntariamente, o portão das armas da primeira organização militar que os acolheu de braços abertos. Ofereceram-se ao serviço da Pátria e envergaram a farda que os distingue e os identifica como integrantes do Exército, instituição de maior índice de credibilidade - ao lado das forças coirmãs - junto ao povo brasileiro.

Assumiram responsabilidades permanentes, tais como defender a honra, a integridade e as instituições do Estado brasileiro, até mesmo com o sacrifício da própria vida. A História do Brasil é rica em exemplos dos que chegaram ao sacrifício supremo e se imolaram no altar da Pátria.

A essas responsabilidades somam-se as de respeitar os superiores hierárquicos; tratar com afeição os irmãos de armas e com bondade os subordinados. Também a história revela exemplos fantásticos dos que assim procederam e procedem. São estrelas-guias a iluminar o caminho de todos os que combatem o bom combate na ativa e dos que assim se obrigaram e se orgulham de permanecer na inatividade.

O permanente exame de consciência é indispensável a cada um de nós, a começar por este autor: como estou honrando meu compromisso?

Muito aprendi com o General Sérgio Augusto de Avellar Coutinho, ilustre associado do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Ao abordar a difícil situação nacional e discutir possíveis soluções, indicava o caminho prudente do dever: “O melhor que temos a fazer é confiar nos companheiros que estão na ativa e apoiá-los!”

Como é gratificante constatar o crescimento permanente dos homens e mulheres do Exército. Ainda bem! Se assim não fosse, o quanto teriam falhado as gerações que os formaram?

É recompensador observar o elevado moral da tropa nas formaturas e solenidades. Os indicadores estão à vista dos convidados: imobilidade, garbo, marcialidade, movimentos de armas, canto vibrante de hinos e canções, uniformes, equipamento e desfiles. O Exército de sempre tem enfrentado e transposto obstáculos cada vez mais desafiadores. Aplaudir e elogiar é justo e necessário. Conviver com eles é rejuvenescedor para as gerações precedentes.

O líder militar ouve seus liderados e está pronto a atendê-los em suas legítimas aspirações. Os que têm compromisso assessoram, fazem chegar aos superiores seu pensamento sincero, olho no olho, se possível. Sugerem, opinam, mas não decidem nem criticam. Sabem que cabe ao comandante decidir sozinho e assumir a responsabilidade pela linha de ação selecionada. E quanto aos comandados, cabe praticar a disciplina intelectual e apoiar a decisão do comandante como se sua própria fosse. Aprendemos essa lição com os velhos mestres, ensinamo-la, praticamo-la na ativa e somos convocados a nela perseverar, na reserva e reforma. Os comandantes, em todos os escalões de comando, contam com sua tropa. A tropa, em sua expressão mais ampla, somos todos nós.

O compromisso com o Exército expressa-se, também, pelo estudo e pela pesquisa, divulgação e preservação da história das organizações militares (OM). Sou testemunha do quanto nossa Força evoluiu nesse aspecto. É comum encontrarmos nas OM espaços culturais, salas históricas e museus, que atraem visitantes de todos os segmentos profissionais, a par de escolares que passam a conhecer a vida e a história daquele quartel próximo a seus lares.

Fico especialmente impressionado em algumas unidades, nas quais é rotina, durante as formaturas, apresentar-se um soldado à frente do palanque das autoridades e, alto e bom som, transmitir à assistência a história daquela OM. Fantástico avanço cultural!

Nesse contexto, insere-se a denominação histórica das unidades, fruto do resgate da memória de seus feitos na guerra e na paz, no exterior e no próprio País. Multiplicam-se as OM que ostentam tais denominações e, em consequência, são distinguidas com estandartes históricos, hoje, meritariamente conduzidos por sargentos ao lado de tenentes porta-bandeiras.

O cuidado com os aquartelamentos e as instalações militares é outro espelho concreto do compromisso com o Exército. Ao ingressarmos em uma OM, parece que estamos em outro país. Sobressaem o asseio e o cuidado urbanístico, aspectos que se nota, também, nos muros, nas calçadas e no exterior das organizações. O orgulho é despertado de imediato.

Pode-se afirmar que o compromisso com o Exército é próprio da cultura militar, transmitida desde o dia daquela primeira passagem pelo portão das armas e desenvolvida em todas as atividades próprias da caserna. A exemplo da farda que não se despe, mas que envolve a alma do soldado, o compromisso com o Exército está enraizado no coração de seus integrantes, qual semente que caiu em terreno fértil.

Mas, atenção! Todo o cuidado é pouco. Poderosas forças do mal estão à solta e nos tentam com antivalores, anticultura, antipatriotismo, anti-hierarquia, anticamaradagem, anticoesão e “anti” quase tudo que é sadio e que amamos.

Como dizem os versos da canção do Colégio Militar do Rio de Janeiro, *“companheiros leais ... prossigamos na porfia ... a cumprir nosso dever”*. E o dever, neste caso, traduz-se por firmeza crescente em nosso compromisso com o Exército Brasileiro.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro



# DEZEMBRO

2017



**Capitão**  
**TIAGO PEDREIRO DE LIMA**

|  
289  
|

## CHURCHILL, LINCOLN E VISCONDE DO RIO BRANCO

---

Capitão TIAGO PEDREIRO DE LIMA

*Winston Churchill* talvez seja o mais importante político inglês do século XX. Sua atuação nas decisões políticas e militares, que influenciaram a 1ª Grande Guerra, e sua brilhante liderança, que conduziu o Reino Unido na 2ª Guerra Mundial, colocaram-no nesse status. Porém, foram os estudos de sua vida e obra, bem como as manifestações culturais a seu respeito, que o transformaram no maior personagem britânico de todos os tempos, imagem sedimentada no imaginário coletivo.

Figuras históricas como *Churchill* são depositárias dos valores morais mais importantes de suas nações. São a elas que seus compatriotas recorrem nos momentos de crise.

Por ser fonte inesgotável de inspiração, a vida do ex-primeiro ministro britânico foi escrita, reescrita e traduzida para diversos idiomas, sendo retratada, também, em muitos filmes. Não por acaso, ele é, novamente, o personagem principal em dois novos filmes, quase simultâneos: “*Churchill*”, lançado em outubro deste ano; e “O destino de uma nação”, previsto para estrear nos cinemas em janeiro de 2018.

Este artigo pretende trazer à tona as seguintes reflexões: Quem são os personagens brasileiros que podem inspirar o Brasil de hoje? Quais são os valores que devem nortear o País, para vencermos mais esta crise que vivemos?

É verdade que a história do Brasil é repleta de personagens grandiosos. Homens e mulheres abnegados que viveram intensamente em prol da Nação. O que nos cabe, hoje, é estudar a vida e os feitos dessas personalidades, se não pelos bancos escolares – há muito tempo ideologicamente enviesados –, pelo menos por iniciativa própria. Em tempos de *Google*, *Amazon* e *e-books*, a busca individual do conhecimento nunca esteve tão acessível a todos nós.

Se nos prontificarmos a buscar essas referências históricas, encontraremos, entre tantos estadistas existentes em nossa história, José Maria da Silva Paranhos - o Visconde do Rio Branco, pai do Barão do Rio Branco. Militar, professor, jornalista, redator, deputado, diplomata, ministro. Visconde do Rio Branco notabilizou-se desde cedo e, por toda a vida, dedicou-se a engrandecer o Brasil.

Já aos 25 anos, influenciava a elite intelectual do País. Suas ideias poderiam perfeitamente ser publicadas nos editoriais dos jornais de hoje. Era defensor do liberalismo econômico: *“Alargai a esfera dos cidadãos que podem tomar parte nos negócios do Estado, proscreevi o exclusivismo, que manda somente dar importância a um limitado número de pessoas”*. Combatia a corrupção: *“Estendei a espada da justiça até os lugares onde empregados dilapidadores estragam a riqueza pública”*. Desejava melhor representatividade política: *“Que as Câmaras sejam realmente a expressão do país inteiro”*. Pregava a tolerância e a liberdade de expressão: *“Quereis a desgraça do país? Exercei a parcialidade e a injustiça para com aqueles cujas opiniões forem diversas”*. E criticava a fomentação da luta de classes, o que, segundo ele, desmantelaria o Império e aniquilaria tudo que tem de mais caro à Nação.

Na função de diplomata, o Visconde foi responsável pela fixação das fronteiras entre Brasil e Uruguai; afastou a proibição, imposta pelo ditador Lopez, de o Brasil navegar no Rio Paraguai até o Mato Grosso; esteve à frente da celebração do Tratado do Paraná em 1856, importante marco fronteiriço para a questão das Missões. E, após a Guerra da Tríplice Aliança, foi designado para organizar o novo governo paraguaio, que fora totalmente desmantelado.

Mas, foi no cargo de Presidente do Conselho de Ministros, à frente da Campanha Abolicionista, que Visconde do Rio Branco elevou-se à condição de estadista. Assim diz seu biógrafo, General Affonso de Carvalho: *“É aí na defesa de uma causa tão justa quão humana que a sua figura se agiganta e toma as proporções dos estadistas que as pátrias predestinam – como Lincoln”*. A vitória de seu trabalho foi a promulgação, em 28 de setembro de 1871, da Lei Rio Branco, assinada pela Princesa Isabel e conhecida, também, como Lei do Ventre Livre.

Se não foi possível libertar todos os escravos na época, foi graças à postura apaziguadora de Rio Branco que não sofremos cisões políticas, que poderiam descambar para uma guerra como a norte-americana. Assim como *Lincoln*, o povo fez justiça ao Visconde do Rio Branco: “Aí vai o nosso protetor!”, gritavam as mães escravas levantando seus bebês, ao avistá-lo nas ruas cariocas.

Foi responsável, ainda, por reformas do judiciário e da magistratura; instituiu os registros civis de nascimento, casamento e óbito; autorizou a concessão de empréstimos oficiais a juros; reformou a Casa da Moeda; estabeleceu as moedas de níquel; iniciou o arrasamento do Morro do Castelo, além de muitas outras iniciativas governamentais. Foi um verdadeiro reformista.

Que exemplo de vida dedicada ao Brasil!

Poderia Visconde do Rio Branco inspirar nossos políticos de hoje? Seus valores deveriam guiar a todos nós no enfrentamento da crise atual? As respostas são, indubitavelmente, sim e sim!

O Brasil não teve *Churchill*. O Brasil não precisa de um *Lincoln*. Nós tivemos nossos heróis, como o Visconde do Rio Branco. E precisamos conhecê-los.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro

**General de Exército**  
**ARMANDO LUIZ MALAN DE PAIVA CHAVES**

|  
293  
|

## ENGESA

---

General de Exército ARMANDO LUIZ MALAN DE PAIVA CHAVES

O nome ou, melhor dizendo, o acrônimo ENGESA é muito mais do que o batismo de uma empresa. É o relato da obra de um empresário altamente dotado de inteligência, bagagem técnica e cultural, acurada visão de futuro e aptidão para selecionar valores humanos e que levou uma modesta firma de fabricação de componentes para exploração petroleira a se transformar num complexo industrial-militar, o qual disputou mercados com os maiores e mais tradicionais produtores de armamentos de alta tecnologia mundiais. Vencido pela concorrência por justa ambição de crescimento, que ignorou a ponderação no cumprimento de compromissos contratuais e bancários assumidos, esse empreendedor mergulhou na inadimplência, na concordata e na falência. Deixou de existir. Passou a ser uma história, a contar e lembrar.

294

### **Nascimento e evolução**

Em 1958, a ENGESA (Engenheiros Especializados S/A) foi criada por José Luiz *Whitaker* Ribeiro. Em 1968, produzia componentes para a exploração de petróleo e os fornecia a Petrobras. Ao ter seus caminhões enfrentando estradas de terra e barro para chegarem ao destino no litoral, desenvolveu, “de motu próprio”, uma caixa de transferência com tração total, aplicada com sucesso em seus veículos nacionais. Em 1970, o Exército interessou-se em testar o invento. Aprovado, passou a usá-lo.

Na época, estavam em desenvolvimento no Parque Regional de Motomecanização, da 2ª Região Militar, os blindados S/R Cascavel e Urutu. Convidada, a ENGESA aceitou associar-se à Força Terrestre e participar do empreendimento. Em 1974, a empresa tomou a iniciativa pioneira de oferecer à Líbia o blindado Cascavel, com canhão 90 milímetros. Foi um sucesso! A ENGESA começava a crescer com a exportação. Em poucos

anos, vendeu esse blindado a 18 países localizados no Oriente Médio, na África, na América do Sul e no Mediterrâneo.

Nos anos de 1980, iniciou o desenvolvimento em computador (hoje, AutoCad) do EE-T1 Osório, carro de combate (CC) armado de canhão 120 milímetros. Em 1985, a Arábia Saudita convidou Alemanha, Brasil, EUA, França, Grã-Bretanha e Rússia a levarem seus CC para demonstração. O Osório, já testado aqui, foi transportado de avião ao destino. Teve muito bom desempenho.

Em 1986, a ENGESA obteve financiamento de US\$ 65 milhões pelo BNDES. No mesmo ano, assinou contratos com o Exército para grandes fornecimentos: 40 mil tiros de morteiro; 100 conjuntos de rádio; 51 blindados Urutu; 500 a 600 viaturas de 2 1/2 toneladas; 380 viaturas de 3/4 toneladas e 82 jipes. Apesar do subsídio, os recursos foram aplicados para a aquisição de fábricas, como a IMBEL, de Juiz de Fora, bem como para novos desenvolvimentos, como mísseis e helicópteros, que não chegaram a ser efetivados. O Exército exigiu e obteve uma Confissão de Dívida, porém, nada do contratado jamais foi entregue.

### **Plano inclinado descendente**

Do exposto, deduz-se que 1986 foi o ano de entrada da empresa no plano inclinado descendente, que a levaria, mais adiante, à extinção. Em 1987, a Arábia Saudita convocou para segunda avaliação o *Abrams* norte-americano, o AMX 40 francês, o *Challenger* britânico e o Osório brasileiro, este, mais uma vez, transportado de avião. Pelo relato dos dirigentes da ENGESA, tudo indicava que seu produto foi o vencedor do certame. Prova disto é que foi assinado um pré-contrato para a aquisição de 316 carros de combate, por US\$ 2,2 milhões.

Em 1989, o Departamento de Estado e o Departamento de Defesa norte-americanos apresentaram ao Congresso minucioso relatório defendendo a conveniência de o *Abrams* ser vendido à Arábia Saudita, tanto pelo que a fabricação representaria para a indústria nacional, como pelo que significaria a entrada de um novo fabricante (ENGESA) no mercado do Oriente Médio. A ação diplomática produziu seus efeitos e o *Abrams* foi vendido aos árabes, deixando a ENGESA “a ver navios”.

Nos anos de 1990, a ENGESA pediu concordata. O Governo brasileiro autorizou o Tesouro Nacional a conceder à IMBEL NCz\$ 30 milhões (de cruzados novos) para adquirir o acervo tecnológico da ENGESA, excluído o do Osório. A empresa vendedora teria três anos de prazo para recompra. Caso isto não ocorresse, o acervo tecnológico do Osório seria cedido à IMBEL por preço simbólico de NCz\$ 1,00.

Deduz-se do parágrafo anterior que os méritos tecnológicos da ENGESA eram amplamente reconhecidos, seja pelo Exército, seja pelo mais alto escalão da administração pública. E que a inconsistência de sua política econômico-financeira vinha sendo severamente avaliada e mesmo sancionada, como o foi com a aquisição do acervo tecnológico.

Um Grupo de Trabalho criado na Presidência da República, ligado ao Gabinete Militar, reuniu representantes do Tesouro, do BNDES e do Banco do Brasil, para acompanhar a evolução do saneamento. Foi, inclusive, proposta a concessão de aumento de capital da IMBEL, pelo BNDES e BB, para que a ela fossem transferidas todas as garantias da ENGESA depositadas nos dois bancos. A IMBEL não aceitou a proposta, pois nada receberia em caso de falência. Em contraposição, propôs a entrega do acervo tecnológico, o que ocorreu, já que o prazo para recompra se esgotara. Os 30 milhões recebidos para a aquisição temporária do acervo tecnológico foram aplicados na recompra da Fábrica de Juiz de Fora, que voltou a ser propriedade da IMBEL.

## **Agonia**

Em 1991, firmou-se um Protocolo de Intenções e Procedimentos. Nele, foi estabelecido que as ações dos controladores passassem ao domínio da IMBEL, a preço simbólico. A Fábrica foi credenciada para negociar com os credores redução de 90% das dívidas. O BNDES e o BB receberiam 53% do resultado da alienação de ativos não operacionais e os 47% restantes passariam para a IMBEL pagar parcialmente os credores. Seria criada nova empresa afim, com os recursos devidos aos trabalhadores, que virariam acionistas, com os valores desses recursos.

Em 1992, os ativos não operacionais não obtiveram preço. Em consequência, todo o plano falhou. Em 1994, o Gabinete Militar da



Presidência apresentou proposta de desapropriação da ENGESA por interesse público. Na época, o Governo julgou temerária tal iniciativa e a arquivou.

Ainda naquele ano, o Presidente da IMBEL viajou à Grã-Bretanha para apresentar, ao Conselho de Administração da *British Aerospace*, uma proposta de associação com sua subsidiária *Royal Ordnance* para a copropriedade e a gerência conjunta da ENGESA, mediante investimento de US\$ 125 milhões. Os britânicos disseram concordar com o valor da participação, porém, os recursos não poderiam ser aplicados para saldar dívidas tributárias, trabalhistas e bancárias. Mais uma tentativa frustrada de salvar a empresa.

Em 1995 decretou-se a falência da ENGESA. O juiz passou a tratar das alienações. Questionou a propriedade da IMBEL sobre o acervo tecnológico, que só foi assegurada com ganho de causa obtido na justiça. Todo o material do acervo foi transferido para a Fábrica de Piquete, à exceção dos planos do Osório, que não foram encontrados nem na fábrica, em São José dos Campos, nem no complexo administrativo de Barueri. Em 2005 a fábrica de São José dos Campos foi vendida à EMBRAER.

### **Considerações finais**

A epopeia da ENGESA - da criação ao declínio, e deste à falência - é exemplo frustrante da aptidão criativa e tecnológica do empresariado brasileiro, bem como da carência de recursos financeiros governamentais para assegurar a regularidade de encomendas de que depende a sobrevivência das empresas. As motopeças, os blindados Charrua e Bernardini, e o carro de combate Tamoio reforçam a exemplificação.

Enquanto foi possível financiar demandas não entregues, a ENGESA foi largamente apoiada. Porém, seu ímpeto de produzir e exportar gerou compromissos financeiros que foram muito além do que o Governo brasileiro poderia apoiar. Veio-lhe a inadimplência e não houve como contorná-la, nem como moderar sua ambição. À frustração da venda do Osório somou-se o fracasso de novas iniciativas, como a de helicópteros e a de mísseis.

O Governo e o Exército Brasileiro, via IMBEL, procuraram caminhos para salvar a ENGESA, contudo, a cova que a enterraria já era muito funda, cavada por seu próprio Conselho de Administração. O Brasil perdeu uma empresa que lhe poderia dar autossuficiência em muitos itens de emprego militar, destruída pelas mãos de quem a criara e a quis maior do que lhe disponibilizavam os meios.

Não se tem notícia da utilização do acervo tecnológico guardado na Fábrica de Piquete, que poderia ser muito útil nos desenvolvimentos programados pelo Exército. Também não se sabe do acervo do Osório, sem dúvida muito valioso, que é propriedade da Força. Caberia uma ação, mesmo policial, para descobrir seu destino. Localizado, teria grande valor na orientação da fabricação de blindados brasileiros.

\*O autor é oficial-general do Exército Brasileiro

**Major**  
**ELIÉZER DA SILVA PESSANHA**

|  
299  
|

## SERVIÇO MILITAR: ESCOLA DE CIDADANIA E PATRIOTISMO

---

Major ELIÉZER DA SILVA PESSANHA

Cidadania e patriotismo são valores particulares ao brasileiro. Enganam-se alguns quando imaginam que aquele é prevalente a este. Não é. Patriotismo consiste em sentimento voluntário, unilateral, de pertencimento. O brasileiro pertence ao Brasil. A cidadania, por seu turno, revela-se como exercício de direitos – muitos deles, assegurados na Constituição federal, Lei maior – e deveres civis, políticos e sociais. Cidadania não é sentimento voluntário, unilateral. É exercício de integração com uma sociedade politicamente organizada.

300

Nesse mister, o serviço militar traz consigo, desde a colonização, aspectos valorosos de cidadania e patriotismo. Já naquela época, revestia-se do caráter obrigatório de defesa das capitanias hereditárias – o “Regulamento de El Rei” determinava a colonos e proprietários de engenho a posse de armas. A história é pródiga em fatos que demarcam o serviço militar como vetor de formação de cidadãos e patriotas. E, durante os anos, à prestação do serviço militar coube lugar de representação cívico-patriótica perene e profícua junto à sociedade civil brasileira.

Desse modo, importante atribuição possui a Diretoria de Serviço Militar, órgão técnico-normativo subordinado ao Departamento-Geral do Pessoal, que, desde 1906, encarrega-se de dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades ligadas ao serviço militar no âmbito do Exército, em todo o território nacional e no exterior. Instituição secular e estratégica, prossegue fiel às suas tradições no trato do serviço militar em todos os processos a ele vinculados. Possui, portanto, papel nobre e eivado de imenso valor.

No entanto, ainda que o exercício do serviço militar seja instrumento que mantém vivos os valores acima, assistimos, malgrado, ao distanciamento das virtudes do serviço militar. Patriotismo deixou de ser valor e passou a ser irrelevante; cidadania possui nova roupagem. E isto nos alarma.

Ora, patriotas constroem valores honestos e importantes para o significado de Pátria. A Nação, no que lhe concerne, é forjada por eles, não havendo nenhum país que sobreviva sem patriotas. Decorre-se, então, que enfrentamos um perigoso processo de extinção dos sentimentos patrióticos e cívicos. Caminhamos para nos tornar um país desprovido de sentimentos nobres. Uma nação iconoclasta.

Como resultado, veem-se ausências de identidade nacional e valores morais. Com isso, gestores públicos e governantes já não se incumbem mais de transmitir à população o civismo, a moral, a cidadania e o patriotismo. Aliás, educação, moral e civismo – conceitos basilares de convivência em sociedade – desapareceram dos bancos escolares há anos. Em decorrência, observa-se uma funesta qualidade nos quadros dirigentes do País. Grassa, à testa destes, a ausência da história; a escassez de valores que não prestigia o verdadeiro conceito de Nação.

Mas, resiliente a tudo, prossegue o serviço militar, um múnus público, um dever do cidadão no tocante à noção de Pátria. Verdadeira escola formadora de cidadãos e patriotas. Centelha de esperança na concretude de uma sociedade que pugna pela certeza e convicção de que valores como cidadania e patriotismo são firmamentos de uma nação. E, de fato, o são, pois, segundo as palavras reluzentes de Olavo Bilac, patrono do Serviço Militar, *“O Serviço Militar é o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo.”*

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Coronel**  
**RODOLFO TRISTÃO PINA**

|  
303  
|

---

## O ESPÍRITO DE CORPO DOS MILITARES

---

Coronel RODOLFO TRISTÃO PINA

“(…) um grupo não é somente uma autoridade moral regendo a vida de seus membros (...) ele libera um calor que aquece e reanima os corações, que os abre à simpatia e derrete os egoísmos.” (*Durkheim*, 1978, p. 30). Embora carregado de figuras de linguagem, esse texto, de um dos autores clássicos da Sociologia, descortina um campo fértil para o surgimento do espírito de corpo nos agrupamentos sociais.

*Haroche* (2006, p. 10) definiu “espírito de corpo” como “sentido genérico de ‘espírito de grupo’ que, em certos aspectos, se confunde com o ‘espírito comunitário’, o ‘espírito tribal’ e ‘clânico’ e também com o espírito sectário” (apud: *Freud*, 1921/1997). Outros autores assim o definem: “(...) recurso coletivamente incorporado que permite a cada um dos membros de um grupo integrado participar do capital individualmente adquirido por todos os outros.” (*Bourdieu*, 1989, p. 258 a 259, apud *Cunha e Hering*, 2012, p. 251 e 256).

Via de regra e notadamente no meio militar, o espírito de corpo não deve ser confundido com o corporativismo no seu sentido distorcido, entendido nessa ótica como instrumento que privilegia interesses de uma categoria e que, por vezes, atenta contra a ética e os valores.

Isto é, em certa medida, fácil de explicar, pois, na “cultura militar”, a servidão do trabalho na caserna depende da sinergia do sistema de valores pessoais e coletivos. O profissional militar é preparado para o exercício cívico da violência levado às últimas consequências, e ninguém, em paz de espírito e sã consciência, conseguiria puxar o gatilho se não estivesse firme no propósito dos preceitos castrenses que comunga e que jurou defender, com o sacrifício da própria vida.

Como reflexo de uma identidade coletiva, formada a partir de uma espécie de relação simbiótica de seus integrantes, o espírito de corpo dos militares forja-se nas escolas de formação, em qualquer nível, onde a



“práxis” é transmitida de geração em geração por militares mais antigos. Esses chamados “instrutores” veem os seus instruídos como aprendizes que, paulatinamente, irão substituí-los e que carregarão parte do legado profissional transmitido, uma forma de herança familiar na lógica da sucessão.

Aos militares, o espírito de corpo não é uma representação, mas verdadeiro laço real e necessário ao desempenho da função. Nesse meio, rivalidade e desconfiança são deixados de lado, porque tudo é pelo coletivo e em prol do grupo. Essa dinâmica, embora possa parecer contraditória, é favorável ao surgimento da iniciativa e da liderança. Como explicar as calorosas e concorridas reuniões de turma das escolas militares, passados 40, 50 anos de formação? Como explicar o sentimento de pertencimento ao segmento militar entre civis que já vestiram a farda, mesmo após o compromisso legal do serviço? O espírito de corpo abre o leque de respostas à grande parte dessas perguntas.

Sou oficial da turma de formação de 1993 da Academia Militar das Agulhas Negras (escola de formação dos oficiais de carreira da linha de ensino militar bélica do Exército Brasileiro). Foram pouco mais de 500 aspirantes que se formaram naquela oportunidade.

Curioso que, passados mais de 24 anos daquele momento, guardamos ainda forte o sentimento de camaradagem e apreço quando reencontramos um companheiro da turma, ainda que o convívio após a formação tenha sido curto. Nesses reencontros, mesmo os menos conhecidos se tornam “os amigos mais próximos”, pelo simples fato de pertencerem à turma. Esse mecanismo de identificação com o outro é o resultado do espírito de corpo. Transferimos a todos do grupo, indistintamente, o mesmo sentimento de camaradagem.

O espírito de corpo é, portanto, uma face visível do alto grau de endogenia da Instituição militar, construído no sacrifício das experiências da caserna, principalmente, nas adversidades e na superação dos limites, e, por isso, tem conotações próprias em nosso meio, diferentemente de outros grupos. É uma das características basilares que mantêm as Forças Armadas vivas e será o mecanismo de coesão em tempos de crise, o sustentáculo da nossa hierarquia e disciplina.

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**Coronel** |  
**MARIO HECKSHER NETO** |  
307 |

---

## ÉTICA E MORAL - UM BREVE ESTUDO

---

Coronel MARIO HECKSHER NETO

Ética é uma palavra de origem grega, que pode ter dois entendimentos: o primeiro origina-se da palavra “éthos”, pronunciada com o “e” curto (pronúncia fechada), traduzida para o latim com o significado de “costume”; a segunda, com grafia igual, “éthos”, mas falada com o “e” longo (pronúncia aberta), significa “propriedade de caráter”. O primeiro entendimento deu origem à palavra “Moral” e o segundo orienta a utilização da palavra “Ética”.

A Ética, também chamada de “filosofia da moral”, faz o estudo geral, nos campos econômico, político, psicossocial, científico-tecnológico e militar, sobre o que é bom ou mal, correto ou incorreto, justo ou injusto, adequado ou inadequado. O estudo ético justifica, ou não, as regras propostas pela Moral e pelo Direito. Entretanto, é diferente de ambos, porque não cria novas regras. O que caracteriza a Ética é, basicamente, a reflexão sobre as ações humanas, no que concerne aos fundamentos da vida moral, em todos os campos acima mencionados.

Por sua vez, a Moral pode ser definida como um conjunto de regras ou normas, que já passaram por um processo ético de depuração e que determinam o comportamento do indivíduo em uma dada sociedade. Estas normas – externas - geralmente antecedem o indivíduo. Este, ao nascer ou ao ingressar em uma instituição, já se encontra limitado por um conjunto de regras de comportamento que a sociedade espera que sejam respeitadas.

A Moral diz respeito aos costumes, princípios, códigos e normas que tentam regulamentar a maneira de agir das pessoas sob o ponto de vista do que é bom ou mau. Portanto, a questão básica da moralidade é saber diferenciar o bem do mal. A Moral responde à pergunta: o que posso e o que não posso fazer?

Cinco aspectos devem ser observados:

- As regras estabelecidas pela Moral podem variar no tempo e nas sociedades. Exemplos: a escravidão, aceita até um determinado momento da civilização ocidental, hoje, é considerada abominável; e a poligamia, permitida no islamismo, é reprovada no cristianismo. Entretanto, como a humanidade não pode, a cada geração, reinventar a roda, pois, se assim fosse, não haveria progresso, do mesmo modo, se a todo momento for necessário discutir e refazer normas já consagradas, o ser humano nunca conseguiria elevar seu nível moral e estaríamos regredindo a cada minuto, até voltarmos aos padrões dos homens das cavernas.

- A Moral não é um simples catálogo de proibições, porque não é negativista, mas construtiva, uma vez que orienta o homem, que tem livre arbítrio na escolha de seu próprio destino.

- A norma moral tem caráter coletivo e expressa o que está enraizado na tradição ou foi recentemente estabelecido pela sociedade, mas só tem valor real se for aceita em termos pessoais, isto é, se for internalizada e praticada pelo indivíduo. Portanto, quando se educa a juventude, não basta pregar uma relação de normas para o bom convívio social. É preciso que o educador explique, acredite e pratique o que fala, tornando-se exemplo vivo daquilo que prega. O ato moral é complexo. O ideal é que seja livre, consciente e intencional, porque diz respeito à responsabilidade do indivíduo com a sociedade.

- Para ser respeitado, aquele que exerce função de comando, chefia ou direção, em qualquer nível, terá que pautar sua vida por padrões morais aceitos pelo grupo no qual está integrado, cabendo a ele transmitir aos subordinados os princípios morais da instituição ou do grupo social a que pertence. De outro modo, não obterá a confiança do grupo, não terá credibilidade e, muito menos, virá a liderá-lo.

- É difícil estabelecer, a priori, um código de conduta para todas as situações da vida. Por isto, estando na dúvida sobre o que fazer (dúvida ética), é conveniente lembrar a Regra de Ouro - também chamada de Princípio da Reciprocidade -, que pode ser expressa da seguinte forma:

*“Trate os outros como você gostaria de ser tratado e só faça aquilo que você gostaria de ver os outros fazerem.”*

\*O autor é oficial do Exército Brasileiro



**2° Sargento**  
**ANDERSON DOS SANTOS ROCHA**

|  
311  
|

---

## A GÊNESE DA BRASILIDADE E O CONTEXTO ATUAL

---

2º Sargento ANDERSON DOS SANTOS ROCHA

“(…) Fusão de raças, forte semente, / Em Guararapes pujante surgiu, (...)”. Esse trecho do Hino a Guararapes resume bem o evento histórico que é considerado a gênese de nossa nacionalidade. A intenção do texto é demonstrar a convergência entre nossa brasilidade e a formação do Exército Brasileiro.

Em 1580, com a morte do Rei de Portugal, o Rei da Espanha, Felipe II, unificou as coroas portuguesa e espanhola, formando a União Ibérica. Em consequência, tratou de eliminar as relações comerciais que Portugal tinha com a Holanda, já que os holandeses estavam em guerra contra os espanhóis. Nesse período, a Marinha Portuguesa esteve enfraquecida e a principal estratégia de combate dos holandeses era atacar as colônias da União Ibérica.

A primeira invasão holandesa no Brasil Colônia aconteceu em Salvador, sede do Governo-Geral, mas o objetivo principal da Holanda era a ocupação do Porto de Recife, ponto estratégico para a expansão de seus domínios, por estar mais próximo da Europa e dos engenhos produtores de açúcar. No momento das invasões holandesas, o Brasil Colônia estava militarmente enfraquecido, devido à crise econômica e política de Portugal, quase não havendo fortes e fortalezas.

No dia 14 de fevereiro de 1630, chega ao litoral pernambucano a expedição holandesa, com mais de 70 navios, 8 mil homens e 1100 canhões. Recife e Olinda são ocupadas e as forças de resistência têm que se reorganizar no interior do território de Pernambuco, sob a liderança de Matias de Albuquerque.

Em 19 de abril de 1648, a resistência havia mobilizado uma força libertadora, que contava com a participação de brancos, negros, índios e mestiços (algo nunca visto na colônia), todos do mesmo lado, comandados por Fernandes Vieira, Vidal de Negreiros, Henrique Dias e



Filipe Camarão. Essa força impôs duas fragorosas e decisivas derrotas ao adestrado exército holandês nos Montes Guararapes. A luta combinou táticas de guerrilha e de emboscada, utilizando meios expeditos de combate, como chuços, escudos de couro endurecidos, paus afiados, tostados e, principalmente, tendo o terreno a favor dos luso-brasileiros. Essa nova forma de combate foi decisiva na vitória da força libertadora e ficou conhecida como “Guerra Brasília”. Estava pronto o embrião de uma força brasileira que cunhava sua própria doutrina de luta.

Nesse contexto, quando Pernambuco ainda estava dominado pelos holandeses, pode-se observar que Portugal já não tinha mais o domínio da colônia e que o invasor holandês, representado, principalmente, pela figura de Mauricio de Nassau, trouxe melhorias significativas para o Recife. Então, o que motivaria a reunião de cidadãos locais na composição de um exército libertador, formado por pessoas de interesses difusos, culturas diferentes e posições antagônicas, em um território já dominado e distante de sua metrópole?

A resposta parece estar no vínculo que uniu esses indivíduos - negros escravos, forros, mestiços, brancos e índios - para lutar em defesa do seu território, numa “fusão de raças”. Foi o vínculo afetivo, que ligava essa gente a sua terra paterna, que proporcionou a união de todos para a libertação de sua Pátria. Ali houve o início da formação de um povo, uma “forte semente”. Essa foi a gênese da nacionalidade brasileira, construída na dificuldade e com a união de diversas culturas em prol da defesa de uma iminente Nação.

Dessa forma, alcançou-se a vitória e a primeira definição de gente brasileira, forjada na batalha desigual contra um poderoso exército, superando dificuldades com coalizão, criatividade e inovação. Hoje, percebe-se que o berço da nossa nacionalidade está ligado à composição de um vitorioso exército libertador, formado pela fusão de raças. Esse laço de identidade, constituído entre a população e o Exército Brasileiro, fica evidente pela capacidade de que a Instituição tem de representar os diversos segmentos da sociedade brasileira, agregando valores em defesa da Pátria.

\*O autor é praça do Exército Brasileiro



**Major**  
**ANDRÉA LEMOS MALDONADO CRUZ**

|  
315  
|

---

## A CONTRIBUIÇÃO DA LINGUAGEM E DAS PRÁTICAS DISCURSIVAS PARA A LEGITIMAÇÃO INSTITUCIONAL

---

Major ANDRÉA LEMOS MALDONADO CRUZ

Ao longo de toda a sua trajetória histórico-social, o homem vem tentando organizar, conceituar e representar o conjunto de experiências materiais e imateriais que o identificam no mundo. Essas representações se materializam por meio da linguagem, produção cultural que se constitui em um universo de signos utilizados como instrumentos de comunicação ou de suporte para a manifestação do pensamento.

Os atuais estudos da linguagem, em especial, da Análise de Discurso, têm como princípio o conceito de língua como um fato social, cuja existência baseia-se na necessidade humana de comunicação.

Em sua obra “Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos”, Milton José Pinto define análise de discurso como “(...) uma prática analítica de produtos culturais empíricos (...) que (...) procura mostrar, à luz das modernas teorias sociais, como e porque tais produtos produzem certos efeitos de sentido.”

Dessa maneira, trata-se de ciência que situa seu objeto – o discurso – no campo das relações entre o linguístico e o histórico-ideológico, e que busca as determinações sociais, políticas e culturais dos processos de construção de sentido. Sob essa perspectiva, pode-se considerar que, como representação e significação da realidade, o discurso constitui o mundo em significados, contribuindo para a composição de nossas identidades sociais e para a construção das relações sociais e dos sistemas de crenças e de conhecimentos.

A legitimação e a aceitação social desse conhecimento e dessas crenças materializam sem o discurso. Tal legitimação ocorre em nível das interações individuais, potencializa-se nas relações grupais e, principalmente, na constituição de organizações e instituições.

Assim considerado, institucionalmente, o processo de legitimação de uma organização, dentro da sociedade, ocorre pelo que Jesús Martín Barber em sua obra dos meios às mediações”, chama de mediações feitas, basicamente, pela linguagem, por meio das práticas discursivas. Pode-se dizer, portanto, que a legitimação de uma instituição como o Exército Brasileiro é reforçada socialmente por um discurso que transmitirá seus valores, suas crenças, seus conhecimentos e suas verdades tanto para seus integrantes, quanto para a sociedade.

Dessa forma, dentro do cenário institucional militar, visualiza-se um contexto de práticas discursivas, no qual ritos, regras e convenções - como a hierarquia, a disciplina e o papel de cada integrante nas relações sociais - são determinantes nos vínculos e nas trocas simbólicas.

Acredito ser de extrema importância o estudo da linguagem como instrumento dessas práticas discursivas, que vêm tecendo significados e contribuindo, ao longo da história, para a percepção da identidade institucional da Força, não somente quando transmitem e reforçam valores, crenças e rituais que lhes são próprios, mas também quando justificam uma ordem institucional e asseguram a transmissão daquele conjunto de vivências acumuladas e repassadas chamado conhecimento, que, em última instância, condiciona a legitimação da Instituição na sociedade.

\*A autora é oficial do Exército Brasileiro





---

## ROTINAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

---

1. Os artigos para o EBlog devem ser remetidos à Agência Verde-Oliveira, pelo e-mail [eblog@ccomsex.eb.mil.br](mailto:eblog@ccomsex.eb.mil.br).

2. O texto é analisado conforme a linha editorial do EBlog e, posteriormente, submetido à revisão textual.

3. O autor é comunicado sobre a aprovação ou não do texto, bem como sobre a necessidade ou não de ajustes.

4. Após aprovação pelo Chefe do Centro, a matéria é incluída no calendário de postagens.

5. Para definição da data de publicação do artigo pela Agência VO, devem-se observar:

- a. oportunidade;
- b. contexto; e
- c. prioridade.

6. A postagem (texto e ilustração) é realizada semanalmente, em dias definidos pela Chefia do Centro, com assessoria da Agência Verde-Oliveira.

7. Outras informações podem ser obtidas pelo tel: (61) 3415-6670.



**EXÉRCITO BRASILEIRO**

*Braço Forte - Mão Amiga*

